

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

RACHELE DA SILVA FERRARI

**Maternidade, assombro e elaboração:
reflexões psicanalíticas sobre a vivência da maternalidade**

São Paulo

2022

RACHELE DA SILVA FERRARI

**Maternidade, assombro e elaboração:
reflexões psicanalíticas sobre a vivência da maternidade**

Versão original

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obter o título de
Doutor em Ciências: Psicologia Clínica

Área de Concentração: Psicologia Clínica
Orientadora: Prof^a Dr^a Marina Ferreira da Rosa
Ribeiro

SÃO PAULO

2022

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

FERRARI, RACHELE DA SILVA

Maternidade, assombro e elaboração: reflexões psicanalíticas sobre a vivência da
maternalidade / RACHELE DA SILVA FERRARI; orientador MARINA
FERREIRA DA ROSA RIBEIRO. -- São Paulo, 2022.

215 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica) -- Instituto
de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2022.

1. Maternidade. 2. Psicanálise. 3. Ambivalência. 4. Trauma Psíquico. 5.
Contemporaneidade. I. FERREIRA DA ROSA RIBEIRO, MARINA, orient. II.
Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Ferrari, Rachele da Silva

Título: Maternidade, assombro e elaboração: reflexões psicanalíticas sobre a vivência da maternidade.

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obter o título de
Doutor em Ciências: Psicologia Clínica.

Aprovado em: ___/___/___

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

À minha amorosa aldeia primordial. Vocês já se foram, mas nunca sairão de mim:
Neyda, minha mãe, Giovanni, meu pai, tia Ocília e *nonno* Epifanio.

Ao Pedro, à Gaya e ao Diego,
Que me ensinaram e me ensinam a maternar, desde que chegaram à minha vida, trazendo
preciosas transformações.

Ao Alcione, meu amor e meu parceiro na construção de nossa aldeia.

AGRADECIMENTOS

É um privilégio lembrar de quantas boas companhias eu tive ao longo da elaboração desta tese, algumas diretamente ligadas ao trabalho da pesquisa e da construção do texto, outras estiveram nos bastidores, oferecendo suas presenças sempre tão amigas, vibrantes e solidárias.

Agradeço especialmente à minha orientadora Marina Ferreira da Rosa Ribeiro, que com seu rigor, disponibilidade e precisos apontamentos foi fundamental para o caminho desta pesquisa e elaboração deste texto, reconhecendo o nascimento de ideias muitas vezes até antes que eu mesma as tivesse visto. Além disso, sua maestria na condução de nosso grupo de orientação promoveu a construção de um grupo de trabalho especialmente produtivo e colaborador, um campo propício para o nascer das boas amizades que para sempre ficarão.

À Isabel Khan pela presença que tem tido em momentos importantes de meu percurso profissional e pelas valiosas contribuições quando do exame de qualificação.

À Luciana Pires que também durante o exame de qualificação, com interesse e rigor, trouxe reflexões e críticas fundamentais para o prosseguimento da pesquisa.

Ao Luis Claudio Figueiredo, minha gratidão por sempre estar por perto, por tanto que tem contribuído com minha formação e prática psicanalítica, seja pela oportunidade de participar de seus seminários de valor inestimáveis, seja como meu supervisor clínico e, ainda, por generosamente ter sido um rico interlocutor em um momento desta trajetória. Sou grata também por me dar a honra de fazer parte da banca de defesa desta tese.

Aos amigos do querido grupo de pesquisa da USP, que colaboram, criticam, vibram, comentam vivamente, me instigam e acima de tudo têm me oferecido uma amizade que não se mede: solidária, continente, divertida, inspiradora e parceira. Presente precioso que este doutorado me trouxe, Ana Fatima Aguiar, Camila Young, Claudia Perrotta, Celina Diaféria, , Davi Flores, Fátima Flórido Cesar, Fernanda Parra, Gabriela Lara Macedo, Lívia Bartolomei, Ivy Semiguem de Carvalho, Janderson Silvestre, Maysa Bezerra, Pedro Hikiji, Péricles Machado Jr., Taís Nicoletti e Thaís Mariana Ferreira.

Um agradecimento muito especial às mulheres-mães que aceitaram participar das entrevistas e do grupo de reflexão e às minhas analisandas-mães, pela confiança e por me instigarem a mergulhar nesta investigação. A participação de cada uma delas foi fundamental para que esta pesquisa se realizasse.

À querida Maria Lucia Thibau Guimarães por ter me acompanhado por uma longa jornada, por seguir nas proximidades e vibrando com minhas realizações.

Ao Ignácio Gerber pelo bom encontro, pela escuta sensível, pela palavras que chegam na hora certa e por ser uma presença inspiradora.

Ao meu marido, Alcione, parceiro da vida, adorável companhia, por estar sempre tão próximo e que, mesmo não sendo da área “psi”, leu pacientemente a tese durante sua elaboração, sempre incentivando, criticando e dando dicas saborosíssimas. Ao seu lado, esse caminho foi mais leve e também muito instigante.

Ao meu filho Pedro, por tanto que tem me proporcionado na vida, por tanto amor, por vibrar, torcer e me inspirar muito com seu jeito tão particular de ser. Gratidão também pela cuidadosa ajuda na revisão do inglês.

À Gaya, filha do coração, que transborda nossa casa de afeto e bom humor, que tem as melhores palavras nos meus momentos mais inquietos. Valeu muito sua presença, sua torcida e suas revisões no meio do caminho.

À minha mãe (*in memorium*), que adoraria estar junto neste momento, entusiasta de minhas conquistas, pelas preciosas lembranças que me deixou.

Às minhas amigas queridas, que estiveram sempre por perto, cada uma ao seu modo, interessadas em cada etapa do meu percurso, ora apoiando, ora dando sugestões, trocando ideias e, mais que tudo, me oferecendo a verdadeira amizade e as melhores companhias sempre: Lisette Weissmann, Ana Virgínia Francisco, Simone Varandas, Paula Cordeiro Zilio, Camila Junqueira, Camila Flaborea e Gina Tamburrino.

E aos queridos amigos que mesmo não tão próximos, devido às demandas de nossas vidas, permanecem no meu coração e eu sigo na torcida pelo reencontro. Obrigada pela amizade.

Meu agradecimento à Claudia Rocha, secretária do Departamento de Psicologia Clínica do IP-USP e demais funcionários dos diversos departamentos, por toda disponibilidade e atenção nos inúmeros assuntos administrativos a serem encaminhados.

Agradeço a Isabel Botter, que teve uma participação bem especial na revisão final desta tese.

Finalmente, agradeço à CAPES que financiou essa pesquisa.

RESUMO

Ferrari, R.S. (2022) *Maternidade, assombro e elaboração: reflexões psicanalíticas sobre a vivência da maternalidade*. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Partindo do neologismo “maternalidade”, que Paul-Claude Racamier propõe para nomear o conjunto de processos psicoafetivos que se desenvolvem e se integram na mulher durante a maternidade, esta tese irá propor a compreensão desta vivência como uma situação com potencial traumático. Analisarei os modos de viver e sofrer a experiência da maternidade, sem dar foco à psicopatologia e sim ao que parece ser próprio, de modo amplo, de quem passa por essa vivência. Esta pesquisa é realizada com o método psicanalítico, que se baseia no enquadre da situação analítica, na associação livre e na atenção flutuante. Os materiais clínicos a partir dos quais formulei minhas questões e que orientaram minha pesquisa vieram de três fontes: entrevistas individuais, um grupo de reflexão e vinhetas clínicas de atendimento em meu consultório particular. Tais materiais foram tratados como fatos clínicos e transformados em pequenas vinhetas que foram inseridas em diálogo com a teoria, ao longo do texto. Uma vez que esta pesquisa está atenta aos modos de viver a maternidade no mundo contemporâneo, proponho um diálogo com o sociólogo Hartmut Rosa, que estuda este momento histórico, chamado por ele de Modernidade Tardia. A partir das ideias de Donald Winnicott, acerca do amor materno e *setting social* será discutida a importância do ambiente mais próximo à dupla mãe-bebê na vivência da maternidade. Acompanhada das contribuições de Leopoldo Nosek, proponho que, diante de eventos inéditos da vida, é preciso buscar novas respostas; e que, para viver algo novo e aprender com isso, é preciso se deixar afetar por essa nova situação, ser tomado pelo assombro e confiar no que poderá advir. A partir de uma vinheta clínica em articulação com as ideias de Regine Prat, Leopoldo Nosek e Renné Roussillon, apresento uma discussão sobre o impacto da entrada na parentalidade, especialmente na maternidade, tomada como uma situação com potencial traumático e compreendida como um momento de intensa exigência de trabalho psíquico. Em seguida, analiso os trabalhos psíquicos que precisam ser acionados na entrada da parentalidade. Michel de M'Uzan, Didier Anzieu e Renné Roussillon serão interlocutores fundamentais para minha argumentação. Proponho que há um trabalho psíquico específico deste momento que podemos nomear de trabalho da maternalidade / da parentalidade. Com Rozsika Parker discuto a ambivalência materna, seus impasses e sua relação com uma vivência criativa na maternidade. O percurso desta tese levou-me à construção de um novo conceito, a “metapsicologia da maternidade”, a partir da admissão de que há algo próprio da experiência da maternalidade que podemos supor que aconteça de modo amplo com as mulheres que se tornam mães, que inclui o choque, o arrebatamento, o *saisissement* (De M'Uzan), o assombro, uma regressão, a perda da identidade anterior e a reordenação de uma nova identidade, evento sempre processual e interminável. Há ainda a compreensão de que o funcionamento psíquico dos pais – sobretudo da mãe – obedece, portanto, a uma nova tópica, que inclui a representação mental da criança no território psíquico parental.

Palavras-chave: Maternidade. Psicanálise. Ambivalência. Trauma Psíquico. Contemporaneidade

ABSTRACT

Ferrari, R.S. (2022) *Motherhood, astonishment, and elaboration: psychoanalytic reflections on the experience of maternity*. Thesis (Doctoral). PhD Thesis, Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo.

Starting from the neologism “motherhood”, which Paul-Claude Racamier proposes to name the set of psycho-affective processes that develop and integrate in women during maternity, this thesis will propose the understanding of this experience as a situation with traumatic potential. I will analyze the ways of living and suffering the experience of motherhood, without focusing on psychopathology, but on what seems to be characteristic, in a broad way, of those who go through this experience. This research is carried out using the psychoanalytic method, which is based on the setting of the analytic situation, free association and free-floating attention. The clinical materials from which I formulated my questions and guided my research came from three sources: individual interviews, a reflection group, and clinical vignettes of care in my private practice. Such materials were treated as clinical facts and transformed into small vignettes that were inserted in dialogue with the theory, throughout the text. Since this research is attentive to the ways of living maternity in the contemporary world, I propose a dialogue with the sociologist Hartmut Rosa, who studies this historical moment, which he called Late Modernity. Based on Donald Winnicott's ideas about maternal love and social setting, the importance of the closest environment to the mother-baby couple in the experience of maternity will be discussed. Accompanied by the contributions of Leopoldo Nosek, I propose that, in the face of unprecedented events in life, it is necessary to seek new answers; and that, in order to experience something new and learn from it, it is necessary to be astonished, it is necessary to allow oneself to be affected by this new situation, to be taken by astonishment and trust in what can come from then on. From a clinical vignette in conjunction with the ideas of Regine Prat, Leopoldo Nosek and Renné Roussillon, I present a discussion about the impact of entering parenthood, especially motherhood, taken as a situation with traumatic potential and understood as a moment which requires intense psychic work. Next, I analyze the psychic works that need to be activated at the beginning of the parenthood. Michel de M'Uzan, Didier Anzieu and Renné Roussillon will be key interlocutors for my argument. I propose that there is a specific psychic work at this moment that we can call the work of motherhood / parenthood. With Rozsika Parker I discuss maternal ambivalence, its impasses and its relationship with a creative experience in maternity. The course of this thesis led me to the construction of a new concept, the “metapsychology of the maternity”, from the admission that there is something specific to the experience of motherhood that we can assume that happens in a broad way with women who become mothers, which includes the shock, the rapture, the *saisissement* (De M'Uzan), the astonishment, a regression, the loss of the previous identity and the reordering of a new identity, an event that is always processual and interminable. There is also the understanding that the psychic functioning of the parents – especially the mother – therefore obeys a new topic, which includes the mental representation of the child in the parental psychic territory.

Keywords: Motherhood. Psychoanalysis. Ambivalence. Psychic trauma. Contemporaneity

RESUMEN

Ferrari, R.S. (2022) Maternidad, asombro y elaboración: reflexiones psicoanalíticas sobre la experiencia de la maternidad. Tesis (Doctorado). Instituto de Psicología, Universidad de São Paulo, São Paulo.

Partiendo del neologismo “*maternalité*”(maternalidade), que Paul-Claude Racamier propone para denominar el conjunto de procesos psicoafectivos que se desarrollan e integran en la mujer durante la maternidad, esta tesis propondrá la comprensión de esta experiencia como una situación con potencial traumático. Analizaré las formas de vivir y sufrir la experiencia de la maternidad, sin centrarme en la psicopatología, sino en lo que parece ser característico, de manera amplia, de quienes pasan por esta experiencia. Esta investigación se lleva a cabo utilizando el método psicoanalítico, que se basa en el encuadre de la situación analítica, la asociación libre y la atención flotante. Los materiales clínicos a partir de los cuales formulé mis preguntas y que guiaron mi investigación provinieron de tres fuentes: entrevistas individuales, un grupo de reflexión y viñetas clínicas de mi práctica privada. Dichos materiales fueron tratados como hechos clínicos y transformados en pequeñas viñetas que fueron insertadas en diálogo con la teoría, a lo largo del texto. Dado que esta investigación está atenta a los modos de vivir la maternidad en el mundo contemporáneo, propongo un diálogo con el sociólogo Hartmut Rosa, quien estudia este momento histórico, al que denominó Modernidad Tardía. Con base en las ideas de Donald Winnicott sobre el amor materno y el *setting social*, se discutirá la importancia del entorno más cercano a la pareja madre-bebé en la experiencia de la maternidad. Acompañado de los aportes de Leopoldo Nosek, propongo que, ante hechos inéditos en la vida, es necesario buscar nuevas respuestas; y que, para experimentar algo nuevo y aprender de ello, es necesario dejarse afectar por esta nueva situación, dejarse sorprender y confiar en lo que pueda venir. A partir de una viñeta clínica en conjunto con las ideas de Regine Prat, Leopoldo Nosek y Renné Roussillon, presento una discusión sobre el impacto del ingreso a la parentalidad, especialmente a la *maternalidade (maternalité)*, tomada como una situación con potencial traumático y entendida como un momento de intensa exigencia de trabajo psíquico. Luego, analizo los trabajos psíquicos que es necesario activar al inicio de parentalidad. Michel de M'Uzan, Didier Anzieu y Renné Roussillon serán interlocutores clave de mi argumentación. Propongo que hay un trabajo psíquico específico de este momento que podemos llamar el trabajo de la *maternalidade*/paternalidad. Con Rozsika Parker discuto la ambivalencia materna, sus impasses y su relación con una experiencia creativa en la maternidad. El transcurso de esta tesis me llevó a la construcción de un nuevo concepto, la “metapsicología de la maternidad”, a partir de la admisión de que hay algo específico en la experiencia de la maternidad que podemos suponer que sucede de manera amplia con las mujeres que se convierten en madres. , que incluye el shock, el rapto, el *saisissement* (De M'Uzan), el asombro, una regresión, la pérdida de la identidad anterior y la reordenación de una nueva identidad, un acontecimiento siempre procesual e interminable. También está el entendimiento de que el funcionamiento psíquico de los padres - especialmente de la madre- obedece, por tanto, a una nueva tópica, que incluye la representación mental del niño en el territorio psíquico parental.

Palabras clave: Maternidad. Psicoanálisis. Ambivalencia. Trauma Psíquico. Contemporaneidad.

SUMÁRIO

1. Introdução	12
2. Metodologia	20.
3. O interesse psicanalítico pelos temas da maternidade e do psiquismo materno e seus desdobramentos no mundo contemporâneo.....	29
4. A Mulher e a maternidade na história	44
5. Maternidades, tempos e contratempos	53
5.1 Aceleração social, por Hartmut Rosa	62
5.2 Ressonância Afetiva, por Hartmut Rosa	76
5.3 Pensando formas de (de)subjetivação infantil em tempos de aceleração, a partir de Victor Guerra	86
6. Reflexões a partir de Donald Winnicott	99
7. Maternidade, assombro e elaboração	120
7.1 As contribuições de Renné Roussillon acerca do conceito de trauma	128
7.2 O Trabalho Psíquico da Maternalidade / Parentalidade	134
7.2.1 Michel de M'Uzan e Didier Anzieu – o <i>saisissement</i> e o trabalho da criação	140
7.2.2 Renée Roussillon e o trabalho do jogo	146
8. Amor e ódio na experiência da maternidade	150
8.1 A ambivalência em Freud	151
8.2 A ambivalência de base: um conceito de Luis Claudio Figueiredo.	157
8.3 A ambivalência materna: um diálogo com Rozsika Parker	167
9. Metapsicologia da Maternidade: nasce um conceito	190
Referências	207

1. INTRODUÇÃO

But it is no merely a taboo against complaint that makes the hardship of motherhood inadmissible: like all loves this one has a conflicted core, a grain of torment that buffs the pearl of pleasure; [...] this conflict has no possibility of resolution.¹

Rachel Cusk

Nos últimos sessenta anos, assistimos a uma onda de transformações nos papéis femininos e, conseqüentemente, na família. Além de inúmeros direitos civis e sociais², como a consolidação de inserção no mercado de trabalho e o direito ao divórcio, o advento da pílula anticoncepcional foi um marco dentre essas mudanças e naquelas que estariam por vir. Entre tantas renovações, observamos nas mulheres, também, novas formas de viver a maternidade. Há espaço para renunciar a essa experiência e é possível evidenciar a ambivalência emocional diante de se tornar mãe. Os conflitos entre a vida da mulher de modo mais amplo – carreira profissional, relacionamento amoroso, relacionamentos sociais, engajamentos políticos, projetos pessoais – e a maternidade estão mais expostos e podem, portanto, ser endereçados e tratados. Enfim, o sofrimento psíquico que esse evento da vida produz – seja quando ele de fato ocorre, seja quando transita no plano das ideias –, parece ter maior expressão hoje do que nos tempos em que ser mãe era o destino óbvio para toda mulher e associar maternidade a dores era um tabu.

Sabemos que a chegada de um bebê na vida do casal pode mobilizar sentimentos de engrandecimento, de continuidade, de sentir-se potente em criar a descendência, além do próprio encantamento que o bebê produz e as identificações dos pais com o recém-chegado, nas memórias

¹ Mas não é apenas um tabu contra a reclamação que torna inadmissível o sofrimento da maternidade: como todos os amores, este tem um núcleo conflitante, um grão de tormento que lustra a pérola do prazer; [...] este conflito não tem possibilidade de resolução (em tradução livre). *Cusk, R. A Life's Work: on becoming a mother. U.K: Faber and Faber, 2008, p. 142.*

² Todos essenciais e decisivos para a sociedade, mas sabemos que ainda há muito a ser conquistado.

inconscientes deles próprios quando bebês. Nesse cenário, estados psíquicos primitivos também são evocados, perturbando a organização psíquica e demandando muito trabalho interno, como veremos ao longo deste texto. Isso tudo se soma, ainda, aos intensos cuidados objetivos que um recém-nascido requer e à nova organização que se impõe na rotina da família, missões nada fáceis de serem enfrentadas.

Pai e mãe vivem turbulências, mas cada um é mobilizado de modo muito singular. O pai, em seu lugar de construção da parentalidade, está às voltas com as representações sociais de ser pai, com a paulatina adaptação ao filho (sem a experiência que já teve a mãe com a gravidez³) e com a reorganização do laço conjugal, agora formando uma família com filho(s). A mulher viverá situações semelhantes, mas com a especificidade de que a gravidez se dá no seu corpo, em seu psicossoma, mobilizando inúmeros conteúdos e afetos que muito nos interessa compreender.

O interesse por esse tema de pesquisa nasceu de minha clínica com jovens mulheres que, de alguma forma, estavam às voltas com problemas relativos à maternidade: algumas estavam se tornando mães ou traziam como questão a decisão sobre vir a ter um filho; outras já tinham filhos e sua questão era que suas vidas haviam sido viradas de cabeça para baixo com a chegada da maternidade. Contavam que não sabiam mais quem eram, se assustavam com a absoluta dependência do bebê, com a falta de espaço íntimo para si mesmas e com a presença simultânea de sentimentos hostis e amorosos tanto em relação ao filho quanto à própria maternidade. O impacto dessa mudança em suas vidas tinha a expressão de um choque, uma comoção psíquica.

No presente trabalho, pretendo investigar esses estados emocionais vividos pela mulher na experiência da maternidade, especificamente um determinado perfil de mulheres, que foram as fontes para minhas reflexões e sobre as quais falarei a seguir.

³ Considerando os casos em que a mãe gestou a criança.

O percurso metodológico será detalhado no capítulo 2, mas adianto que toda a argumentação aqui desenvolvida surge de reflexões a partir da minha escuta dessas mulheres, tanto na clínica quanto em entrevistas abertas individuais e em um grupo de reflexão que realizei na primeira etapa desta pesquisa.

Tais mulheres tinham entre 25 e 40 anos de idade, viviam em centros urbanos e haviam tido ótimas oportunidades em suas vidas, tanto no que se referia ao campo acadêmico e profissional, quanto a atividades culturais e de lazer, tendo conquistado autonomia e liberdade econômica e pessoal. Vários aspectos das análises aqui desenvolvidas podem se ampliar para além deste recorte, mas esclareço a origem de minhas inquietações.

Ao longo desta tese será analisada a proposta de que a entrada na maternidade⁴ precisa ser caracterizada como uma situação com potencial traumático⁵. Irei investigar como e por que se trata de uma situação com potencial traumático, avaliar quais as condições necessárias do entorno da mãe para que esse trauma seja transformado e, assim, sejam reduzidas as chances de se estabelecer uma patologia.

Acredito na possibilidade de reconhecer os desafios da maternidade nesse contexto especificado, dando maior visibilidade aos modos de viver e sofrer essa experiência e pensar como manejar os impasses que se evidenciam.

Vale destacar que analisarei os modos de viver e sofrer a experiência da maternidade, porém sem dar foco à psicopatologia e sim ao que parece ser próprio, de modo amplo, de quem passa por essa vivência.

⁴ Na verdade, a entrada na parentalidade, mas o recorte de nossos estudos é a mãe.

⁵ Como veremos no capítulo 7, Regine Prat (2008 e 2019) refere-se a tal situação como traumática. Prefiro referir-me a ela como tendo um potencial traumático, pensando na abertura e na expansão que pode advir dessa experiência, dependendo dos apoios e auxílios com os quais se poderá contar.

Para compor este alicerce teórico, será necessário considerar também os modos de subjetivação característicos dos tempos atuais e suas implicações tanto para o exercício da maternidade e da paternidade, como para a constituição psíquica do novo ser.

No capítulo 3, iniciarei com uma apresentação acerca do interesse psicanalítico pelo tema da maternidade e do psiquismo materno. Veremos que, a despeito de as primeiras vozes sobre o tema datarem do início do século XX, levou um longo tempo até que a psicanálise colocasse em questão o que, ao final desta tese, nomeio de uma metapsicologia da maternidade. E, como ficará claro ao longo desta pesquisa, há ainda um vasto campo de estudo a ser investigado nesta seara. Neste capítulo, apresentarei o conceito de “maternalidade”, proposto por Racamier (1961), “um conjunto de processos psicoafetivos que se desenvolvem e se integram na mulher durante a maternidade”. (Racamier, 1961, p. 166, tradução minha)

Em seguida, no capítulo 4, vamos acompanhar um recorte de pesquisas dos filósofos e historiadores Badinter (1980/1985 e 2010/2011), Ariès (1981) e Lipovetsky (1997/2000) que delineiam os lugares da mulher na sociedade ocidental, desde a Idade Média até os dias de hoje. Eles analisam o surgimento do sentimento de infância e a história dos cuidados maternos e sua relação com o amor materno. Esse olhar panorâmico sobre a história nos faz colocar em perspectiva ideais ainda tão reverberados atualmente⁶ acerca das funções maternas como intrinsecamente relacionadas a uma suposta natureza feminina.

Uma vez que esta pesquisa está atenta aos modos de viver a maternidade no mundo contemporâneo, elegi um pensador que estuda especificamente este momento histórico, chamado por ele de Modernidade Tardia, para situar em que mundo(s) vivem as mulheres e os homens que se tornam pais na atualidade. O sociólogo alemão Hartmut Rosa (2005/2019) faz um exaustivo

⁶ Ainda que em alguns contextos isso venha sendo com frequência problematizado, como citaremos em alguns momentos desse texto.

estudo sobre a transformação das estruturas temporais na modernidade, propondo que vivemos numa lógica de aceleração social. Ele afirma que a tecnologia nos permitiu ganhar grandes quantidades de tempo, mas isso não fez, ou faz, nos sobrar tempo. Pelo contrário: nossas vidas estão cada vez mais repletas de demandas, prazos e informações a serem processadas. A sensação constante é a de falta de tempo.

Esse estilo de vida leva, segundo Rosa (2005/2019), à alienação, que é compreendida como um modo de relação no qual sujeito e mundo se colocam intrinsecamente desconectados. As experiências não fazem sentido. São modos de relação que se calam para nós ou mesmo nos ameaçam. Segundo ele, a alienação contemporânea está diretamente relacionada à pressão temporal de que padecemos.

Em resposta ao conceito de alienação, o autor propõe um contra conceito, o de ressonância, ideia que dialoga muito com a psicanálise e com o cenário que penso ser necessário para que o exercício da parentalidade ocorra dentro do que Figueiredo (2018, p. 32) nomeia como “processos de saúde”.

Com Rosa, pensarei sobre os tempos e contratempos na experiência da maternidade e sobre os efeitos do tempo acelerado da Modernidade Tardia no psiquismo dessas mulheres que se tornam mães.

Dialogando com o pensamento de Rosa, sigo com o psicanalista uruguaio Victor Guerra (2018), que analisa as formas de (de)subjetivação infantil em tempos de aceleração. O autor relaciona as expressões sintomáticas atuais na clínica da infância e primeiríssima infância com as modalidades de presença das figuras parentais, nesse cenário de aceleração no qual elas próprias vivem experiências de alta demanda, solidão e desamparo. Seu pensamento enriquece a

argumentação pois contribui ao entendimento da subjetividade materna nesta Modernidade Tardia descrita por Rosa. Guerra também se dedica a pensar a clínica da perinatalidade/parentalidade, assunto que será referido em vários momentos deste trabalho.

Até aqui, portanto, procurei deixar clara minha posição acerca dos determinantes do mal-estar que vivem os pais, especialmente a mãe, tema central da pesquisa. Para além do intrapsíquico e intersubjetivo, é fundamental interpretar o contexto social e cultural em que estão inseridos. Este trabalho de interpretação do contexto, desde o tempo acelerado da Modernidade Tardia até suas consequências nas subjetividades dos pais e das crianças, será desenvolvido no capítulo 5

O capítulo 6 é dedicado a pensar o psiquismo materno e o entorno da mãe, a partir das ideias de Winnicott. Ao abordar a maternidade, os cuidados maternos, o psiquismo da mulher que vive a experiência da maternidade, o autor inglês é certamente um teórico que me instigou a um necessário debate.

Toda sua obra coloca no centro as relações primordiais mães-bebês: a mãe é essencial para sua teoria do desenvolvimento emocional, o primeiro ambiente do bebê. A partir das próprias indicações do autor, vou demonstrar que o amor materno a que Winnicott se refere – e do qual depende o desenvolvimento de qualquer sujeito – pode e deve ser compartilhado com o ambiente mais próximo da dupla mãe-bebê. É o que ele chama de *setting social* (Winnicott, 1965a, p. 37)

A mãe devotada comum, referida por Winnicott, também vive o trauma, o assombro, as turbulências, a ambivalência, a culpa etc. A esse respeito, destaco um texto precioso em sua obra, “O que irrita” (Winnicott, 1999), em que o autor dá voz às mães – sua irritabilidade, seus desgostos e incômodos com a maternidade –, e legitima o sofrimento vivido por elas. Ao longo do texto, fica bastante claro o quanto ele aposta nesse acolhimento como transformador.

Ao abordar todo esse mal-estar, convido o leitor a refletir sobre os cuidados maternos para além da mãe em duas pequenas vinhetas. Estas histórias, de uma incrível delicadeza, nos farão ver como isso ocorre em nosso entorno e merece ser reconhecido e integrado no cotidiano.

O passo seguinte deste trabalho é pensar sobre o assombro que a maternidade produz. Acompanhada das contribuições de Leopoldo Nosek (2017), proponho que, diante de eventos inéditos da vida, é preciso buscar novas respostas; e que, para viver algo novo e aprender com isso, é preciso assombrar-se, é preciso se deixar afetar por essa nova situação, ser tomado pelo assombro, pelo espanto e confiar no que poderá advir, daí em diante. A partir de uma vinheta clínica em articulação com as ideias de Regine Prat (2008 e 2019), Nosek (2017) e Roussillon (2019), o capítulo 7 apresenta uma discussão sobre o impacto da entrada na parentalidade, especialmente na maternidade, tomada como uma situação com potencial traumático e compreendida como um momento de intensa exigência de trabalho psíquico. O texto enfatiza as condições que precisam ser atendidas para que se processem as mudanças psíquicas no sentido da integração e da apropriação subjetiva, nos termos de Roussillon (2019).

Em seguida, analisarei os trabalhos psíquicos que precisam ser acionados na entrada da parentalidade. Michel de M'Uzan (1964), Didier Anzieu (1981) e Roussillon (2019) serão interlocutores fundamentais para minha argumentação.

Tendo caminhado até aqui analisando a experiência da maternidade como uma situação com potencial traumático e os caminhos para sua possível elaboração, passamos ao capítulo 8, no qual abordo a ambivalência de sentimentos na experiência da maternidade.

Destacarei importantes passagens na obra freudiana em que o conceito da ambivalência aparece, indicando sua relevância para compreender a constituição psíquica e, no que tange a esta pesquisa, o psiquismo materno.

Ainda no capítulo 8, proponho um diálogo com um texto recente de Luis Claudio Figueiredo (2021c) em que ele apresenta o conceito de ambivalência de base, a partir de sua leitura de Freud, Klein, Abraham e especialmente José Bleger. Figueiredo sugere que a ambivalência de base está nas raízes de todas as formas e modalidades de criatividade: “Trata-se da posição subjetiva em que a condição trágica a que a ambivalência de base condena a existência humana pode se transformar em criação, sublimação e reparação.” (Figueiredo, 2021c, p. 3). Um ponto que entendo fundamental é pensar justamente a ambivalência materna e sua relação com a criatividade.

Finalizamos esse capítulo com as contribuições de Rozsika Parker (1997) acerca da ambivalência materna, a partir de seu livro *A Mãe dividida: a experiência da ambivalência na maternidade*. A autora argumenta que uma mulher precisa conhecer a si mesma, os sentimentos diversos, ambíguos, aflitivos que a experiência da maternidade evoca, e que só assim, entrando em contato com essa ambivalência de sentimentos, é possível imaginar uma vivência criativa ao ser mãe. Neste tópico, a teoria se articula com diversas vinhetas da própria Parker e outra de minha clínica em que o que esteve em questão foi reconhecer, acolher e fazer uso de toda a gama de sentimentos daquela mãe.

No último capítulo, revisito o caminho percorrido ao longo da tese, retornando ao conjunto de elementos que foram estudados e pensados neste trabalho e proponho, a partir de minhas investigações, um novo conceito: a metapsicologia da maternidade.

Como veremos, uma série de conceitos e ideias da psicanálise foram me inspirando para criar um modelo de interpretação acerca do psiquismo da mulher-mãe, no contexto em que circunscrevi, e essa expressão se mostrou muito eloquente para organizar os estudos acerca do psiquismo da mulher que se torna mãe. Nesta última etapa, o nascimento deste conceito será nosso guia e minha expectativa é de que ele inspire novas investigações.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa é realizada com o método psicanalítico, que se baseia no enquadre da situação analítica, na associação livre do paciente e na atenção flutuante do analista. A atenção flutuante propicia uma escuta peculiar, a escuta psicanalítica, que recorta o discurso do analisando e procura colocar em evidência algo da ordem do infantil, ajustando o foco para ouvir e enxergar o universo subjetivo do paciente (ou participante da pesquisa) (Minerbo, 2009). Tudo isso se dá dentro de um campo de transferências, contratransferências e resistências.

Tais aspectos precisam ser considerados, tendo em vista que o método de investigação psicanalítica pressupõe a implicação do psicanalista-pesquisador no campo de pesquisa, e que o objeto psicanalítico é composto pelas dimensões conscientes e inconscientes do psicanalista e do analisando (ou do psicanalista-pesquisador e do participante da pesquisa).

Desde Freud (1923, p. 287), sabemos que a psicanálise é, ao mesmo tempo, um

(...) procedimento para investigação dos processos mentais que de outro modo são dificilmente acessíveis; um método de tratamento de distúrbios neuróticos e uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas e que gradualmente passam a constituir uma nova disciplina científica.

No método psicanalítico, portanto, a investigação, a terapêutica e a produção de conhecimento são indissociáveis. Sendo assim, no presente trabalho, me interessa estudar, por meio de uma pesquisa teórico-clínica, os estados emocionais vividos pela mulher no curso da maternidade, especificamente em um determinado perfil de mulheres, como descrito na introdução.

Os materiais clínicos a partir dos quais formulei minhas questões e orientaram minha pesquisa vieram de três fontes: entrevistas individuais, um grupo de reflexão e vinhetas clínicas de atendimento em meu consultório particular.

Foram entrevistadas quatro mulheres: Laura⁷, 40 anos, grávida de gêmeos, na 34ª semana, primeira gestação, casada, executiva do setor bancário. Elena, 38 anos, uma filha de sete anos e uma bebê de quatro meses, executiva na área de Tecnologia da Informação. Carla, 35 anos, mãe de uma bebê de dois meses e meio, casada, advogada em uma multinacional. Daniela, 39 anos, mãe de um menino de seis anos, casada, grávida de 30 semanas, gerente no setor cultural.

Essas mulheres me foram indicadas por amigas e pessoas conhecidas com quem compartilhei meu projeto de pesquisa.

Ao fazer contato com cada uma delas, esclareci o objetivo da pesquisa e que gostaria de ouvi-las sobre sua experiência com a gravidez e com a maternidade. Esse foi o enquadre inicial das quatro entrevistas. A partir disso, elas falavam livremente o que quisessem sobre o assunto. Eu fazia apenas intervenções de esclarecimentos ou para ampliar a reflexão. Todas estiveram muito disponíveis para a conversa e se mostraram gratas pela oportunidade de serem escutadas.

Além das entrevistas individuais, realizei um encontro em grupo de reflexão com três mulheres, com o mesmo objetivo de falarem sobre suas experiências com a maternidade. Preparei um material de divulgação do grupo, convidando mulheres interessadas. Divulguei em minha rede de relacionamento e tivemos cinco inscritas, sendo que duas declinaram de sua participação no dia do encontro, por impedimentos pessoais.

⁷ Nomes fictícios.

As três participantes tinham entre 33 e 39 anos, eram casadas e tinham apenas um filho com idades entre 2 e 3 anos. Uma delas era executiva de multinacional, outra vinha também desta área, mas estava numa transição de carreira para uma profissão da área da saúde. A terceira era psicóloga.

Após os esclarecimentos iniciais, propus a seguinte questão para iniciar a discussão: “Como cada uma de vocês viveu a decisão, ou o acaso, de se tornarem mães? A vivência, os pensamentos, os sonhos, os medos... E como isto vem se transformando até o momento atual?”

Tal como nas entrevistas individuais, após essa questão, as participantes falaram livremente sobre suas histórias e experiências, e ficaram igualmente gratas pela oportunidade de serem ouvidas em toda a gama de sentimentos. Identificaram-se umas com as outras e isso as ajudou, como reportaram, a ampliar a reflexão sobre como se sentiam com a maternidade. Minhas intervenções foram no sentido de facilitar para que todas pudessem ter voz, sempre numa atitude empática e receptiva, abrindo um campo para pensar sobre suas experiências emocionais, na companhia do grupo.

A escolha por também me valer da estratégia do Grupo de Reflexão tem origem em minha longa experiência anterior com grupos, em instituições diversas, seja no campo do voluntariado (Ferrari, 2010), na rede pública de Assistência Social (Ferrari, 2009), na rede pública de Saúde com gestantes adolescentes, em Ongs etc.

O Grupo de Reflexão é uma das modalidades do Grupo Operativo (Rivière, 1998/1980), proposto pelo psicanalista argentino Dellarosa (1979), cujo objetivo é pensar, refletir, elaborar questões que surgem no grupo. Trata-se de um valioso recurso de trabalho que propicia a emergência de novas questões acerca do vivido, problematiza convicções, dentro de um campo de identificações, transferências e contratransferências.

Zimmermann (2002) destaca que a etimologia da palavra “reflexão” sugere que os participantes do grupo façam uma renovada e continuada flexão sobre si próprios. Além disso, o mesmo autor ressalta a compreensão do termo em seu sentido de espelhamento. Assim, um Grupo de Reflexão funcionaria como uma galeria de espelhos, em que cada um pode refletir-se numa forma especular nos demais e vice-versa.

Apostando na riqueza de histórias e considerações que poderia advir de uma atividade em grupo de reflexão com mães, tendo em mente as fantasias inconscientes, as transferências e contratransferências e as resistências que se manifestam na dinâmica grupal, lancei mão de mais esse recurso técnico como fonte de material clínico para minhas investigações. Alinho-me ao pensamento de Oliveira Júnior (2002, p. 88), quando afirma que “o grupo de reflexão pode ser instrumento poderoso para propiciar o exame dos conteúdos emocionais presentes em determinados agrupamentos humanos”⁸. Além das entrevistas e do grupo de reflexão, alguns casos atendidos no consultório também foram fonte para minhas análises, pesquisas e argumentação. A seguir, esclareço o modo pelo qual abordei e trabalhei com esta matéria-prima.

Os três conjuntos de material clínico – entrevistas, grupo de reflexão e casos oriundos do consultório – foram tratados como fatos clínicos e transformados em pequenas vinhetas que foram inseridas em diálogo com a teoria, ao longo do texto.

Para compreender o significado de fato clínico, as formulações de Costa (1998, apud Dallazen et al, 2012) são esclarecedoras e me orientaram no decorrer neste trabalho. O autor propõe

⁸ Não abordarei em profundidade a temática do trabalho com grupos pois desviaria do foco desta pesquisa. Apenas apontamos a estratégia de trabalho utilizada e o motivo desta escolha. Como veremos a seguir, todo material oriundo dessas três fontes foi utilizado ao longo do texto como vinhetas clínicas.

que “as narrativas a respeito de uma história de vida estariam sempre atravessadas pela ficção do sujeito que a conta, ou seja, uma forma singular de interpretação do real.” (p. XX)

Acompanhando Dallazen et al, (2012) entendo que trabalhamos com as memórias e os registros do analista (ou pesquisador), ou seja, sua elaboração secundária acerca do processo, da escuta do paciente ou participante da entrevista, bem como do material produzido na transferência.

Numa pesquisa com material clínico, à versão criada pelo analisando, narrador de sua história, somam-se as produções do analista sobre o material que escuta, interpretações atravessadas por seu próprio inconsciente. O material a ser pesquisado, portanto, já não se refere à história real vivenciada pelo sujeito que a conta, mas à criação de uma ficção por aquele que a escuta, o analista/pesquisador e suas possibilidades de produção inconsciente sobre a fala de seu paciente. (Dallazen et al, 2012, p.51)

Silva e Macedo (2016) também contribuem para a compreensão dos fatos clínicos e seu uso na pesquisa com o método psicanalítico. Elas ressaltam que construir um fato clínico é como escrever um texto polifônico “que faz falar de um processo mais do que de um sujeito, tendo em vista ter como ‘matéria prima’ o vivenciado em um espaço subjetivo e singular como é o processo analítico” (p. 525-6).

Desse modo, o que se apresenta como material de investigação é uma produção intersubjetiva transformada numa ficção, de modo que a identidade do paciente e/ou entrevistado fica preservada.

Minha proposta de investigação-intervenção se inspira na concepção de Figueiredo (2003, p. 44) de que o “conhecimento em psicanálise não se forma na contemplação e sistematização dos ‘fenômenos’, mas no acolhimento, escuta e resposta ao sofrimento e nas práticas de tratamento daí decorrentes”; e, ainda, que é: “tanto pela via das atmosferas e climas emocionais dominantes em

uma época como, principalmente, daqueles evocados no analista por seus encontros com os pacientes e seus sofrimentos que se lançam as bases das elaborações metapsicológicas” (Figueiredo, 2003, p. 44).

Isso exposto, é possível afirmar que essa pesquisa está orientada pelas formulações do que é compreendido como um pensamento abduativo, aquele que sempre parte de observações incompletas e se propõe a construir modelos para explicar/elucidar determinado recorte da realidade.

O pensamento abduativo se iniciou nas décadas de 60/70 e ganhou vigor na década de 90. Ele inaugurou uma outra maneira de abordar o real: mítica, poética, imaginária. O pesquisador usa a imaginação como elemento poético de observação da realidade, porque ele não vai construir explicações, mas modelos de interpretação. Tais modelos devem depois ser abandonados, e surgirão outros. (Safra, 2018)⁹

Tal como pressupõe este modo abduativo de abordar o real, sou levada a fazer uma reflexão sobre o meu lugar de autora desta pesquisa: como me implico com o tema, como sou afetada a partir do que escuto tanto das participantes das entrevistas e grupos de reflexão quanto das analisandas em minha clínica. Além disso, é notório que, além dos textos, do grupo com o qual discuto o tema ou outros grupos que também pesquisam/debatem o assunto, nesse modelo de pesquisa, as mulheres participantes serão também investigadoras e produtoras de conhecimento.

⁹Anterior a essa lógica de pensamento tínhamos o pensamento dedutivo, que se caracterizava por explicitar uma regra geral e dela se deduzir explicações sobre o real. Em seguida, surgiu o pensamento científico, ou indutivo, hegemônico na década de 40, em que se parte do caso particular e vai se ampliando o conhecimento, na expectativa de chegar a um conhecimento provável. Aqui nasce a comunidade científica. (Safra, 2018)

Souza & Albuquerque (2012, p. 111), pontuam, a partir da epistemologia das ciências humanas de Bakhtin, pautada em sua filosofia da linguagem, que ao levar em conta a particularidade “do encontro do pesquisador com o seu *outro* e, conseqüentemente, a especificidade do conhecimento que pode ser gerado a partir dessa condição, o que se destaca é a produção de um conhecimento inevitavelmente dialógico e alteritário”, o outro sujeito se oferece como experiência de estranhamento e pertencimento, “o outro é o lugar de busca de sentido, mas também, simultaneamente, da incompletude e da provisoriade” (p.111).

Nesse sentido, pesquisadora e participantes se oferecem mutuamente tanto como sujeitos que inquietam um ao outro, produzindo estranhamento de convicções, como ajudam a dar sentido para as experiências, nunca definitivas, sempre abertas a reformulações.

Essas ideias são fundamentais para esclarecer como abordo a temática com a qual me envolvo nessa pesquisa. Procuro me manter constantemente alerta para essa condição de precariedade das tentativas de explicitar o fenômeno e, em especial, para o fato de que o “ato de pesquisar é um momento marcado pela excepcionalidade, ou seja, é um acontecimento único, e que deve ser entendido no âmbito de tal dimensão singular” (Souza, S. J. & Albuquerque, E. D. P., 2012, p.111).

A expressão “*os modos de subjetivação das mulheres que têm se tornado mães no mundo contemporâneo, os modos de viver e sofrer a maternidade hoje*” pode fazer supor uma intenção de universalizar as explicações ou de representar a totalidade de tal experiência. Isso não é plausível, pois o que pude apreender nessa pesquisa foi uma multiplicidade de experiências singulares, que certamente me ensinaram sobre algo em comum que as aproxima, mas a que não as posso reduzir.

A pesquisa poderá, assim espero, ajudar a construir modelos de interpretação de um determinado recorte, em sua dimensão singular, e assim contribuir para uma reflexão aberta sobre as experiências dessas mulheres com a maternidade, as suas “maternidades”. Desse modo, cada história singular precisa ser compreendida como estando imersa num meio de referências e repertórios que ajudam a inspirar e não determinar.

Considerando que a “maternidade” é um tema carregado de valores ao longo dos tempos, seja a respeito do lugar da mulher, os julgamentos sobre a mulher por ela gerar um filho (enaltecendo-a ou enfraquecendo-a), seja sobre as convicções que se construíram nos diversos contextos a esse respeito – os medos, os tabus, o estado psíquico em que se encontram as mães –, ouvir as mulheres que mobilizaram essa investigação, despojadas de ideias pré-concebidas, pôde nos aproximar do estilo singular de ser mãe de cada uma e assim “dar hospitalidade à verdade do outro, que surge no entre, no encontro intersubjetivo”, como observou Safra (2018), em comunicação oral acerca do pensamento abduutivo.

Para dar esse rigoroso tratamento à pesquisa, foi necessária uma aproximação em relação ao funcionamento psíquico das participantes, na tentativa de apreender algo de sua subjetividade, como vivem a experiência da maternidade, em suas singularidades.

Na clínica, nas entrevistas individuais ou no grupo de reflexão, o método de ouvir as mulheres a partir de uma escuta psicanalítica, disponível para acolher cada uma delas tal como se apresentavam, sem juízo de valor, interessada na construção que fazem dessa função, seu estilo próprio, seus medos, seus impasses, as dores e as delícias que vivem, seus conflitos e as alegrias, me permitiu uma maior aproximação da experiência humana em si. Foi possível, a partir daí, discorrer sobre o que aprendemos com cada uma delas.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa intervenção pois, ao escutá-las, tanto as participantes me ofereceram ideias e relatos que foram fundamentais para minha teorização e para a construção de modelos de interpretação do fenômeno, quanto entendo que a escuta psicanalítica, e as reflexões que se produziram a partir dessa escuta, tiveram potencial para produzir transformações nas posições subjetivas dessas mulheres, diante dessa experiência. Como propõe Souza e Albuquerque (2012) dialogando com as ideias de Bakhtin (2003):

Do mesmo modo que minha visão precisa do outro para eu me ver e me completar, minha palavra precisa do outro para significar. O outro ocupa um lugar da revelação daquilo que desconheço em mim e este fato, concreto e objetivo, nos enlaça em um mútuo compromisso ético. Sinto-me responsável pela criação de meu semelhante, assim como dependendo dele para dar forma e sentido a minha experiência interna. (Souza & Albuquerque, 2012, p.113)

No início desta pesquisa, imaginei que, se pesquisadora e participantes pudessemos nos deixar surpreender, a partir desse encontro, teríamos avançado na contribuição de conhecimento sobre essa experiência. Chego ao final apostando que isso foi possível.

Conforme aponte na Introdução, o tema “maternidade” precisa ser pensado e conectado com a história, a história da maternidade e dos cuidados maternos. Do mesmo modo, minha posição nessa pesquisa não é neutra, “há algo desse tema que me inquieta, que busco esclarecimentos ou que preciso organizar numa mínima compreensão para dar forma a uma turbulência interna” (Safra, 2018). Por minha condição de mulher, mãe e obviamente filha, estou marcada por essas experiências: a maternidade me transformou e me inquieta até hoje. Há um saber em mim, construído, que dialoga com o que escuto de outras mulheres: vozes por vezes consonantes, outras dissonantes; falas com potencial de ressignificar experiências (de todas as envolvidas), de abrir novas possibilidades de existências e de convívio com a tensão dos paradoxos.

3. O INTERESSE PSICANALÍTICO PELOS TEMAS DA MATERNIDADE E DO PSIQUISMO MATERNO E SEUS DESDOBRAMENTOS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO.

As relações familiares sempre estiveram no centro das investigações psicanalíticas sobre as origens do sujeito, as relações primordiais, os vínculos inaugurais de uma história e como seguiram esses laços no percurso da infância à vida adulta. O drama edípico, centro da teoria das neuroses de Freud, não deixa dúvida dessa importância.

No entanto, mãe e pai sempre foram pensados a partir da perspectiva da criança, com ênfase aos efeitos dos cuidados recebidos desde a infância no desenvolvimento do sujeito. Os estudos sobre o psiquismo materno¹⁰ foram aparecendo pontualmente e levou muito tempo para que surgissem com alguma expressão.

A primeira psicanalista a abordar a natureza da relação mãe-bebê, com foco na mãe, foi a médica e psicanalista austríaca Margarete Hilferding, em conferência na Sociedade Psicanalítica de Viena, em janeiro de 1911, inaugurando uma longa e rica tradição de estudos sobre o tema¹¹. Em sua fala, intitulada “As Bases do Amor Materno”, afirmava que era frequente as mães não experimentarem um verdadeiro sentimento de amor materno, lançando uma provocação que causou furor em sua plateia exclusivamente masculina. Fez isso 69 anos antes de Elisabeth Badinter (1985/1980) publicar o revolucionário *Um Amor Conquistado: o mito do amor materno*, em que a

¹⁰ E também paterno, mas nesta pesquisa o foco é a mãe, embora seja fato que o interesse pelo psiquismo paterno é ainda mais recente.

¹¹ Longa e rica tradição de estudos sobre a relação mãe-bebê, porém com foco no bebê. Bem mais tarde é que foi surgindo o interesse sobre a subjetividade materna.

francesa derruba a tese da existência de um instinto maternal. Vale ressaltar que a austríaca foi a primeira mulher a participar dos encontros das quartas-feiras, de Freud.

Hilferding afirmava que o nascimento de um filho frequentemente provoca uma desilusão, o ideal não encontra correspondência na realidade. A criança, quando concebida, é um ideal narcísico do casal e, ao nascer, deixa de ser o ideal. Do ponto de vista da mãe, fruto de uma ilusão, o bebê, por ser real, provoca uma desilusão. “Ora, o objeto da desilusão passa, com frequência, a ser desprezado e até mesmo odiado, já que deixa de cumprir a função para o qual foi concebido”, enfatiza Berlink (2014, p. 403) ao comentar o texto de Hilferding (1911). Essas ideias produziram importantes repercussões no pensamento de Freud: conduziram-no à pesquisa sobre a constituição do aparelho psíquico e, mais precisamente, à pesquisa sobre o narcisismo e a origem do superego (Berlink, 2014, p. 403).

A exposição de Hilferding (1911/ 1991, p. 87-101) revela muita originalidade – reconhecida por Freud em seus comentários –, ousadia e um pensamento de vanguarda sobre o tema. Como ressalta Teresa Pinheiro (1991, p. 110), a autora se propõe a pensar o amor materno como pertencente ao aparato psíquico proposto por Freud: “o amor materno faz parte do mundo dos sonhos, da linguagem, ele se encontra no campo de pensabilidade da Psicanálise”¹²

Suas ideias foram de fato inaugurais. Posteriormente, surgem as obras de Helene Deutsch e Marie Langer. A partir da década de 1960, teremos Therese Benedek, Paul-Claude Racamier, Dana Breen, Ann Dally, Dinora Pines, Jane Price, Joan Raphael-Leff e Estela Welldon¹³, Rozsika

¹² Em oposição à Ordem da Natureza, uma ordem preestabelecida e predeterminada, tal qual uma herança genética.

¹³ Parker, 1997, p. 338, nota 23.

Parker, Monique Bydlowski e Regine Prat, que escreveram livros e artigos decisivos em que abordam o psiquismo materno.

Quanto à representação freudiana da maternidade, era apresentada como uma experiência sempre conflitante, como enfatiza Parker (1997, p. 189):

A representação freudiana da maternidade realmente descreve a experiência profundamente contraditória de ser mãe: o poder e a impotência, o sentimento de plenitude e o de vazio. Infelizmente, seus seguidores preferiram não dedicar às tensões, conflitos e contradições a atenção necessária para solucioná-los.¹⁴

Apesar de não haver na obra de Freud um estudo dedicado à subjetividade materna, o texto “À Guisa de introdução ao narcisismo” (1914) trará ideias preciosas para futuras pesquisas sobre o tema.

Em uma passagem desse trabalho, Freud (1914, p. 110) postula que “o comovente amor parental, no fundo tão infantil, não é outra coisa senão o narcisismo renascido dos pais, que, ao se transformar em amor objetal, acaba por revelar inequivocamente sua antiga natureza”, enfatizando assim a qualidade narcísica desse amor.

Na chegada de um filho, há uma expectativa dos pais de recriarem-se a si mesmos, como bem observou Hilferding, e o bebê se impõe como a negação disso: ele encarna a impossibilidade de que este desejo dos pais seja atendido. Com seu jeito próprio de ser, o bebê se revela em sua alteridade, frequentemente diferente do bebê idealizado pelos pais, que terão que se haver com a não correspondência entre o filho imaginado e o filho real. De partida, já se veem diante do novo que desorganiza, desestabiliza, um estado que demandará muito trabalho psíquico, de elaboração e criação, tema central desta tese.

¹⁴ Parker será uma das nossas principais interlocutoras no capítulo 8.

Ainda na obra freudiana, vale destacar, mesmo que não se refira à mãe e sua subjetividade, mas sim à importância da relação mãe-bebê para a constituição psíquica do neonato, o capítulo VII do seu “Esboço de Psicanálise” (1938).

Nesse texto, Freud dá ênfase à especificidade da relação do bebê com sua mãe, aquela que nutre e que oferece os primeiros cuidados, despertando sensações físicas agradáveis e desagradáveis, tornando-se, com isso, “o primeiro e mais forte objeto amoroso e o protótipo de todas as relações amorosas posteriores – para ambos os sexos” (Freud, 1938, p. 217).

(...) o primeiro objeto erótico de uma criança é o seio da mãe que a alimenta; a origem do amor está ligada à necessidade satisfeita de nutrição. Não há dúvida de que, inicialmente, a criança não distingue entre o seio e o seu próprio corpo; quando o seio tem de ser separado do corpo e deslocado para o “*exterior*”, porque a criança tão frequentemente o encontra ausente, ele carrega consigo, como um “*objeto*”, uma parte das catexias libidinais narcísicas originais (Freud, 1938, pp. 216-17, grifos do autor).

Trata-se de um texto final do percurso freudiano, em que o autor retoma e esclarece conceitos fundamentais, abordando-os de modo mais aprofundado. Ele ressalta a importância para o bebê desse primeiro vínculo, mas não há referências à experiência subjetiva da mulher ao se tornar mãe.

Melanie Klein foi pioneira na observação de bebês e no atendimento a pacientes, crianças e adultos, com adoecimentos graves. Isso, aliado a seu espírito investigativo e muito inspirado, permitiu-lhe trazer contribuições fundamentais para o pensamento psicanalítico, em especial no que diz respeito aos primórdios da vida psíquica. De modo original e coerente, Klein formulou uma teoria da gênese e desenvolvimento da psique, em constante diálogo com os textos freudianos.

Dentre seus trabalhos, destacamos o artigo “Notas sobre alguns mecanismos esquizoides”, de 1946, em que traz uma compreensão dos momentos iniciais da vida de um recém-nascido, suas

angústias, seus mecanismos e estruturas, suas defesas e seu funcionamento dinâmico. Nele, Klein postula a *posição esquizoparanoide*, que, junto com a *posição depressiva* – abordada em seus textos anteriores (1935 e 1940) –, refere-se a uma das dimensões do *infantil* que constituirá a matriz psíquica da relação do sujeito consigo mesmo e com o mundo externo.

Como esclarecem Cintra e Figueiredo (2004, p. 106), a “maior preocupação de Melanie Klein ao escrever este artigo foi, portanto, compreender o modo de funcionamento do ego arcaico e seu estado de não-integração. Este estado é o que favorece a desintegração, fragmentação e despersonalização, frequentes nas psicoses”.

No texto “Amor, Culpa e Reparação”, Klein (1937) aborda as ideias recém- desenvolvidas acerca da posição depressiva e da situação emocional do bebê, afirmando que o seu primeiro objeto de amor e ódio é a mãe – ao mesmo tempo desejado e odiado com toda intensidade e força características dos anseios arcaicos da criança. Quando ela tem suas necessidades satisfeitas e obtém prazer na sucção, predominam os sentimentos de amor; mas, quando experimenta insatisfação, dor ou desconforto físicos, surgem sentimentos de ódio e agressividade: “O meio mais direto e primário através do qual o bebê se alivia desses estados dolorosos de fome, ódio, tensão e medo é a satisfação de seus desejos pela mãe” (Klein, 1937, p. 348).

Trata-se, pois, desde o início, de uma relação complexa, capaz de produzir muita turbulência. Nessa medida, demanda da mãe muito trabalho psíquico para lidar com um estado regressivo, com uma vivência por vezes de plenitude, de encantamento e, ao mesmo tempo, com a elaboração de lutos, com a diferença radical simultânea a uma experiência de fusão (mãe-bebê), com processos de separação e singularização, além de questões acerca da representação de si mesma, entre outras.

Quanto ao lugar ocupado pela mãe no psiquismo do sujeito, Klein (1937) afirma que

(...) como a mãe foi a primeira a satisfazer nossas necessidades de autopreservação e nossos desejos sensuais, além de nos dar segurança, ela desempenha um papel duradouro na nossa mente, apesar de as várias maneiras como se dá essa influência e as formas que ela toma nem sempre ficarem claras mais tarde. Por exemplo, uma mulher pode parecer ter se afastado da mãe, mas ainda buscar inconscientemente alguns traços de sua relação inicial com ela no relacionamento com o marido ou com o homem que ama. (p. 348)

No que se refere ao papel do pai na vida emocional da criança, Klein (1937, p. 348) também o considera essencial e determinante nas futuras relações amorosas do sujeito, porém, sublinha que essa relação é “modelada em parte sobre a relação com a mãe.”

Em outro trabalho, Klein (1959, p. 282) reafirma sua teorização sobre a hipótese de que o recém-nascido vivencia, tanto no processo de nascimento quanto no ajustamento à situação pós-natal, ansiedades de natureza persecutória – nesse momento, ele entende que todo o desconforto que sente foi infligido por si próprio, por forças hostis. Desse modo, se lhe forem oferecidos conforto e satisfação, prontamente ele sentirá que estes também vêm de dentro, de forças boas internas.

A autora propõe que o bebê traz uma preconcepção inata do seio, o qual é a base da relação primordial que se estabelece entre mãe e bebê. A partir de suas observações, afirma então que, com poucas semanas, o recém-nascido já olha para o rosto de sua mãe, reconhece seus passos, o toque de suas mãos, o cheiro e a sensação de seu seio ou da mamadeira, o que sugere que alguma relação com a mãe, ainda que primitiva, foi estabelecida.

Também Donald Winnicott¹⁵ se preocupou com a especificidade das relações iniciais mãe-bebê, abordando-a em toda a sua extensa obra. A partir de Freud, Klein e de outros autores¹⁶, bem como de sua vasta experiência como pediatra, Winnicott elaborou a teoria do amadurecimento emocional do ser humano (1963a/1990), destacando que se trata de uma *teoria da dependência*. Assim, segundo sua concepção, há três grandes fases nesse processo: dependência absoluta (até por volta dos quatro meses de vida extrauterina); dependência relativa (dos quatro meses a um ano e meio, aproximadamente) e o período rumo à independência, que, ressalta o autor, nunca é absoluta.

Importante destacar que Winnicott nos oferece não só uma concepção acerca do amadurecimento na saúde, como também uma compreensão da natureza e etiologia dos adoecimentos psíquicos; por isso, suas teorizações são fundamentais.

Em seu texto de 1956¹⁷, Winnicott formula sua tese acerca da relação primitiva mãe-bebê, ressaltando que, nessa fase, é possível constatar uma condição muito peculiar da mãe, um estado de sensibilidade aumentada, que “poderia ser comparado a um estado retraído, ou um estado dissociado ou uma fuga, ou mesmo a uma perturbação a um nível mais profundo, tal como um episódio esquizoide, no qual algum aspecto da personalidade assume temporariamente o controle” (1956, p. 494). Denomina esse estado, então, *Preocupação Materna Primária*.

Para o autor, no período entre final de gravidez e puerpério, a mulher deve ser capaz de atingir tal estado – que ele chega a formular como “quase uma doença” ou uma “doença normal” – e recuperar-se dele; isso “a capacitaria a se adaptar delicada e sensivelmente às necessidades

¹⁵ Aqui trazemos apenas algumas breves ideias de Winnicott, necessárias para a construção de nossa argumentação neste ponto da tese. Considerando a importância de seu pensamento para o tema da maternidade, ele será cuidadosamente retomado no capítulo 6.

¹⁶ Anna Freud, Spitz, Erikson, Jung, Bowlby, Fairbairn, Guntrip, entre outros, como apresenta Fulgêncio (2016, p. 21).

¹⁷ *Preocupação materna primária*

iniciais do bebê” (Winnicott, 1956, p. 494). No entanto, Winnicott admite que muitas mulheres conseguem exercer bastante bem a maternagem, sem atingir esse estado.

Ainda sobre a função da mãe nos primórdios da vida do filho, Winnicott (1965b, p. 69) também enfatiza que ela “é a única pessoa capaz de apresentar o mundo ao bebê de uma forma adequada e que lhe faça sentido. Ela sabe como fazê-lo, e para tanto não precisa de nenhuma forma de treinamento ou habilidade especial: sua sabedoria decorre do fato de ser a mãe natural”¹⁸. Segue ressaltando que esse saber poderá ficar inibido “(...) se ela estiver amedrontada ou não vir seu bebê quando ele nascer, ou ainda se o bebê só lhe for trazido em momentos preestabelecidos [...] como sendo ideais para a alimentação. Desta forma, as coisas simplesmente não funcionam”. (Winnicott, 1965b, p. 69).

Este autor nos leva a pensar que uma mãe muito aflita em cumprir determinados ideais de ser mãe em seu contexto social tenderá, também, a se sentir insegura, com medo de falhar diante de todos. Tais ideais de perfeição podem tanto pressioná-la internamente para que dê conta de todas as inúmeras demandas de seu bebê, como, por diversas razões, podem acabar por distanciá-la do bebê e da função materna, o que também não será sem consequências para o vínculo mãe-bebê, podendo suscitar culpa ou percepção de despreparo para a maternagem, afetando sua autoimagem e autoavaliações, problemática no campo das injunções superegoicas e dos ideais.

O pensamento psicanalítico e seus desenvolvimentos, as mudanças culturais e nos costumes foram trazendo novas formas de compreender a família, a maternidade e a paternidade. Especialmente o psiquismo materno foi também conquistando o interesse dos pesquisadores.

¹⁸ Essa afirmação caberia para o pai também ou para pais adotivos. Ao longo desta tese, vamos discutir a importância do ambiente em torno da mãe, inclusive a partir das ideias de Winnicott.

No passado¹⁹, a maternidade esteve muito associada a uma restrição radical, dificultando que a mulher-mãe tivesse outros interesses, prazeres e responsabilidades que não os de cuidar da cria. Possivelmente num movimento contrário a esse estilo de ser mãe, a geração atual ou renuncia a essa experiência da maternidade²⁰ ou se engaja em um novo estilo, que tenta conciliar os cuidados com o bebê com o prosseguimento na carreira, com a vida pessoal/conjugal/social. Vale analisar as implicações destas tentativas de conciliação para a vida psíquica dos envolvidos no exercício da parentalidade, tanto as saídas favoráveis quanto os impasses.

A esse respeito, Badinter (2011), em seu livro “O conflito: a mulher e a mãe”, enfatiza que

(...) a maternidade continua sendo a grande desconhecida. A mudança de vida que conduz a uma mudança radical das prioridades pertence à esfera do risco. Uma encontram nela uma felicidade e um benefício identitário insubstituíveis. Outras conseguem de alguma forma conciliar exigências contraditórias. Outras, finalmente, jamais confessarão que não conseguem, e que a experiência materna delas é um fracasso. De fato, nada é mais inconfessável em nossa sociedade do que essa declaração. (p. 23-4)

Segundo a autora, “para a maioria das mulheres, a conciliação entre os deveres maternos, que não param de aumentar, e o próprio desenvolvimento pessoal continua problemática” (Badinter, 2011, p. 10).

Com essas considerações, pretendo mostrar que equacionar demandas de difícil conciliação tende a levar a um estado de tensão interna, ou porque a nova mãe se sente sobrecarregada com

¹⁹ Entre do século XVIII e meados do século XX, como veremos adiante.

²⁰ Sabemos que há outros fatores que podem levar a mulher a optar por não ter filhos, mas nos interessa pontuar que isso também ocorre pelas razões aqui levantadas. Dentre os movimentos que se disseminam nas redes sociais de pessoas que se afinam com a ideia de não ter filhos estão o *Voluntary childless*, “sem filhos por opção”, em tradução livre e o *Childfree*. https://en.wikipedia.org/wiki/Voluntary_childlessness Corinne Maier, autora francesa (economista e psicanalista) do livro “*No Kids: 40 Reasons For Not Having Children*” lista uma série de crenças comumente compartilhadas por esses grupos, dentre elas, preocupações estéticas com o corpo, interferência no seu bem-estar social, interferência na sua vida sexual, medo de perder a liberdade e depois se decepcionar, repulsa da condição física da gravidez e puerpério, interferência em sua vida profissional.

tantas solicitações e expectativas, ou porque, na ausência de intimidade com seu filho, acaba por não desenvolver habilidades e acuidade para entender suas necessidades e lidar com ele.

Ouvimos dessas mães sobre a urgência em seguirem com suas carreiras, sob o risco de perda de um lugar no mercado de trabalho e de sua identidade profissional. E também sobre a necessidade de voltarem imediatamente à sua vida anterior, expressando desânimo diante de uma rotina estabelecida exclusivamente em função das inúmeras necessidades de seu bebê.

É possível pensar que esses argumentos encobrem, muitas vezes, o medo diante do não-saber que a experiência com o recém-nascido evoca (e em uma sociedade em que a performance impera, isso parece ser ainda mais doloroso), a dificuldade em fazer contato com sua incapacidade de “maternar” seu filho (o que abalaria seu narcisismo), o temor do estado regressivo do puerpério, que mobiliza conteúdos primitivos do casal parental, ou mesmo a impossibilidade de “perder”, em especial, a vida anterior, dificultando a abertura ao novo que o nascimento do filho proporciona.

Estamos diante de um fenômeno que pode ser observado não só na clínica, mas também em diversas formações culturais, tais como redes sociais, grupos de apoio à gestante e à puérpera, mídias de um modo geral, produções cinematográficas (como os filmes *Tully*, 2018 e *Olmo e a Gaivota*, 2014), textos literários (como o livro *Canção de ninar* (2016), de Leila Slimeni, *Maternidade* (2019) de Sheila Heti e *A Filha Perdida*, de Elena Ferrante (2006/2016), adaptado para o *streaming*, em 2021), etc. Observamos, também, a tendência à adesão a certos estilos de ser pai, ser mãe, parir, amamentar, alimentar – passa-se, assim, de uma moda a outra, numa busca incessante por um lugar de sustentação ou de uma mínima referência num cenário de desamparo.

Isso me faz crer na importância de compreender a subjetividade materna, seus medos, suas fantasias sobre a maternidade, a questão da autoimagem etc., de modo a expandir nosso

entendimento sobre esses estados emocionais e assim pensar conjuntamente possíveis caminhos para viver e elaborar tantas turbulências.

O saber psicanalítico tem sido profícuo em acentuar a importância do laço primordial mãe-bebê²¹ para que o desenvolvimento emocional ocorra dentro dos processos de saúde. Além de Freud, Klein e Winnicott acima citados, inúmeros outros autores investigaram essa unidade mãe-bebê, sua potência na direção da saúde e os riscos quando há um desencontro entre as necessidades da criança e a resposta do ambiente a elas. Por um lado, estão as necessidades do bebê, em sua fragilidade e prematuridade, em absoluta dependência de um adulto que o acolha, o atenda e dê continência e sustentação. Por outro, há uma mãe com seus medos, seus conflitos inconscientes mobilizados por ocasião da chegada do filho, vivendo uma verdadeira ebulição emocional, que pode dificultar sua capacidade de corresponder às necessidades do bebê.

Em 1961, o psicanalista francês Paul-Claude Racamier propôs o neologismo “maternalidade” – *maternalité*, em francês, e *motherhood*, em inglês²² – que nos parece muito eloquente, pois visa definir o “conjunto dos processos psicoafetivos que se desenvolvem e se integram na mulher por ocasião da maternidade” (Racamier, 1961. p. 166, tradução minha).

A partir de seus estudos sobre as psicoses puerperais, Racamier se dedica a investigar a vivência da maternidade e afirma que se trata de “uma fase em que a estrutura psíquica normalmente, mas reversivelmente, se aproxima de uma estrutura ‘psicótica’” (Racamier, 1961, p. 168, tradução minha), os mecanismos de defesa neuróticos são abandonados, o sentido de si mesmo torna-se lábil e frágil e a separação eu-outro fica confusa.

as amplas transferências de investimento do estado puerperal, os deslocamentos que ali ocorrem a partir do centro de gravidade da personalidade, o mergulho

²¹ Tradicionalmente, tem sido usado o termo relação mãe-bebê para se referir a esse objeto primário. Sabemos que estamos nos referindo à função materna e não exclusivamente à mãe biológica.

²² Termo herdado de outro neologismo – Parentalidade (*Parenthood*), que abordaremos adiante.

regressivo [...] fazem efetivamente da maternalidade uma fase de estrutura psicótica (Racamier, 1961, p. 169, tradução minha)

Assim, o autor vai delineando esses estados psíquicos vividos pela mulher ao se tornar mãe, uma regressão que não é patológica, nem patogênica, mas pressupõe atenção e cuidado. Pela demanda que impõe ao psiquismo, ele entende que precisa ser compreendido como um momento de crise, tal como a adolescência. “Se nosso paralelo for justificado, devemos encontrar na maternalidade estruturas psíquicas tão lábeis, mutáveis e frágeis quanto na adolescência” (Racamier, 1961, p. 167, tradução minha)

Há algo que parece ser comum às mães biológicas quando dão à luz seus filhos: um conjunto de processos físicos, psíquicos e afetivos que, em tese, as prepararia para maternar aquele bebê. No entanto, isso por si só não garante um estado de idílio com a maternidade. Há fatores culturais, aspectos pessoais de cada mulher, contingências do momento em que os filhos chegam, enfim, uma série de elementos que interferem nesse processo, levando a impasses, turbulências e desencontros passíveis de se fixarem num trauma.

Sabemos que, ao nascer, a criança não é um ser passivo – ela já traz algumas competências e diferenças individuais que também tomarão parte na construção do vínculo precoce mãe-bebê.

Por exemplo, a criatividade ou a “consolabilidade”, isto é, a capacidade do recém-nascido de ser apaziguado e consolado pela intervenção do adulto, varia de um bebê a outro, e se consideramos que a vida materna depende muito provavelmente da capacidade de o bebê se consolar, nos daremos conta de como as diferenças de cada criança intervirão para facilitar ou para dificultar a construção do vínculo mãe-bebê (Solis-Ponton, 2004, p. 31).

Sendo assim, a chegada do bebê seria capaz de animar algumas mães (que eventualmente estivessem com mais dificuldade no exercício da maternidade) para se deixarem tomar pelo estado da “*maternalidade*”. No entanto, quando são os bebês que precisam ser animados, convocados,

reclamados²³ (Alvarez, 1994) para a vida, estaremos diante de um impasse. Do mesmo modo, sabemos que um bebê difícil, inconsolável, habitualmente deixa o ambiente bastante desorganizado, inseguro, podendo ter uma atitude vacilante, falha e deprimida nos cuidados com ele. Nas palavras de Ciccone (2007, p. 281): “A realidade corresponderia assim ao fantasma do bebê de destruir o mundo ou ter criado um mundo persecutório”²⁴, iniciando um ciclo de turbulências na relação mãe-bebê.

Como veremos adiante, o mundo contemporâneo nos desafia diante das indefinições, das incertezas, nas infinitas alternativas de arranjos na vida, nos papéis sociais etc. Por um lado, isso nos abre para uma liberdade muito maior de existência, para a possibilidade de transitarmos de um estilo a outro, de uma crença a outra, em lugares sociais diversificados; porém, por outro, também nos deixa sem referências, à deriva, especialmente quando atravessamos períodos da vida em que a turbulência e a incerteza já são predominantes, como ocorre no início da vida e quando nos tornamos pai e mãe.

As funções parentais ficam ainda mais difíceis quando precisam ser exercidas na solidão, sem uma rede de apoio e de referência, na ausência de modelos identificatórios. É nesse contexto que surgem os mais diversos estudos sobre a “parentalidade”.

O termo *parentalidade* foi proposto pela psicanalista húngara Therese Benedek no texto “*Parenthood as a Developmental Phase: a Contribution to the Libido Theory*” (1959), no qual ela propõe que a parentalidade – e não a adolescência – seria a derradeira fase do desenvolvimento libidinal. Ela afirma que “o desenvolvimento da personalidade continua além da adolescência, sob

²³ O termo no original, em inglês, *Reclaim*, tem o sentido de trazer de volta, recuperar, despertar, convocar para a vida.

²⁴ Tradução minha.

a influência da fisiologia reprodutiva e que a parentalidade utiliza os mesmos processos primários que operam desde a infância.” (Benedek, 1959, p. 389 tradução minha)²⁵.

Trata-se de uma autora com contribuições importantes para o pensamento psicanalítico, especialmente sobre a relação entre pais e filhos. No entanto, sua abordagem desenvolvimentista da parentalidade, tomando-a como uma etapa óbvia no curso da vida do sujeito, é certamente marcada por seu tempo – ainda que, mesmo na década de 50, muitas pessoas já optassem por não ter filhos e esse fato não fazia ninguém suspeitar de uma falha no seu desenvolvimento. De todo modo, faço referência à autora para remontar à origem do termo, que é retomado várias vezes nessa pesquisa, além de já ser bastante familiar e muito utilizado entre os profissionais que atuam com família, infância e adolescência.

Em 1961, Racamier também fez uso termo, mas somente na década de 1980 é que surgiu um crescente interesse sobre esse processo, especialmente com propostas de intervenções nos primórdios do vínculo pais-bebês, seja com o objetivo de cuidar das desarmonias relacionais precoces, impedindo o surgimento de alguma patologia, seja com o objetivo terapêutico, quando um sofrimento psíquico já está presente (Solis-Ponton, 2004).

Considerando o contexto cultural da atualidade, com a quebra dos valores rígidos e estáticos e a abertura para as múltiplas possibilidades de subjetivação e de modos de existência, o vir a ser mãe e pai precisa ser criado, inventado a cada nova experiência, dependendo muito mais da história individual de cada um dos pais e de seus processos singulares de subjetivação. Heranças do “como ser” ou “como exercer” tais funções, presentes nas famílias tradicionais do passado, estão praticamente ausentes nos dias atuais. Talvez por essa razão o recurso a especialistas e a redes

²⁵ A autora apresenta esse texto, numa primeira versão, no Encontro de Outono da Associação Psicanalítica Americana, em Nova York, em dezembro de 1958.

sociais²⁶, a grupos de apoio a pais, a grupos de apoio mútuo, foi se tornando uma constante para os pais dessa geração.

É necessário entender esse modo de subjetivação das mulheres que têm se tornado mães na atualidade – seus anseios, os impasses que vivem e os diferentes modos de lidar com a maternidade.

Diante das mudanças culturais que levaram a significativas alterações no modo de ser mãe e no modo de funcionamento psíquico que lhe é correlato, tal como veremos no próximo capítulo, a psicanálise parece ser um recurso eficiente, tanto para compreender essas mães – o que e como se sentem, o que desejam, o que temem, o que trazem de novo para essa função –, como em sua eficácia, em termos de técnica e ética, em favorecer mudanças positivas no funcionamento psíquico da unidade mãe-bebê, quando houver suspeita de desencontros que podem levar a riscos para o processo de constituição psíquica das crianças, bem como para a saúde mental de suas mães.

²⁶ Em uma busca na internet, encontramos um site que indicava os 100 melhores blogs para pais e mães de primeira viagem (<http://webinformado.com.br/blogs-de-maternidade/> acesso em 16/09/17); nos comentários, inúmeros leitores, também “blogueiros” sobre o tema, se queixavam de não terem sido incluídos na lista, o que nos dá uma ideia de quão maior é esse número.

4. A MULHER E A MATERNIDADE NA HISTÓRIA

O valor dado à infância e o reconhecimento da necessidade de cuidados específicos com as crianças são inquestionáveis em nossos tempos. Ainda que a atenção à criança não seja oferecida democraticamente a todos os segmentos das sociedades – o que é trágico –, não se discute o fato de que ela demanda cuidados específicos e prolongados. Embora isso nos pareça óbvio, não faz muito tempo que pensamos assim. Tanto a concepção de infância quanto os laços afetivos entre pais e filhos eram historicamente ausentes há três séculos.

Em suas investigações acerca da instituição familiar, diversos historiadores apontam que a exaltação do amor materno é algo relativamente recente dentro da história da civilização ocidental. O que se pensava fazer parte da ordem da natureza, do instinto, é na verdade um “mito construído pelos discursos filosóficos, médicos e políticos a partir do século XVIII.” (Moura & Araújo, 2004, p. 45)

Badinter (1985), ao pesquisar as condições de maternagem na França até meados do século XVIII, verificou a desvalorização dada à maternidade em toda a Idade Média e mesmo na Antiguidade. Prevalciam o poder e a autoridade paterna e marital. Somente mais tarde passou-se a observar a presença de sentimentos de ternura e intimidade nas relações entre o casal e entre pais e filhos.

A partir dos estudos de Ariés (1981) a respeito do surgimento do sentimento de infância na Europa, sabemos que ele decorre das transformações ocorridas na família já a partir do século XVII. Por exemplo, as mudanças na forma de educação das crianças, que pela primeira vez deixam o ambiente doméstico, onde aprendiam na rotina da vida cotidiana junto os adultos, e passam a ser

encaminhadas às escolas. Ele afirma que essa foi “uma das faces do grande movimento de moralização dos homens promovido pelos reformadores católicos ou protestantes ligados à Igreja, às leis ou ao Estado.” (Ariès, 1981, p. 11)

Para que isso de fato se realizasse, os laços afetivos entre os membros da família passaram a ser valorizados. Assim, a família se tornou um lugar de afeição necessária, passou a se organizar em torno da criança e lhe dar certa importância.

Na família medieval o que se observava era um total desapego dos pais em relação aos filhos. Muito cedo eles eram separados das famílias e encaminhados a outras casas para fazer serviços pesados, sob o pretexto de serem aprendizes. Entre os nobres, os recém-nascidos eram encaminhados a ama de leites, a despeito da insalubridade dos locais em que viviam aquelas mulheres. Tal desinteresse dos pais pelos próprios filhos parece ter concorrido, como analisa Badinter (1980/1985, p. 87), para a elevada taxa de mortalidade infantil no período – da ordem de 25% dos nascidos vivos.

As mudanças econômicas, sociais e políticas que ocorreram a partir do século XVIII trouxeram a necessidade de que as crianças sobrevivessem: por questões de ordem demográfica, tanto pela consolidação da burguesia como classe social, quanto por motivações econômicas. Começa a surgir a noção de vida privada; com a separação entre o ambiente de trabalho e o local de moradia, a casa torna-se um lugar reservado à vida em família.

É nesse contexto que os discursos médicos, religiosos e dos reguladores sociais vão determinando que a mulher deveria se ocupar dos cuidados com os filhos.

Tal discurso baseava-se, principalmente, no argumento de que essa seria a forma “natural” de cuidados com a criança e, por isso, a mais adequada; uma vez que só a mulher era capaz de gestar e parir, seriam, pois, concernentes apenas à “natureza feminina” a educação e cuidados com a prole. (Moura & Araújo, 2004, p. 46)

Começa a se delinear uma nova imagem da mulher em sua relação com a maternidade. Mudam também a imagem e a importância do bebê e da criança, que se tornam objetos privilegiados de atenção e cuidados maternos, imprescindíveis para sua sobrevivência.

Se, por um lado, o valor que passa a ser dado ao sentimento de infância e ao afeto nos laços familiares contribuiu para um maior cuidado com as crianças e para novas experiências no âmbito da intimidade, o isolamento da família em relação à comunidade e a nova importância dada à vida privada, por outro lado, concorreram para a progressiva fragilização destes mesmos laços. Perderam-se, por exemplo, a transmissão de saberes entre gerações e o espírito de apoio mútuo. É nesse cenário que surgem os especialistas – de início, os médicos higienistas e mais tarde pedagogos, psicólogos e psicanalistas etc. – trazendo orientações e normativas sobre como conduzir uma vida normal e saudável.

As mulheres reagiram e resistiram de modos variados aos discursos vigentes que impunham à mãe o sacrifício em prol dos filhos. A assimilação dessa nova ordem cultural que se formava não se deu sem oposição e a condição socioeconômica da mulher era certamente um fator bastante relevante. “Segundo fosse rica, abastada ou pobre, a mulher do final do século XVIII e sobretudo a do século XIX aceitou, com maior ou menor rapidez, o papel da boa mãe” (Badinter, 1985, p. 201). Sua posição social e a esperança ou não de ocupar outras posições gratificantes na sociedade entravam na conta.

A mudança nos costumes se deu de modo lento e o que Badinter (1980/1985) acentua é que a mulher das camadas médias da sociedade viu, em sua nova função de mãe, a oportunidade de uma promoção e de uma emancipação que a mulher aristocrata não buscava.

Ao aceitar incumbir-se da educação dos filhos, a burguesa melhorava sua posição pessoal, e isso de duas maneiras. Ao poder das chaves, que detinha há muito tempo (poder sobre os bens materiais da família), acrescentava o poder sobre os seres

humanos que são os filhos. Tornava-se, em consequência, o eixo da família. Responsável pela casa, por seus bens e suas almas, a mãe é sagrada, a “rainha do lar”. (Badinter, 1980/1985, p. 222)

A maternidade ganha um contorno carregado de ideais e passa a ser percebida como uma função nobre, devota, sacrificial, sempre associada a uma imagem santificada. O ícone dessa mulher-mãe é a Virgem Maria, pura e devotada a seu filho.

É importante ressaltar que não se pode falar de um modo unificado sobre o exercício da maternidade diante de todas essas mudanças²⁷. As condições sociais e econômicas, bem como as aspirações das mulheres, condicionam muito os seus modos de existência. No final do século XVIII, as mulheres operárias, esposas de pequenos artesãos ou mesmo as camponesas ainda permaneciam com os costumes medievais, por absoluta falta de possibilidades de se dedicar ao cuidado exclusivo dos filhos e estes, por sua vez, tão logo cresciam um pouco, já precisavam ajudar nas tarefas domésticas e no sustento da família. As taxas de abandono e de mortalidade infantil nesses contextos continuaram bastante elevadas.

Considerando o recorte específico das classes médias urbanas europeias, observa-se uma passagem de uma maternidade indiferente e distante para uma maternidade como função principal na vida das mulheres, um exercício dedicado e afetuoso, inclusive com um colorido sacrificial. Foi assim por quase dois séculos.

A ideologia feminista nos anos 1960 e os métodos contraceptivos revolucionaram essas concepções acerca do lugar social da mulher e da própria maternidade. O que se seguiu foi o declínio da fecundidade, a elevação da idade média da maternidade, o aumento das mulheres no

²⁷ Assim como precisamos falar ainda hoje, e principalmente hoje, em “maternidades”, no plural.

mercado de trabalho e uma significativa diversificação dos modos de vida femininos. (Badinter, 2010/2011, p. 27)

A partir dos anos 1980, foram (res)surgindo novos discursos de “volta à natureza”. Trinta anos depois da sua tese sobre o mito do amor materno, Badinter voltou ao tema da maternidade, alertando para uma revolução silenciosa que foi ocorrendo, na verdade uma involução, nos seus termos. “Trata-se de recolocar a maternidade no cerne do destino feminino.” (Badinter, 2010/2011, p. 9). Ela analisa as motivações que levaram a isso: as crises econômicas, o fracasso da tentativa de igualdade entre homens e mulheres, seja no campo salarial, seja no campo das tarefas familiares e domésticas, além da crise identitária tanto para os homens quanto para as mulheres.

A autora avalia que a busca por esse retorno à natureza e a própria concepção da maternidade como algo da essência feminina parecem estar associadas a esse cenário de incertezas que marcou o final do século XX e o início do XXI. Badinter alerta, ainda, que a ideologia de um retorno a um modelo tradicional, com um véu de modernidade, é um risco tanto para as possibilidades de escolhas das mulheres, como para que o conflito entre “ser mulher” e “ser mãe” se imponha de modo ainda mais acentuado.

Refazer esse trajeto histórico nos ajuda a colocar em perspectiva as concepções acerca da maternidade e dos cuidados maternos vigentes em nosso tempo e compreender que, assim como outros aspectos da nossa existência, este também é sobredeterminado, vinculado a uma história pessoal, transgeracional, cultural, além de sofrer uma forte influência de fatores econômicos e políticos. E mais: o percurso histórico possibilita que façamos claras discriminações entre o que é da ordem da natureza e o que precisa ser compreendido a partir da subjetividade de cada um e da intersubjetividade, tema de que se ocupa essa tese.

Em seu livro *A Terceira Mulher* (1997/2000), Lipovetsky também se propõe a traçar um roteiro pelo qual passou a condição social e identitária feminina ao longo dos tempos. Ele analisa especialmente as grandes mudanças que ocorreram no pós-guerra. Segundo ele, nesse momento “instalou-se uma nova figura social do feminino, instituindo uma ruptura muito importante na ‘história das mulheres’ ” (Lipovetsky, 1997/2000, p. 12). Ele nomeia essa figura sócio-histórica de “A Terceira Mulher”, e postula:

Pela primeira vez, o lugar do feminino não é mais preordenado, orquestrado de ponta a ponta pela ordem social e natural. O mundo fechado de antigamente foi substituído por um mundo aberto ou aleatório, estruturado por uma lógica de indeterminação social e de livre governo individual, análoga em seu princípio à que organiza o universo masculino. Se há sentido em falar de revolução democrática a respeito da construção social dos gêneros, é, antes de tudo, por eles agora se encontrarem consagrados ao mesmo “destino”, marcado pelo poder de livre disposição de si e pela exigência de inventar a si próprio fora de qualquer imperatividade social.

O advento da mulher-sujeito não significa aniquilação dos mecanismos de diferenciação social dos sexos. A divisão social dos sexos se vê recomposta, reatualizada sob novos traços. (Lipovetsky, 1997/2000, p. 12).

Um ponto enigmático para o autor é que, numa sociedade regida pela mobilidade permanente e pela orientação para o futuro, há uma continuidade relativa dos papéis de sexo, há um conjunto de funções tradicionais que perduram, que vão convivendo com novos referenciais.

Antecedendo a apresentação da “Terceira Mulher”, faz referência a dois outros momentos dessa sua história do feminino, a “Primeira e a Segunda Mulher”. A *Primeira Mulher* ou a Mulher Depreciada seria a mulher do período que se estendeu até meados do séc. XI, quando era vista como misteriosa e maléfica, associada às potências do mal e ao caos, aos atos de magia e de feitiçaria, cujo símbolo seria Eva. A partir da segunda Idade Média, apareceu um outro modelo, o do belo sexo, enaltecido, cuja imagem se aproximava à divindade: é a sacralização do feminino, esse é o tempo da *Segunda Mulher* e sua figura idealizada é a da Virgem Maria. Nesses dois

tempos observa-se a supremacia do sexo masculino, a mulher deve obediência ao marido e dele depende integralmente.

Será a partir da segunda metade do século XX que irá se delinear um novo modelo de mulher. Desponta uma outra imagem, tanto no âmbito privado quanto público, que ele nomeia como *A Terceira Mulher*.

Os valores individualistas, a entrada mais legítima da mulher no mercado de trabalho (não mais por necessidade, mas por desejo e projeto de vida), o advento da pílula anticoncepcional e com ele o controle dos nascimentos, foram definindo o novo lugar da mulher.

A nova cultura, centrada no prazer e no sexo, no lazer e na livre escolha individual, desvalorizou um modelo de vida feminina mais voltada para a família do que para si mesma, legitimou os desejos de viver mais para si e por si. O reconhecimento social do trabalho feminino traduz o reconhecimento do direito a uma “vida sua”, à independência econômica, na linha direta de uma cultura que celebra cotidianamente a liberdade e o maior bem-estar individual. (Lipovetsky, 1997/2000, p. 228)

Esse novo tempo, o da Terceira Mulher, é resultado de um longo caminho de enfrentamentos e de mudanças, tanto no reconhecimento social do trabalho feminino, quanto no que se refere aos direitos da mulher, à relação entre os sexos etc. De acordo com Lipovetsky (1997/2000, p. 231), tais mudanças revelam três fenômenos de fundo: o poder feminino sobre a procriação, a “desinstitucionalização” da família e a promoção do referencial igualitário do casal.

Aqui estão presentes elogios ao livre governo de si, que é proclamado para todos, homens e mulheres, ao enfraquecimento das instituições que orientavam a vida até a modernidade e à insurgência da mulher como sujeito e, portanto, com direitos legítimos e equivalentes aos dos homens.

Na análise de Lipovetsky, a ideia do livre governo de si terá significativa força impulsionadora no advento da figura da “Terceira Mulher”, que ele chamará de “a mulher indeterminada”.

O autor insistirá, no entanto, que se observa tanto uma ruptura com os modelos femininos do passado (a mulher diabólica ou a mulher enaltecida, ambas submissas ao homem), quanto “uma continuação sem ressalvas da assimetria dos gêneros” (Lipovetsky, 1997/2000, p. 238)

A partir dessas reflexões, entendo que essa mulher indeterminada, convocada a inventar-se e reinventar-se fora de qualquer código ou imperativo social, quando se torna mãe, também deverá inventar seu próprio modo de ser nesse papel, criar-se como mãe. E aqui identifico um impasse. A experiência de tornar-se mãe implica um processo regressivo, que mobiliza intensamente conteúdos primitivos. A mãe entra num determinado estado psíquico no qual ela muito se beneficia quando pode compartilhá-lo com outras pessoas aptas a acolhê-la e, especialmente, ajudá-la nessa travessia. Pessoas que possam acolher essa mãe num momento tão delicado, acompanhá-la de perto e dar continência e sustentação ao processo e à díade mãe-bebê. Um estado, portanto, que parece incompatível com o individualismo dos tempos da autogestão.

Cabe questionar que modelos possíveis nesse novo tempo podem estar surgindo para dar conta dessas vivências no processo de tornar-se mãe, seus limites e possibilidades, e quais efeitos psíquicos referem essas mulheres/mães, que conflitos, angústias e defesas podem ser notados.

Não é possível, nem desejável, analisar o desenvolvimento emocional desvinculado de seu contexto histórico e sociocultural; assim, penso ser necessário identificar a relação entre os novos modos de exercer a maternidade e seus efeitos no psiquismo da díade mãe-bebê. É preciso ter em conta que esse novo modo de ser mãe tem como contexto uma sociedade cujos laços simbólicos

têm se tornado muito tênues, assim como os vínculos entre as pessoas. Trata-se de um tempo em que estamos todos imersos num mundo veloz, imagético, midiático, espetacular e bastante narcisista, pouco afeito ao ritmo e aos tempos da mãe e do bebê.

Pensar sobre nossa relação com o tempo me parece fundamental quando se fala de maternidade. Assim, será com as ideias de Hartmut Rosa acerca do que ele chama de “aceleração social e ressonância afetiva” que seguiremos no próximo capítulo.

5. MATERNIDADES, TEMPOS E CONTRATEMPOS

“E nada como um tempo, após um contratempo.”

Chico Buarque

As extraordinárias realizações dos tempos modernos, as descobertas e as invenções em todos os setores e a manutenção do progresso, apesar da crescente competição, só foram alcançadas e só podem ser conservadas por meio de um grande esforço mental. Cresceram as exigências impostas à eficiência do indivíduo, e só reunindo todos os seus poderes mentais ele pode atendê-las. [...] Tudo é pressa e agitação. [...] A vida urbana torna-se cada vez mais sofisticada e intranquila. Os nervos exaustos buscam refúgio em maiores estímulos e em prazeres intensos, caindo em ainda maior exaustão.

Poderíamos imaginar que tal enunciado é parte de um artigo atual, de 2021 ou 2022, numa inquietante constatação das perturbações que a vida moderna vem trazendo à saúde emocional dos sujeitos. Trata-se, na verdade, de um texto de 1893 do neurologista alemão Wilhelm Erb, citado por Freud em seu ensaio *Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna* (1908, p. 188-9)²⁸

Ou seja, não é de hoje que nos queixamos de levarmos uma vida acelerada, estressante, incompatível com o que imaginamos como uma rotina tranquila, saudável, que valha a pena ser vivida. Como podemos entender essa aceleração e a influência que de fato tem na nossa existência? E, no campo desta pesquisa, o que pensar sobre os ritmos próprios da gestação, do parto e puerpério e, especialmente, dos primeiros tempos de vida do novo ser, nesse ambiente onde a pressa, a velocidade e a urgência se infiltram radicalmente em nosso cotidiano?

²⁸ Nesse texto, Freud irá examinar os prejuízos causados pelos sacrifícios que são impostos aos indivíduos pela moral sexual civilizada, tanto à saúde física e emocional dos indivíduos quanto aos próprios objetivos culturais, especialmente a repressão nociva da vida sexual dos povos civilizados. (Freud, 1908/1990, p. 187 e 191). Não é esse o foco de nossa pesquisa, mas o trecho de Erb, citado por Freud, foi escolhido para abrir esse capítulo por oferecer uma interessante visão sobre a vida moderna no fim do século XIX.

A interlocução com intérpretes da Modernidade me parece fundamental para pensar de modo mais complexo os fenômenos com os quais me ocupo nesta pesquisa. Afinal, em que mundo(s) vivem as mulheres e homens que se tornam pais na atualidade? De que maneiras esses sujeitos e seus ambientes se afetam mutuamente?

Freud, em seus textos ditos sociológicos (1913, 1915, 1921, 1927, 1930, 1939), oferece importantes reflexões para pensar as relações do homem e seu meio, as influências recíprocas. Especialmente em *Psicologia de Grupo e Análise do Ego*, de 1921, ele afirma:

O contraste entre a psicologia individual e a psicologia social ou de grupo, que à primeira vista pode parecer pleno de significação, perde grande parte de sua nitidez quando examinado mais de perto. É verdade que a psicologia individual se relaciona com o homem tomado individualmente e explora os caminhos pelos quais ele busca encontrar satisfação para seus impulsos instintuais; contudo, apenas raramente e sob certas condições excepcionais, a psicologia individual se acha em posição de desprezar as relações desse indivíduo com os outros. [...] a psicologia individual [...] é, ao mesmo tempo, também psicologia social. (Freud, 1921, p. 91)

Assim, se a psicologia individual e a psicologia social são indissociáveis, então as análises sociológicas são também indispensáveis para compreendermos os fenômenos psíquicos, uma vez que não podemos conceber o psiquismo, seu modo de funcionamento, seus recursos e suas formas de adoecimento descolados do contexto a partir do qual se constituem e em que se inserem. Há relações de interdependência e interpenetração entre as realidades socioculturais e realidade individual (psíquica e corporal).

A ênfase na equação impossível, maternidade-carreira profissional-vida pessoal e social, tão frequente em artigos sobre maternidade, pode ser mais bem elucidada se pudermos compreender melhor o que está em jogo nas infinitas demandas que recaem sobre as mulheres em cada um desses campos.

Lina nos dá notícias de situações que podem ser reconhecidas por tantas de nós. Sua vida rigorosamente planejada foi surpreendida por complicações inesperadas na sua gravidez: um descolamento do saco gestacional impôs um repouso já no início da gestação. A princípio, não seguiu as orientações médicas, continuou trabalhando no mesmo ritmo, veio um sangramento e então teve que se render – porém, dessa vez, a um repouso absoluto. *“Foi bem difícil, porque sou muito ativa, sempre trabalhei muito, chegava cedo, não tinha hora para sair. Tive que me ausentar do escritório, mas continuei trabalhando de casa.”*

Já no primeiro dia dessa licença (do trabalho presencial), o chefe lhe comunicou seu plano de contratar um profissional que a substituísse porque *“pelo jeito, sua gravidez vai ser de risco...”*, disse.

“Eu não estava esperando aquilo naquele momento, eu também estava assimilando aquela nova situação, não era fácil para mim.”

Um outro tempo se infiltra no ritmo acelerado que caracterizava a rotina de Lina até então. O tempo para seu corpo se adaptar ao novo estado, o tempo de ela poder elaborar o medo do risco gestacional e também da perda, ainda que temporária, do frenético estilo de vida anterior.

“As transformações que a maternidade traria para mim começaram desde o primeiro mês de gestação, com as privações que o repouso me impôs. Eu tive que mudar meu ritmo, reduzir a carga horária de trabalho. Não sabia como lidar com uma vida em modo menos acelerado.”

A chegada da parentalidade na vida de uma pessoa produz uma reviravolta, um susto, um assombro, mobiliza sua própria história pessoal, como filha/o, sua história na cadeia geracional, as heranças, os legados, o lugar que passa a ocupar quando se torna mãe/pai de um novo ser, os impasses diante de seu desamparo, do poder de vida e morte da dependência do bebê (Prat, 2008).

Tudo isso convivendo lado a lado com o encantamento diante da cria e com a promessa de potentes trocas afetivas.

Essa reviravolta faz desorganizar um relógio até então aparentemente tão bem ajustado, ou melhor, calibrado para um estilo de vida. Um outro tempo, próprio da gestação, do puerpério e do neonato se revela e mostra uma dissincronia com a velocidade e a pressa próprias de nossa época.

Observa-se um desencontro de ritmos. Por um lado, o tempo interno necessário para que ocorram os trabalhos psíquicos, que são trabalhos que se dão através do tempo (*durcharbeitung*²⁹), e, por outro, o culto da urgência, “da sobrevalorização da ação, concebida como antídoto contra a incerteza. [...] é preciso ter capacidade de resposta imediata diante de um futuro incerto e de certa maneira imprevisível” (Guerra³⁰, 2018, p. 172).

Para nos ajudar a pensar sobre esses fenômenos, as investigações do sociólogo alemão Hartmut Rosa são precisas e densas, especialmente suas elaborações acerca do que ele nomeia como Modernidade Tardia. Ele desenvolveu seus estudos em torno da sociologia do tempo: apresenta uma crítica social que, além de trazer um excelente retrato da sociedade tal como vivemos, oferece também um proveitoso diálogo com os tempos e contratempos da maternidade. Rosa é um pensador que conseguiu forjar uma interessante análise para capturar o espírito de nossa época, a “Modernidade Tardia”. Examinando o ritmo frenético próprio da Modernidade, ele desenvolve sua tese sobre o que nomeou de “aceleração social” e, mais tarde, sobre os processos de “alienação e ressonância”.

²⁹ Um trabalho que se faz através, ao longo do tempo, que implica essa passagem do tempo.

³⁰ Voltaremos a essas ideias de Victor Guerra, a partir de seu texto “Formas de (de)subjetivação infantil em tempos de aceleração” (2018), no último tópico deste quinto capítulo.

Hartmut Rosa é professor de sociologia teórica e geral no *Institut für Soziologie* da Universidade de *Jena*, diretor do *Max-Weber-Kollegs em Erfurt*, ambos na Alemanha, e um dos editores da revista internacional *Time & Society*. Ele tem estudado principalmente a questão da modernidade e da alienação, a que propõe um contraconceito, o de ressonância; ele é hoje um dos principais representantes da quarta geração da chamada Escola de Frankfurt, ao lado de Rahel Jaeggi e de Rainer Forst (Lacroix 2019, p. 17)

A contribuição de Rosa consiste em problematizar a cultura capitalista por meio de uma crítica do tempo social. Segundo ele, a alienação contemporânea está diretamente relacionada à pressão temporal de que padecemos. Em sua concepção, a ditadura do tempo pode analisar-se, de fato, graças a um conceito unificador: a lógica da aceleração social. (Lacroix, 2019, p. 19).

O conceito de alienação, com o qual Rosa trabalha, é compreendido como modo de relação no qual sujeito e mundo se colocam um ante o outro intrinsecamente desconectados, no qual a assimilação de um fragmento do mundo fracassa. (Rosa, 2019a, p. XXXVII). São situações, relações e/ou experiências de vida que não nos fazem sentido. Elas nos são indiferentes e somos também indiferentes a elas, o que pode ocorrer em relações familiares, no trabalho, ou em qualquer outro contexto, nos fragmentos do mundo, como ele nomeia. O mesmo pode ocorrer em relação aos nossos corpos: podemos também nos estranhar com eles, nos parecendo algo alheio a nós e até hostil. São modos de relação que se calam para nós ou mesmo nos ameaçam.

Em *Aceleração: A transformação das estruturas temporais na Modernidade*, Rosa (2005/2019)³¹ constata, ainda no breve escrito da orelha do livro, que “embora possamos, com

³¹ *Beschleunigung. Die Veränderung der Zeitstrukturen in der Moderne* (Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade), sua tese doutoral publicada em 2005. Nessa obra, e em outras desenvolvidas a partir dessa, Rosa postula a crescente aceleração social como uma característica essencial da modernidade, e desenvolve essa

ajuda da tecnologia, ganhar enormes quantidades de tempo em quase todos os campos da vida social, *não* dispomos de tempo. A sensação é de angústia ante a impossibilidade de dar conta de um presente cada vez mais repleto de prazos e informações.”

Além disso, Rosa alerta para os problemas psicológicos decorrentes da absoluta falta de horizonte: “corre-se sempre mais rápido apenas para permanecer no mesmo lugar, num perigoso estado de ‘paralisia frenética’”. (idem, orelha do livro)

Se, no livro de 2005, *Aceleração*, Rosa elabora um diagnóstico, em 2018, na obra *Resonancia, uma sociologia de las relaciones en el mundo* (Rosa, 2018/2019b), ele apresenta o que denomina “um remédio”. Seu conceito de ressonância se pretende como um contraconceito à alienação [*Entfremdung*]³², e, com ele, o autor visa propor uma nova medida para a vida bem-sucedida ou bem-vivida. Ele retoma sua tese de 2018 no longo e denso prefácio à edição brasileira do livro de 2005.

Ressonância não diz respeito a um estado emocional, e sim a um modo relacional [*Beziehungsmodus*] no qual sujeito e mundo colocam-se numa relação responsiva [*Antwortverhältnis*]. Para tomá-la de forma mais exata, é-nos útil compreendê-la não apenas como o *outro da alienação*, mas também como uma modificação e ampliação do conceito de reconhecimento, tal qual Axel Honneth o compreende. (Rosa, 2019a)

Axel Honneth é um filósofo e sociólogo alemão, docente e pesquisador da Universidade de Frankfurt e com quem Rosa tem importante interlocução, inclusive por ter sido seu orientando de doutorado. Seu nome está relacionado ao relançamento da tradição da teoria crítica da Escola de

relação a partir da Teoria Crítica, particularmente influenciado por Axel Honneth e Jürgen Habermas, além de Max Weber, Charles Taylor e outros.

³² O tradutor de Rosa para o português, Rafael H. Silveira, procura sempre indicar o termo no original em alemão, muitas vezes esclarecendo a polissemia do termo na língua original. Seguirei indicando os termos também e trazendo suas notas esclarecedoras, quando considerar necessário.

Frankfurt, por meio de sua teoria do reconhecimento recíproco desenvolvido em seu livro *A Luta por reconhecimento – A gramática Moral dos Conflitos Sociais* (1992/2003).

Nesta obra, Honneth propõe que somente enquanto os sujeitos “experenciam amor, atenção e estima social podem os sujeitos dar forma à autoconfiança, ao autocuidado e à autoestima”, e, assim, “conquistar uma relação estável com o mundo e consigo mesmos” (Rosa, 2019a, p. XXXI e XXXII)

Assim, na concepção de Honneth, conforme assinala Rosa, a ação humana e a dinâmica social se caracterizam por uma luta por reconhecimento e, com isso, também como embate pela evitação de experiências de desprezo e pela distinção por parte dos outros. Rosa considera essa tese incompleta, pois “seres humanos buscam e realizam experiências que possuem significado central para eles sem que, para isso, estejam envolvidos na lógica daquela luta e embate.” (Rosa, 2019a, p. XXXII).

O que as pessoas buscam e experenciam, segundo a contratase de Rosa, é a ligação ou o encontro com um outro, que propicia o início de uma relação interna [*Beziehung*] com elas, uma relação responsiva [*Antwortverhältnis*], que ofereça um significado. Nesses encontros, que podem ser com um ser humano, com a natureza, com objetos, com a arte ou religião, “os seres humanos buscam e realizam experiências de ressonância” (Rosa, 2019a, p. XXXII).

A questão que Rosa se coloca é se, na vida, buscamos ressonância ou reconhecimento. No seu entendimento, a ressonância representa um conceito mais abrangente. Ele esclarece:

[...] enquanto o reconhecimento (sobretudo o reconhecimento jurídico) se permite fixar e acumular, o conceito de ressonância descreve um acontecer processual, sempre dinâmico, um encontro bilateral. [...] [a ressonância] é, por assim dizer, aquilo que ocorre momentaneamente *entre* dois atores ou entidades, enquanto o reconhecimento pode ser unilateralmente perdido, por exemplo, no âmbito da admiração ou da estima social: o fato de que eu admire sua habilidade no

basquetebol não é algo que exija reciprocidade. [...] Enquanto isso, ressonância só se dá na condição de um *elo* dinâmico. Ressonância é aquilo que emerge *entre os atores*. O objetivo, ou o resultado desse elo é uma *transformação* mútua [...], enquanto reconhecimento contém em si ao menos o risco de reificação ou fixação do dado enquanto tal. (Rosa, 2019a, p. XXXV, grifos do autor)

A ressonância é algo que acontece no encontro entre pessoas ou ainda entre uma pessoa e um objeto. Nesse sentido, irá ocorrer quando houver condições favoráveis para isso, não é algo pelo que se possa lutar, como na luta por reconhecimento.

“Em suma, o conceito de ressonância não apenas amplia o conceito de reconhecimento em direção ao âmbito da intersubjetividade, mas modifica também o conceito do fundamento da relação humana (bem-sucedida) com o mundo.” (Rosa, 2019a, p. XXXIV)

Ao pensarmos nos impasses observados na vivência de se tornar mãe (e pai), a experiência traumática (Prat, 2019) e a demanda por trabalho psíquico, temas que serão debatidos no capítulo 7, o conceito de ressonância nos permite imaginar possibilidades de elaboração e de transformação em meio aos contratempos que a chegada de um bebê impõe à família.

Há, nessa experiência, os contratempos na cena inconsciente, em sua abertura para o futuro, para o incerto e não previsível. O bebê é vivido como um estranho, como fonte do impulso regressivo no casal parental (por exemplo, a preocupação materna primária e suas exigências). E é vivido como fonte do impulso progressivo, como aquele que desperta projetos e sonhos nos pais, imaginando como ele será e como será cuidar dele, acompanhá-lo em seu crescimento e realizar-se nele. Não faltam também angústias e culpas, que são mobilizadas tanto em relação à sua ancestralidade quanto em relação à descendência.

Além da cena inconsciente, a percepção dos filhos como um contratempo aparece de modo ainda mais evidente na sociedade da performance e da aceleração, na qual nada pode ser interposto, idealmente, entre desempenho e resultado.³³

Dito isso, vale lembrar que, se os contratempos podem, por um lado, ser pensados como um fervilhar de turbulências no campo inconsciente e como aquilo que é inesperado, para o qual não se estava preparado – aborrecimentos, restrições e impedimentos na vida dos pais, tal como era vivida antes da chegada dos filhos; por outro lado, inspirados na música e na dança, podemos imaginar os contratempos como oportunidades criativas, como as agradáveis sensações para o ouvinte, tão bem explorados pelo *reggae* jamaicano e pelo choro brasileiro, bem como pelos criativos movimentos coreográficos do samba e do tango, por exemplo.

Assim, podemos pensar, como no verso de Chico Buarque, que “nada como um tempo, após um contratempo”, quando há possibilidades de ressonância afetiva.

Mães (pais) e bebês buscam relação de ressonância com o mundo, de modo a serem acolhidos em suas necessidades. Acompanhar o que nos ensina Rosa, com seus estudos sobre as estruturas temporais na Modernidade e sua teoria da ressonância, trará algumas reflexões importantes a serem articuladas com o exercício da parentalidade na Modernidade Tardia.

³³ Agradeço ao Prof. Luis Claudio Figueiredo por me trazer essas ideias, que tão bem dialogam com minha pesquisa, durante uma mesa em que debatíamos essas questões, a partir de uma vinheta clínica por mim apresentada, no evento de lançamento do LipSic, em outubro de 2019. (LipSic – Laboratório Interinstitucional de Estudos da Intersubjetividade e Psicanálise Contemporânea – IP-USP/PUC-SP)

5.1 A aceleração social, por Hartmut Rosa

Estar faminto por tempo não resulta na morte, mas sim, como os antigos filósofos atenienses observaram, em nunca começar a viver

John P. Robinson e Geoffrey Godbey

(Rosa, 2005, p. 35)

Desde o século XVIII, a partir do crescente desenvolvimento científico e tecnológico, e suas consequentes inovações, a sociedade ocidental viveu a esperança de uma vida autodeterminada, ou seja, menos submetida às diretrizes autoritárias e tradicionais no âmbito político, religioso e social e menos vulnerável aos imperativos da natureza.

Na era pré-Moderna, o rei, a Igreja e a natureza ditavam as regras de como viver, como produzir, como sobreviver, onde morar, quais os códigos de relacionamentos sociais, o que se devia temer, como se proteger, enfim, os modos de vida eram pré-estabelecidos e inquestionáveis, os rigores da natureza eram impiedosos e dificilmente contornáveis.

Nesse contexto, as inovações trazidas pela Modernidade entusiasmavam com sua promessa de maior liberdade e autonomia e a esperança de uma existência mais autêntica. Isso significava que os dons, habilidades e inclinações individuais teriam chances de maior expressão, oferecendo novos sentidos para vida. O progresso traria maior liberdade para a criação de um projeto de vida pessoalmente mais genuíno, menos refém dos imperativos políticos, religiosos e da natureza.

Nós não queremos ter de nos “curvar”; antes, queremos poder ser “fiéis a nós mesmos”. Em suma: o ocorrer do aumento [*Steigerungsgeschehen*³⁴] servira,

³⁴ Rosa utiliza, ao longo de sua obra, o termo “*Steigerung*”, que significa “aumento”, como esclarece seu editor. “*Steigerungsgeschehen*” pode ser traduzido por “aumento de ocorrências ou de eventos”. O editor esclarece que os

antes de mais nada (ao menos perspectivamente), ao ganho (e à manutenção, através do Estado de bem-estar) de espaço livre para a ação, de modo que se pudesse perseguir um projeto próprio de vida. (Rosa, 2019a, p. XXV)

No entanto, essas novidades surgidas na Modernidade exigiam um jogo de crescimento contínuo, de competitividade e de velocidade inéditos até então. Para se manter no jogo, para não perder um lugar conquistado ou para lutar por um novo *status* culturalmente valorizado e aceitável, o sujeito não obteve maior autonomia; ao contrário, viu-se novamente submetido, agora aos imperativos da lógica da aceleração social. O equilíbrio e a estabilidade, quando existem, se dão apenas no movimento, tal como conhecemos o andar de bicicleta.

Houve, assim, uma transição de um modo de reprodução estrutural até então adaptativo, mimético e basicamente voltado à subsistência, para um modo moderno de estabilização dinâmica, que, desde o século XVIII, se deu em cada âmbito particular da sociedade. (Rosa, 2019a, p. XV). Isso não significa que, nos tempos anteriores à Modernidade, as sociedades eram estáticas: “nenhuma formação social possui consistência sem adaptações, transformações e desenvolvimentos em longos espaços de tempo.” (Rosa, 2019a, p. XV). O que os diferencia da Modernidade é que não havia qualquer compulsão endógena estrutural ao aumento ou à inovação continuada.

É evidente que transformações aconteciam, mas sempre como reações ao que ocorria no ambiente e os desafios por ele impostos, nas mudanças climáticas, catástrofes naturais, guerras, doenças etc.

termos “avanço” ou “crescimento” soam mais naturais em determinados contextos. “Entretanto, para preservar a constância de uso do termo alemão, tal como pretendido pelo autor e presente no original, “aumento” será, via de regra, a alternativa empregada.” (N.E., p. XI)

Rosa observa que nas três esferas de valor – a economia, a ciência e a política – nessas “três dimensões emergiu, entre os séculos XVII e XIX, em várias regiões do mundo, uma nova ordem institucional, que substituíra o modo adaptativo por um modo de estabilização dinâmica.” (Rosa, 2019a, p. XVI)

Assim, o *éthos* e o *habitus* do homem moderno, segundo ele, se caracterizam pela contínua otimização, racionalização e eficiência, das quais se derivam três traços compulsivos do nosso mundo capitalista: compulsão ao crescimento econômico, à aceleração técnica e ao movimento contínuo da inovação social.

Nesse novo modo de vida, de grande desenvolvimento, de novas tecnologias, as inovações passaram a facilitar o cotidiano das pessoas, nos afazeres domésticos, no trabalho, na comunicação, nos transportes etc. O que parecia certo era que o tempo poupado nessas tarefas ficaria disponível. Uma era de ócio parecia se anunciar.

Na década de 1960, a revista americana *Life* alertava para um excesso massivo de tempo, iminente na sociedade moderna, que traria consigo problemas psicológicos graves: *Americans Now Face a Glut of Leisure – The Task Ahead: How to Take Life Easy?*³⁵” era a manchete de uma de suas edições. (Rosa, 2019a, p. LIII)

De lá para cá, nossa percepção é de um tempo cada vez mais exíguo. Embora tenhamos ganhado tempo em abundância – ao menos teoricamente –, é fato que, desde o início da Modernidade, ele está sempre faltando. Procurar compreender esse paradoxo do mundo moderno

³⁵ “Os americanos enfrentam agora um excedente (de tempo) de lazer – O desafio para o futuro: como levar uma vida fácil?”, em tradução livre.

e sua lógica oculta é um dos objetivos de Rosa em sua teoria sobre a aceleração social. (Rosa, 2019a, p. LIV)

O autor propõe que as sociedades modernas se caracterizam por só poderem se estabilizar e reproduzir seus domínios e sua estrutura dinamicamente, isto é, elas ganham estabilidade *no e pelo* movimento. Isso significa que não podem parar, ou melhor, que existem e se perpetuam à medida que não param. Uma “*sociedade é moderna quando apenas consegue se estabilizar dinamicamente; quando é sistematicamente disposta ao crescimento, ao adensamento de inovações e à aceleração, como meio de manter e reproduzir sua estrutura.*” (Rosa, 2019a, p. XI, grifos do autor)

Antes de prosseguir, considero importante reconhecer que definir e caracterizar a Modernidade é uma tarefa complexa. Há inúmeras variáveis e vertentes de pensamento multifacetados. No entanto, Rosa esclarece que

a maioria das teorias sociais atualmente discutidas concebem a Modernidade no sentido de um processo (em maior ou menor medida direcional) que se apresenta como transformação cujo cerne encerra em si, por regra, contínua diferenciação social, racionalização, individuação ou domesticação (subjugação da natureza).” (Rosa, 2019a, p. X e XI)

Diversas interpretações sociológicas parecem concordar que há uma ruptura, mais ou menos acentuada, no desenvolvimento da Modernidade, que levaria a uma nova denominação da época atual, tal como “Segunda Modernidade”, “Modernidade Reflexiva”, “Modernidade Liberal Estendida”, “Modernidade Tardia” ou ainda “Pós-Modernidade”. Mas o caráter dessa ruptura, quando e onde se iniciou historicamente, se foi uma ruptura *na* Modernidade ou *com* a Modernidade, tudo isso é muito controverso entre os intérpretes da Sociologia (Rosa, 2005/2019, p. 39).

A Modernidade Tardia³⁶, termo adotado por Rosa em seus escritos, teria início, segundo o autor (2005), no período em que ocorreu a queda do Muro de Berlim, em 1989, ano em que se deu também a invenção da Web, o início da era digital.

Para Rosa, o que marca a diferença desse novo tempo não são os fenômenos já estudados que vieram com a era da globalização (a simultaneidade dos acontecimentos no mundo inteiro), mas sim a velocidade com que eles ocorrem.

Mas essa velocidade não se dá de modo sincronizado em todo o planeta. “Diagnósticos da globalização são unânimes a respeito do rápido aumento da simultaneidade do não simultâneo – a “idade da pedra” e a “era cibernética” coexistem imediatamente lado a lado.” (Rosa, 2005/2019, p. 41)

A hipótese de Rosa é que a aceleração característica da Modernidade ultrapassa um ponto crítico no tempo atual, além do qual não é mais possível conceber a sincronização da sociedade como um todo e da integração social, caindo por terra o projeto de autonomia da Modernidade. (Rosa, 2005/2019, p. 42-3)

Na primeira Modernidade, a aposta era no progresso, a aceleração traria um futuro melhor para a sociedade, com mais recursos, mais facilidades, mais conhecimento, melhores relações sociais. No nosso tempo, perdemos essa perspectiva e a aceleração visa simplesmente a nos manter em movimento, evitando a queda. Não há um futuro a ser sonhado, mas uma urgência em se manter de pé, em movimento, na lógica do aumento. Rosa traz a imagem do jogador de fliperama, cujo objetivo é apenas manter a bola em jogo, nada mais.

³⁶ Rosa a cita obra de 1997, de Höning, K., Ahrens, D. e Gerhard, A., intitulada *Zeitpraktiken: Experimentier der Spätmoderne*, cujo título já faz referência ao termo “Modernidade Tardia”.

O êxito individual ou coletivo alcançado no presente já não importa: “vivemos, trabalhamos e nos orientamos economicamente neste ano; no próximo ano, para mantermos nosso lugar no mundo, devemos ser melhores, mais velozes, eficientes, inovadores – e, no ano seguinte, coloque-se o nível ainda um pouco mais acima.” (Rosa, 2019a, p. XV).

Segundo o autor, saímos de um modo de reprodução estrutural adaptativo, mimético e voltado basicamente para a subsistência, no século XVIII, para um modo moderno de estabilização dinâmica.

O estabelecimento do modo da estabilização dinâmica se dá, no entanto, não apenas através da pressão inovativa economicamente gerada – esse modo resulta também da transformação da esfera política e da produção científica, que possuem uma lógica interna (no contexto europeu impulsionada sob a forma de projeto). A mudança fundamental se deixa observar, de fato, já no nível *conceitual*. A mais alta autoridade em questões epistemológicas e de conhecimento foi concedida, no século XVIII, às ciências, que já não *administram, asseguram ou transmitem* um conhecimento estabelecido, herdado ou revelado pela tradição e sua autoridade. Ao contrário, *recriam* o conhecimento em projetos e programas de pesquisa sempre novos. A ordem do conhecimento da Modernidade se apoia, portanto, não sobre fundamentos estáticos, mas dinâmicos. (Rosa, 2019a, p. XVIII)

Também a ordem política e a ordem legal se estabilizam dinamicamente, seja ao serem impelidas a reagir de forma habilidosa e sensível às demandas e transformações sociais, e, com isso, a efetuar ágeis movimentos adaptativos na legislação moderna, seja na permanente (re)criação de direito do Poder Legislativo. (Rosa, 2019a, p. XIX).

Não é diferente com os empreendimentos artístico e literário, dos quais são sempre exigidas renovações. Eles também só conseguem se estabilizar através de inovação e transformação.

Ou seja, seguimos em modo contínuo, sempre impelidos à inovação, ao crescimento, dissociados do sentido singular de cada movimento para cada indivíduo. Rosa (2019a, p. XXIV) afirma que

mesmo a conservação do já alcançado só é possível se ainda mais energia for mobilizada, de modo a gerar crescimento, aceleração e inovação. Em resumo: nós, contemporâneos, não caminhamos mais em direção a um objetivo prenhe de promessas que se coloca à nossa frente; antes, caminhamos para longe de um abismo catastrófico que se abre às nossas costas. Trata-se de uma diferença total no sentido da cultura.

Em sua investigação sobre a aceleração social e de seu papel constitutivo na Modernidade, Rosa (2005/2019, p. 140) distingue três categorias desse fenômeno, que se articulam entre si de modo complexo e até mesmo paradoxal: a aceleração técnica, a aceleração da mudança social e a aceleração do ritmo de vida.

A aceleração técnica é definida como uma aceleração intencional de processos direcionados a um objetivo, e caracteriza-se pelo aumento da velocidade nos transportes, no trânsito das informações e na produção de bens.

Rosa define a aceleração da mudança social a partir do conceito de contração do presente, introduzido por Hermann Lübbe. Essa ideia é especialmente interessante para nossa discussão, pois assinala a crescente velocidade de obsolescência social e cultural e do constante adensamento de inovações, que temos ressaltado como sendo um elemento dificultador em momentos de passagem na vida, como na entrada na parentalidade.

O presente é compreendido pelo autor como um período de duração ou estabilidade no qual o espaço de experiência e o horizonte de expectativa não foram modificados, sendo assim congruentes.

Somente no interior de tais intervalos temporais é possível, a partir de experiências realizadas, deduzir conclusões para o presente e para o futuro, e somente aí experiências e processos de aprendizado possuem uma força de orientação, pois há uma certa medida de segurança e expectativa (Rosa, 2005/2019, p. 150).

Assim, o presente tem validade curta, o passado é tudo aquilo que não vale mais e o futuro abarca o que ainda não vale.

A aceleração da mudança social é definida como um “aumento das taxas de expiração de experiências e expectativas orientadoras da ação” (Rosa, 2005/2019, p. 152), ou seja,

os períodos de duração ou estabilidade, para os quais se pode supor uma coincidência entre espaço de experiência e horizonte de expectativa, de forma a surgir uma segurança de expectativas, se encurtam progressivamente nos diferentes âmbitos dos valores, das funções e ações sociais, ainda que não unilateralmente e não na mesma velocidade em todos os lugares. (Rosa, 2005/2019, p. 600-1)

Fato que na vivência da maternidade e da paternidade é potencialmente angustiante, pois pressupõe ter que se inventar sempre de novo e de novo, anulando qualquer repertório social anterior.

Além da aceleração técnica e da aceleração da mudança social, Rosa analisa também a aceleração do ritmo de vida. O tempo que levamos nas refeições, nosso tempo de sono, de comunicação em família etc. revela-se cada vez mais curto. Ou aumentamos a velocidade das tarefas, ou reduzimos o intervalo entre elas, ou realizamos várias atividades simultaneamente.

A intensificação do ritmo de vida se manifesta subjetivamente num sentimento de carência de tempo, na pressão por mais aceleração, além do medo constante de não acompanhar o ritmo esperado.

Em meio a essa lógica do aumento, do dinamismo tecnológico, das mudanças sociais e do ritmo de vida, observam-se estratégias de desaceleração ou freios nesses processos. Um deles é o próprio limite da natureza, sobre o qual não é possível impor aceleração. A velocidade de processos

de percepção, de assimilação de estímulos, de regeneração dos tecidos, as horas do dia, as estações do ano, entram igualmente nesse grupo.

Ainda que tentemos cada vez mais ter controle sobre a gestação e o parto, há um tempo de aproximadamente 40 semanas que precisará ser atravessado, é preciso paciência e esperar o tempo da maturação do bebê. A partir do nascimento, há o tempo próprio de cada criança, do seu amadurecimento, da regulação dos ritmos de sono/vigília, da amamentação, a maturação do sistema neurológico, digestivo, respiratório etc. A natureza se impõe com seu ritmo próprio.

Rosa refere-se também às ilhas de desaceleração, que escapam total ou parcialmente dos processos de modernização aceleradores. Nesses ambientes procura-se criar uma experiência de tempo lentificada. São lugares – grupos sociais – que instituem uma outra lógica de vida, nos quais parece que o tempo não passa. Observa-se isso em diversas seitas, que se organizam em comunidades fechadas, ou mesmo em grupos excluídos socialmente.

Por fim, há também a lentificação como efeito colateral disfuncional, sendo que os adoecimentos depressivos podem ser entendidos como uma expressão sintomática desse tipo. Nesses estados, a percepção é de que o tempo parou. Na mesma categoria, estariam a exclusão de trabalhadores da vida profissional e as recessões econômicas.

Há ainda, e elas sempre existiram, formas de desaceleração social como ideologia. Surgem como protesto contra as novas tecnologias. Resistências às ferrovias em tempos passados, à TV, ao celular, são exemplos disso. “O anseio fundamental moderno, pelo mundo calmo, estável e confortável que se perdeu, é difundido por imagens pré-modernas fantasiosas, que se associam a movimentos sociais de protesto que mantêm concepções de uma pós e uma contra-Modernidade desacelerada.” (Rosa, 2005/2019, p. 169)

As inúmeras ideologias desaceleratórias não parecem ter se sustentado até aqui, há a promessa de um novo bem-estar. Mas, como alerta Rosa (2005/2019p. 171), “o preço da lentificação individual em sociedades pós-industriais é muito alto”, pois quem fica de fora perde o ritmo, as conexões e as chances de reassimilação. Podemos imaginar que, ainda que tais pessoas não vislumbrem uma reintegração ao mundo acelerado, renunciar aos recursos tecnológicos de nosso tempo é um risco e um desafio e tanto.

Interessante a observação de Rosa (2005/2019, p. 171-2) de que várias

de nossas necessidades desaceleratórias diárias são tão seletivas que carregam em si sua própria negação – desejamos finalmente ter tempo para nós mesmos, para a família, *hobbies* etc., e para alcançar isso desejamos e exigimos, ao mesmo tempo, que *todos os outros* se apressem: a moça do caixa no supermercado, o funcionário público na repartição, e também que o semáforo de trânsito fique verde mais rápido e que o transporte público ande mais depressa.

De todo modo, vale pensar o que tem produzido todos esses movimentos de lentificação e desaceleração que surgem de tempos em tempos. São ações individuais ou coletivas que parecem buscar algo daquela autenticidade almejada no início da Modernidade. As análises de Rosa (2005/2019) indicam que, até o momento, não observamos experiências que possam ser significativas em seus efeitos coletivos, mas elas não deixam de surgir.

Também no universo da parentalidade observamos o retorno ao parto domiciliar, distante dos aparatos tecnológicos dos hospitais, grupos de apoio à amamentação e, para além do universo do parto/puerpério, as práticas da *Slow Medicine*, que vem ganhando espaço desde a publicação, em 2002, do artigo do cardiologista italiano Alberto Dolara, “*Invitation to a Slow Medicine*”, em um suplemento do *Italian Heart Journal*.³⁷

³⁷ <https://www.slowmedicine.com.br/uma-breve-historia-do-movimento-slow-medicine-no-mundo/>

Estratégias de lentificação muitas vezes são também buscadas para reabastecer as energias e reaquecer os motores, para retornar ao ritmo frenético com mais eficiência e produtividade: é a aceleração através da lentificação. Retiros espirituais, práticas de meditação e de ioga, por exemplo, estão frequentemente a serviço desse intento.

Rosa propõe que os processos de hiperaceleração e de inertificação social são complementares e encontram sua expressão mais eloquente na imagem da “paralisia frenética”. Tais processos estão vinculados entre si de modo sistemático: “As formas da lentificação abordadas nessa categoria não se opõem, portanto, à dinâmica aceleratória nem constituem efeito colateral disfuncional, mas sim representam um elemento *interno* e um princípio complementar *inerente* ao processo de aceleração.” (Rosa, 2006/2019, p. 178, grifos do autor)

A partir de suas análises sobre o fenômeno tardo-moderno da aceleração social e seus processos de lentificação complementares acima descritos, Rosa (2005/2019p. 176-7) pondera, em diálogo com Hermann Lübbe, que é necessário garantir que alguns aspectos da cultura permaneçam fixos para uma reprodução cultural bem-sucedida.

Uma alta dinâmica de desenvolvimento cultural requer grande constância na validade de uma parte dos elementos culturais. Culturas dinâmicas colocam a si mesmas em perigo através da alta velocidade de obsolescência de tradições, complementar à sua dinâmica, e, para conseguir cumprir [...] este desafio, elementos tradicionais retrógrados, cuja validade apresenta constância, tornam-se proporcionalmente mais importantes. Em outras palavras: parece haver fronteiras individuais e também institucionais tanto no que tange à capacidade de elaboração de inovações, quanto em seus respectivos pontos de vista. (Lübbe, 1998, p. 288 *apud* Rosa, 2005/2019, p. 176-7)

Ao que Rosa conclui que a lentificação de setores da vida coletiva e cultural parece ser essencial para evitar a erosão das instituições e, mais do que isso, que a lentificação seria um requisito funcional da atual sociedade da aceleração.

[A] aceleração foi possível em diversos campos devido ao fato de que inúmeras instituições - como o *direito*, os *mecanismos de direcionamento político*, o *regime estável de (tempo de) trabalho industrial* ou o *regime de percurso de vida* -, assim como as orientações de ação a elas associadas tenham sido excluídas por muito tempo da transformação, criando assim mecanismos de asseguarção de expectativas, estabilidades de planejamento e previsibilidade que puderam servir de base para a aceleração econômica, técnica, científica e política sobre “trilhos de desenvolvimento” estáveis. (Rosa, 2005/2019, p. 603-4, grifos do autor)

Do mesmo modo, as diversas culturas dispõem de variados dispositivos para receber os bebês que chegam às famílias e aos grupos sociais. São rituais, crenças, procedimentos e/ou práticas que operam como as instituições necessárias à estabilidade do grupo mais próximo ao neonato e servem ao processo de humanização daquele que chega. Esse núcleo de estabilidade traz em si um repertório cultural sobre o que acontece nos primórdios da vida e que será transmitido em gestos, atitudes e cuidados, além de narrativas que podem operar como organizadores para esse momento.

A vinheta a seguir parece contar um exemplo dessa história de modo sensível e comovente.

O bebê estava com uma semana de vida e ainda não tinha sido possível mamar ao seio, em razão de uma cirurgia no lábio, feita ao nascer. Era alimentado via copinhos ou conta-gotas.

Haviam saído da consulta médica na qual os pontos da cirurgia foram retirados e a mãe fora devidamente orientada pelo médico para aguardar mais um dia, antes de iniciar a amamentação ao seio, para garantir a perfeita cicatrização. Ambos não contavam com mais essa espera. Uma semana havia sido vivida como uma eternidade pelo par mãe-bebê.

A essa consulta acompanhou-os a avó, em cuja história de vida havia nove irmãos, cinco filhos e já vários netos. Ela própria havia dado à luz um dos filhos, calmamente, numa pacata

cidade na Ilha do Marajó, apenas com a ajuda de uma das irmãs. Em seu repertório trazia histórias, tradições e uma sensibilidade incomum com as coisas da natureza.

Saídos do consultório médico, estavam avó, mãe e bebê no táxi, retornando para casa. O menino choramingou de fome. A mãe se inquietou. A avó naturalmente determinou: “dá o peito pra essa criança!!”. Sem titubear, a mãe o fez. O menino imediatamente pegou o seio e mamou fartamente por todo seu primeiro ano.

No exercício da parentalidade, poder contar com um mínimo de referências históricas e culturais é algo tão essencial, porque oferece um contorno, alguma certeza diante da novidade e do imponderável que é um recém-nascido e mesmo crianças e adolescentes, seja em condições comuns seja naquelas extraordinárias, como a de nossa vinheta. Do mesmo modo, esse enquadre, por menor que seja, oferece algum norte do porvir, a partir das experiências do grupo social mais íntimo. Ainda que nada disso seja absoluto, as narrativas culturais têm potencial para serem organizadoras; desta forma, podem ampliar a nossa capacidade de pensar e suportar as dores e as delícias da parentalidade.

Aquela avó, imersa em sua cultura sobre maternidades vividas e compartilhadas, entoou a voz que autorizava e convocava a entrada da mãe naquele universo, confiante na sua sensibilidade e intuição, mais do que nos dispositivos técnicos. A mãe, receptiva e ávida por isso, fez o que queria fazer e fez melhor na companhia da avó do menino. Deu muito certo.

Essas ideias e histórias vão nos dando notícias da complexidade do estilo de vida acelerado, próprio da Modernidade, e das variáveis – algumas inevitáveis, outras necessárias, até bem-vindas –, que vão construindo o cenário social em que vivemos, em que vivem mulheres e homens que se tornam mães e pais.

Se, no início da Modernidade, o projeto era libertar-se de diretrizes autoritárias e tradicionais, além da superação da escassez e das limitações naturais, na direção autodeterminada de vida, o que se viu foi algo diferente disso. O projeto de vida passou a servir ao objetivo de acompanhar o jogo de aumento, de permanecer ou tornar-se competitivo, o que arruína o projeto de autonomia da Modernidade.

O anseio moderno por autonomia mostrou-se insuficiente e falho em seus propósitos. Rosa (2019, p. XXV e XXVI) compreende que, mais do que autonomia, tal como esperada pelos modernos, surge o anseio por ressonância, um complemento que parece fazer mais sentido. Tal conceito será mais detalhado no próximo tópico deste capítulo, mas a seguinte passagem explica de modo preciso a relação entre a ressonância e a autonomia, e por que a autonomia não se reverteu em qualidade de vida:

Quando a vida se torna bem-sucedida, na qual “experiências de ressonância” (no trabalho, na comunidade política, na família, na natureza, na arte etc.) são realizadas, a ideia de autonomia não deixa de ser importante – mas a amplificação “cega” de opções não é em si mesma, sob nenhuma hipótese, um aumento da qualidade de vida. (Rosa, 2019a, p. XXV e XXVI)

O jogo do aumento leva inevitavelmente ao esgotamento do corpo e da mente. Rosa usa a imagem da roda do *hamster*: um dispositivo girado ininterruptamente pelo *hamster* para chegar a lugar nenhum, apenas para se manter no mesmo lugar. Segundo o autor, não nos deixamos parar nem mesmo pelos nossos corpos: uma gripe, uma fratura, nada nos para. “Além disso, fazemos mais e planejamos o nascimento com a cesariana e o funeral com a cremação, de modo que estes se encerrem a tempo e se adequem ao planejamento temporal” (Rosa, 2019a, p. XXVI)

Em sua análise, o *burnout* não é causado por muito trabalho, nem pela imposição de um andar mais rápido, mas “pela ausência de qualquer horizonte em direção ao qual se dirigir”. (Rosa, 2019a, p. XXVI). Configura-se uma impossibilidade existencial.

Finalmente, Rosa se pergunta se, na Modernidade Tardia, seriam observáveis outros projetos mais favoráveis a uma vida mais digna e interessante. É nesse ponto que ele sugere que eles “deveriam ser orientados (...) para arranjar espaços de ressonância [*Resonanzräume*], que, por sua vez, não sigam a lógica do aumento, da ampliação do alcance-sobre-o-mundo e do tornar disponível [*Verfügbarmachung*] e, ao mesmo tempo, possam resistir aos imperativos de dinamização.” (Rosa, 2019a, p. XXVIII)

As análises de Rosa sugerem que as experiências de alienação nos impedem de alcançar uma boa vida e propõe como solução aumentar os espaços de ressonância. Vale pensar em modelos possíveis de ressonância e de estratégias que possam aguçar nossa acuidade para encontros ressonantes, tal como ele compreende.

5.2 Ressonância afetiva, por Hartmut Rosa

As ideias de Rosa sobre ressonância derivam, por um lado, de suas reflexões sobre a aceleração social, isto é, da própria compreensão das estruturas temporais da Modernidade. E, por outro, da problematização do conceito de reconhecimento, de Axel Honneth³⁸, de quem foi discípulo e com quem mantém uma relevante interlocução.

³⁸ O conceito de reconhecimento de Honneth surge principalmente de seus estudos da filosofia (Hegel), psicologia social (Mead), ética comunicativa (Habermas) e psicanálise (Winnicott). Honneth (1992/2003) enfatiza a importância

Embora as ideias de Rosa tenham sofrido importante influência de Honneth, Rosa considera incompleta, ainda que plausível, a tese de Honneth de que os sujeitos vivem uma constante luta por reconhecimento. Desse modo, oferece uma ampliação dessa ideia com o conceito de ressonância, tema que me interessa especialmente aqui.

Rosa se indaga se a relação que estabelecemos com o outro – seja este outro uma pessoa, um objeto, uma instituição etc. – representa uma ameaça ou sedução e encantamento; se este outro oferece proteção e amparo, se é responsivo e nutritivo ou simplesmente indiferente e mudo. Entende que há ao menos três modos basais de relação com o mundo a serem observados: ressonantes, indiferentes e repulsivos.

Nos encontros humanos, na relação com a natureza, religião ou arte, o indivíduo busca relações de ressonância, “a qual se predispõe uma relação responsiva, isto é, que se dá em um mútuo alcançar do outro lado, que desdobra um efeito transformador em ambos os lados, ou pelo menos pode desdobrar.” (Rosa, 2019a, p. XXXII).

O autor distingue três formas de relação de ressonância. A primeira se dá entre duas entidades equivalentes ou similares, como na amizade, nas relações conjugais ou de pais e filhos, que ele nomeia *ressonância social ou horizontal*; a segunda é aquela oferecida pela religião, pela arte e pela natureza, que seria a *ressonância vertical*; a terceira, por fim, é a que se dá com objetos e artefatos, a *ressonância material ou diagonal*.

Rosa enfatiza que seu conceito de ressonância amplia o conceito de reconhecimento ao âmbito da intersubjetividade, especialmente na ressonância horizontal. Para além da esfera do

das relações intersubjetivas de reconhecimento para o entendimento das relações sociais. Ressalta o nexo existente entre a experiência de reconhecimento e a relação consigo próprio, na possibilidade da autoconfiança, no autorrespeito, na autoestima etc.

reconhecimento, há algo que ocorre entre os dois sujeitos no encontro, de modo recíproco, e ambos saem transformados por ele.

A chegada de um filho é um momento de passagem. Desde o sonho de ter um filho e sua concepção, ou a descoberta ao acaso, algo já entra em mutação: um tempo de muda se inicia, um deixar de ser e um vir a ser se mesclam para que surja algo de intermédio. A ressonância entre mãe (pai) e bebê – e a ressonância que possa ser vivida entre os pais e seu entorno – serão essenciais para que esse tempo de muda se processe e algo de novo, uma criação, possa advir e trazer novas possibilidades de existência e realizações.

Uma curiosidade que podemos associar ao tema de minha pesquisa é que o período de muda das plumagens dos pássaros acontece, em geral, após a fase de reprodução e pode durar até quatro meses. Há uma diminuição no metabolismo desses animais, nesse período. Qualquer semelhança com o nosso puerpério certamente não é mera coincidência.³⁹

O oposto da experiência de ressonância seria a insuficiência relacional, indiferente ou hostil, compreendido por Rosa no conceito de alienação. Ou o mundo se cala para nós ou nos ameaça.

Nós nos deparamos com a mais radical manifestação dessa relação com o mundo na experiência do *burnout* ou da depressão, que se caracteriza pelo fato de o mundo se nos opor, como um todo, como algo paralisado, atônito, frio, pálido e silente, ao mesmo tempo que nos experienciamos a nós mesmos como vazios, mortos e desatados. Nesse estado, todos os eixos de ressonância cessam, entre nós e o mundo não se estende mais uma corda de ressonância. Também nossa capacidade de ser afetados e de empatia, bem como a crença em nossa

³⁹ Renato Mezan (1998, p.112) se vale também dessa ideia em seu ensaio Tempo de Muda (do livro de mesmo título), inspirado numa carta de Van Gogh (carta 133 a Theo), em que ele diz: "O que é a muda para os pássaros, a época em que trocam as plumagens? É a adversidade ou a infelicidade, os tempos difíceis, para nós, seres humanos. Uma pessoa pode ficar neste tempo de muda; também pode sair dele como que renovada".

autoefetividade, são, sob o estado depressivo, significativamente reduzidas. (Rosa, 2019a, p. XXXVII)

Considerando que relações de ressonância, como afirma o autor, não podem ser ensinadas, estamos dentro do campo do que pode ser transmitido culturalmente, ou favorecido, que poderá ou não emergir em determinado contexto. Concordamos com Rosa (2019a, p. XXXVIII) quando aponta que, desde o nascimento, somos aptos à ressonância: a relação com o si mesmo e com o outro se dá por vínculos desta natureza.

Ressonância, no entanto, não pode ser confundida com consonância ou harmonia, pois ela também implica contradição e dissonância. A resposta que surge do encontro com o outro acolhe, nutre, mas também perturba, desestabiliza, arrebatada.

Do mesmo modo, a alienação, compreendida como “a capacidade de manter o mundo ou fragmentos do mundo à distância, bem como de reificá-los e, por assim dizer, silenciá-los” (Rosa, 2019a, p. XXXVIII), é também não só inevitável como necessária em vários momentos da vida, como na puberdade.

A imagem muito apropriada trazida por Rosa nos lembra que, em termos acústicos, um corpo (de um violão ou de um violino, por exemplo) só é capaz de ressonância quando ele é suficientemente fechado, ou seja, há uma medida certa de abertura e fechamento. “[Um] objeto permeável, poroso, não pode ser levado a soar. Ao mesmo tempo, no entanto, ele deve ser suficientemente aberto para que se deixe “afetar”, isto é, para que se deixe pôr em vibração: o corpo completamente fechado não ressoa de forma alguma. (Rosa, 2019a, p. XXXIX)

Com isso, a mera oposição entre alienação e ressonância vai ganhando complexidade e a compreensão de alienação se expande para além do sentido de perda de autonomia e de potência

em relação ao mundo. Isso porque “justamente as experiências de ressonância mais intensas se mostram como momento do tornar-se arrebatado [*Überwältigtwerdens*] [...], o que ocorre diretamente na contramão da ação autodeterminada.” (Rosa, 2019a, p. XXXIX)

Aqui nos deparamos com a experiência do arrebatamento, o *saisissement*, descrito por Michel de M’Uzan (1964, p. 7) e que será desenvolvido no capítulo 7, que leva à ruptura da unidade narcísica, o retorno provisório à não-integração.

Sempre que vivemos experiências ressonantes vivenciamos também esses estados de arrebatamento, de perda de autonomia nos termos de Rosa ou de estado de não-integração, como propõe de M’Uzan.

Quando pessoas se apaixonam ou quando são profundamente tocadas por uma música, uma ideia ou uma experiência da natureza, frequentemente descrevem tais acontecimentos com o conceito de impotência [*Machtverlust*]: *não pude fazer nada a respeito, tive de me deixar levar* – e, ao mesmo tempo, os descrevem como momentos de uma relação bem-sucedida com o mundo, ou melhor: de uma *assimilação do mundo*, que antes põe fim do que conduz à alienação. (Rosa, 2019a, p. XXXIX)

Desse modo, ressonância e alienação precisam ser entendidos não como um par opositor, mas como dialeticamente referidos um ao outro. Se, na alienação, o que está em jogo é uma impossibilidade de uma ação autodeterminada, de uma experiência de não ressonância com o ambiente, algo desse estado também surge num encontro ressonante, responsivo com o meio, como no exemplo do estado de apaixonamento.

Com isso, podemos resumir: ressonância diz respeito a um modo de relação com o mundo no qual sujeito e mundo “alcançam-se” mutuamente, de tal modo que uma relação responsiva, que produza efeitos transformativos, pois que *liquefaz* as já dadas relações do mundo, emerge. Em relações de ressonância, os sujeitos são tocados (afetados) por um *outro*, o qual os refere e lhes *diz* algo, ao mesmo tempo que respondem (emocional e fisicamente) e, com isso, experienciam-se como *autoeficazes*. (Rosa, 2019a, p. XL)

O que apreendemos dessas ideias é que, em cada fase da vida, surgem contratempos que podem ser vividos como impasses, aborrecimentos, ou mesmo como uma grande comoção psíquica, que podem levar a uma paralisia, a um aprisionamento na dor ou podem oferecer possibilidades de renovação, de reinvenção de si mesmo. O trauma, tal como aponta Roussillon⁴⁰ (2019, p. 202), resulta do caráter não integrável, para aquele sujeito e naquele momento da sua história, da experiência que ele está atravessando. Determinadas condições precisarão ser atendidas para que a experiência se torne tolerável e possa ser ligada e integrada, isto é, para que se dê a apropriação subjetiva, nos termos desse autor (Roussillon, 2019, p. 200).

Além dos recursos psíquicos de cada sujeito, seus aspectos constituintes, seu mundo intrapsíquico, são a forma e a qualidade da relação estabelecida com o ambiente – a dialética entre o intra e o intersubjetivo – que irão propiciar um ou outro destino, a paralisia no trauma ou a apropriação subjetiva e a conseqüente transformação, o porvir do tempo de muda. Um ambiente ressonante oferece chances de nos levar à segunda alternativa.

Rosa (2019a, p. XL) entende que todas as culturas dispõem de contextos institucionais específicos e de práticas sociais nas quais experiências de ressonância tornam-se prováveis. Há quatro elementos que sempre estão presentes numa relação de ressonância: afetação, autoeficácia, transformação e indisponibilidade⁴¹.

⁴⁰ No capítulo 7, aprofundaremos o conceito de trauma, tal como proposto por Roussillon. O pensamento deste autor é fundamental nesta pesquisa, pois me deu substrato clínico e teórico para afirmar o potencial intrinsecamente traumático da experiência da maternidade.

⁴¹ O tradutor de Rosa esclarece que o sentido do termo “indisponibilidade” [*Unverfügbarkeit*] adotado pelo autor deriva do adjetivo *unverfügbar*, indisponível. “*Unverfügbarkeit* não significa apenas aquilo que não se encontra temporária ou espacialmente à mão, como uma mercadoria esgotada. É preciso lê-lo como referente àquilo *que não se põe à disposição*, que não se deixa tomar em sua inteireza, que se esquivava, que só entra em contato conosco de forma elusiva. Assim, a “indisponibilidade” é característica de um objeto que não se deixa ser subjugado, controlado, instrumentalmente reproduzido, que só é *parcialmente objeto*, isto é, que existe em si, e não para nós. (Nota do tradutor, p. XXXVI)

Se imaginarmos momentos em que somos tocados por uma poesia, uma música, uma ideia e vivemos um certo alumbramento ou mesmo perturbação; ou em situações em meio à natureza, quando algo nos captura e somos afetados, tocados pela experiência, como se ela nos banhasse de modo que não podemos e não queremos nos distanciar dela. Um encontro ressonante é aquele que nos afeta desse modo. Tal é também a ideia do arrebatamento, do *saisissement* (M'Uzan, 1964), como aludido acima.

O que advém desse encontro é uma resposta, uma reciprocidade, “na qual este realiza a experiência de também conseguir, por sua vez, alcançar e mover o outro lado” (Rosa, 2019a, p. XLI). Trata-se de uma resposta “autoeficaz”, nos termos do autor.

Dessa relação de responsividade ressonante, sujeito e objeto se transformam, a ressonância provoca “uma transformação dinâmica do eu e do mundo” (Rosa, 2019a, p. XLI). Uma transformação assim implica que cada um tenha uma coesão interna consistente, para falar em “voz própria”, mas que seja permeável o suficiente para se deixar tocar e afetar e assim se transformar.

O quarto elemento presente numa relação de ressonância é o que Rosa nomeia de “indisponibilidade”, no sentido de que a ressonância não pode ser imposta, “seu surgir e sua duração são incertos” (Rosa, 2019a, p. XLI), é algo que não se põe à disposição, que não se pode apreender em sua inteireza. Imaginamos um clima propício para que advenha, mas nada que aceite o modo imperativo, *seja ressonante!* Além disso, não se pode prever os resultados de relações ressonantes, o que virá a partir das transformações não se pode antever.

Assim, Rosa tenta decifrar o que pode caracterizar as relações como sendo ressonantes. Não se trata de encontros afetuosos e amistosos ou mesmo harmônicos, mas sim encontros em que serão necessárias uma posição e uma disposição para que ele seja transformador. Uma disposição de abertura e ao mesmo tempo de coesão interna, o suficientemente fechado, em seus termos. De

modo a propiciar o alcance mútuo, a resposta, uma reciprocidade na afetação, uma conseqüente transformação.

Há algo que surge do encontro, no entre. Sujeito e objeto se transformam a partir daí, o que parece sensivelmente evocado nos versos do poema “O Outro”, de Mario de Sá-Carneiro (1915):

*Eu não sou eu nem sou o outro,
Sou qualquer coisa de intermédio:
Pilar da ponte de tédio
Que vai de mim para o Outro.⁴²*

Quando chega o bebê na família, um elemento desorganizador, perturbador e ao mesmo tempo cheio de encantamentos, todos se transformam. Esse momento de troca de pele, descrito por Prat⁴³ (2008), de loucura parental, pais e bebê já não são os mesmos, são qualquer coisa de intermédio, que se anuncia pouco a pouco, a partir do encontro inaugural. O neonato, ávido por e apto para ressonância, e os pais, que tanto poderão se oferecer como ressonantes, se puderem contar com o *setting social* descrito por Winnicott (1965a, p. 37)⁴⁴, quanto poderão estar indisponíveis e mudos para as necessidades do bebê.

Ao contrapor o conceito de ressonância ao de alienação, Rosa propõe pensar em possibilidades ou antídotos para a sociedade da aceleração que levaria à alienação. Definir o

⁴² O poeta, a partir da realidade que observa o leva a uma experimentação fragmentada de si. “Ele revela esses fragmentos ao leitor por meio de jogos de palavras que priorizam construções sensoriais em vez de construções fundadas no racionalismo – incluindo aqui a lógica, por ele abolida, de ‘início, meio e fim. [...] O encontro, raramente pacífico [com o Outro], produz mudanças profundas no próprio sujeito, mudanças que o fazem estranhar a si mesmo e se colocar num estágio de suspensão entre a conformação com a identidade e o total estranhamento com aquele que se lhe apresenta” (Wigvan Pereira, <https://www.e-centrica.org/mario-de-sa-carneiro/>, acesso em 13/03/21)

⁴³ Tema que abordarei no cap. 7.

⁴⁴ Esta e outras ideias de Winnicott serão desenvolvidas no cap. 6

conceito de ressonância implica ter em mente que as pessoas buscam e necessitam de relações de ressonância com o mundo. Fica em aberto em qual direção e como elas podem ocorrer.

Experiências de ressonância são eventos momentâneos que ocorrem em situações que Rosa denomina eixos de ressonância. Concertos, rituais religiosos ou trilhas nas montanhas podem operar, por exemplo, como eixos de ressonância.

[...] duas pessoas desejam dispor de eixos musicais de ressonância, mas uma delas os estabelece sobretudo em relação à música dodecafônica de Schönberg, enquanto outra os encontra no samba de gafeira – cada uma mantém-se “surda” ao eixo de ressonância da outra. Todavia, a constituição desses eixos é especialmente possível e provável porque a arte, e sobretudo a música em si, tornam-se *esferas de ressonância* típicas da Modernidade. Em incontáveis narrativas, instituições e rituais essa cultura produz uma sensibilidade especial para a ressonância no campo das práticas e experiências estéticas. *Esferas de ressonância* representam, nesse sentido, zonas de experiência coletiva. (Rosa, 2019a, p. XLII)

Além da experiência estética, o trabalho e a família podem ser eixos de ressonância. A família, aliás, é concebida como um local de ressonância na Modernidade, ainda que, como alerta Rosa (2019a, p. XLIII), o “fato de que essa promessa dificilmente se cumpre é uma outra história”.

Acompanhando o pensamento desse autor, proponho que, para que as experiências de ressonância se realizem, é necessária uma “atitude disposicional sensível à ressonância”, o que requer uma abertura para escutar o outro e se deixar afetar, é “aceitar o risco de se modificar e se tornar outro”.

O encontro com o filho que chega é exemplar dessa condição em que um e outro podem se afetar, serem responsivos e assim se transformarem.

O que observamos é que, diante da incerteza, de tantas mudanças e do desconhecimento sobre o desenrolar do encontro, há, como aponta Guerra (2018, p. 172), uma sobrevalorização da ação, que podemos conferir nas inúmeras técnicas, especialistas e métodos sobre como maternar e

criar os filhos. O simplesmente deixar-se afetar e fazer-se saber, ou construir um saber sob medida para aquele filho, naquele momento, parece muito ameaçador. Mães e pais talvez o sintam como uma queda da roda girada e a conseqüente ausência de um lugar no mundo.

A promessa de autonomia que o progresso indicava nos primeiros tempos da Modernidade se perdeu, pois os sujeitos se tornaram reféns dos processos aceleratórios, que demandam metas sempre crescentes para alcançar a tão almejada qualidade de vida. É aí que se faz imperiosa a ressonância, que se revela mais essencial do que a necessidade de autonomia.

Ainda numa tentativa de escapar dessa lógica frenética, surgem os movimentos e ideologias de desaceleração, oásis de ressonância, referidas no item anterior, para onde as pessoas se retiram temporariamente em busca de experiências diferentes da lógica da aceleração. Rosa (2019, p. XLVI) acredita que essas idas e vindas a tais retiros de desaceleração são apenas simulacros de ressonância e não formas ressonantes genuínas de estar-no-mundo:

Não vamos encontrar uma boa vida, nem na meditação, nem na alimentação ecológica, nem nos passeios no campo. E muito menos na ilha grega ou perdidos em uma cabana no meio do bosque. O que fazer então? Nos anima a tomar os caminhos da ressonância, uma noção mais política do que parece à primeira vista. (Rosa, 2019b, p. 90, tradução nossa)

A saída que ele propõe é uma sensibilização da sociedade numa direção em que os vínculos possam ocorrer de modo mais aberto à ressonância, tal como ele a concebe. Nessa direção, Rosa coordena, em sua universidade, o Projeto Jena, no qual se promove um amplo debate e se estudam as possibilidades e os contornos de uma sociedade pós-crescimento que sobreviva sem a pressão de crescer. Perceber e compreender tudo isso requer uma mudança no modo econômico de operação, no sistema de distribuição do estado de bem-estar e na orientação cultural. Esses

trabalhos procuram tornar visíveis os problemas de estabilização dinâmica e as perspectivas de um modo de estabilização adaptativo⁴⁵.

Isso nos dá um panorama de uma dentre muitas possibilidades de se imaginar alternativas ao ritmo frenético de crescimento que resulta inúmeras patologias, como o *burnout* e a depressão, referidas por Rosa, e que impõe, com suas demandas e ideais, uma equação impossível para as mulheres entre maternidade, carreira profissional e vida pessoal/social.

5.3 Pensando formas de (de)subjetivação infantil em tempos de aceleração, a partir de Victor Guerra

A partir desse cenário de aceleração proposto por Rosa (2005/2019), apresentei, até aqui, como se dá a entrada na parentalidade, a experiência subjetiva de se tornar mãe (e pai) na Modernidade Tardia. O que pensar sobre o processo de subjetivação do bebê nesse ambiente de aceleração? O foco de minha pesquisa é a subjetividade materna, mas é impossível pensar na mãe sem seu bebê e nos efeitos recíprocos que um produz no outro. Assim, as contribuições de autores que também dialogam com textos sociológicos (e antropológicos) para compreender o processo de subjetivação do bebê oferecem o olhar para o outro polo da relação, ou melhor, para o vínculo, complementando e enriquecendo a discussão.

⁴⁵ <http://www.postwachstumsoekonomie.de/termine/jenaer-projekt/>

Inúmeros autores têm se dedicado a teorizar sobre os primórdios do psiquismo, especialmente no mundo contemporâneo⁴⁶. Optei por trazer algumas ideias do psicanalista uruguaio Victor Guerra⁴⁷, em razão tanto de suas importantes contribuições teóricas acerca dos primórdios do psiquismo e de sua sensibilidade clínica, como também por nos oferecer um interessante diálogo com o que apresentei até aqui.

O artigo de Guerra que em especial nos interessa, “Formas de (de)subjetivação infantil em tempos de aceleração”, faz parte de uma coletânea de textos organizada por Regina Orth de Aragão e Silvia Abu-Jamra Zornig (2018), em que os autores procuram pensar sobre continuidade e descontinuidade no processo de subjetivação do bebê, diante de velozes mudanças sociais e culturais. Os artigos têm como norte a ideia de que, nos primórdios da subjetivação, o movimento rítmico entre continuidade e descontinuidade deve favorecer a construção da subjetividade e a possibilidade de o sujeito simbolizar a ausência do objeto, a partir do compartilhamento de sua presença afetiva. Discutem, a partir daí, os riscos envolvidos diante de falhas nesse processo.

Os autores concordam que o sentimento de existir é correlato ao estabelecimento dos limites eu/não eu e que a constituição subjetiva depende da qualidade dos cuidados primários e da correspondente ilusão de uma continuidade entre eu e não eu. Apenas em seguida, e quando o bebê puder suportá-la, virá a vivência da descontinuidade entre eu e não-eu. Assim, “se a continuidade constitui uma tessitura fundamental para o psiquismo, a descontinuidade é estruturante na medida em que ela determina a separação entre sujeito e objeto e protege o sujeito do excesso de

⁴⁶ Além de Klein e Winnicott, ao longo de suas obras, contamos com os valiosos estudos de Serge Lebovici, Bernard Golse, Anne Alvarez, Renée Roussillon, Daniel Stern, entre tantos outros.

⁴⁷ Guerra dedicou-se, ao longo de toda sua vida profissional, à primeira infância, tanto na clínica quanto em inúmeras produções teóricas. Por mais de vinte anos, e inspirado nas contribuições tão importantes de D. Winnicott, realizou consultas terapêuticas em um jardim da infância. Estava trabalhando na sua tese de doutorado em Paris, sobre o ritmo e os indicadores de intersubjetividade no processo de subjetivação do bebê, quando seu falecimento precoce, em 2017, interrompeu seu percurso (<https://www.gestospontaneo.com.br/quem-foi-victor-guerra> acesso em 9/5/21)

investimento do outro” (Aragão e Zornig, 2018, p. 8). O que está em jogo é um movimento dinâmico entre continuidade e descontinuidade, ligação e separação, tendo claro que as separações não devem ocorrer prematuramente, antes que o sentimento de si tenha começado a surgir. Esse é o ponto que atravessa os diversos artigos do livro.

Em seu texto, Guerra (2018) lança luz sobre o impacto dos tempos de aceleração sobre nossa subjetividade e explora as apresentações sintomáticas atuais na clínica da infância, tais como a hiperatividade e o que ele nomeia como uma “epidemia” dos chamados transtornos do espectro autista (mais especificamente, a atual epidemia de crianças pequenas com suspeita de autismo). Sua proposta, nesse artigo, é pensar essas construções sintomáticas a partir de uma reflexão não só psicanalítica, mas também em diálogo com a sociologia e a antropologia, sobre os tempos de aceleração. Contextualizando sua análise, ele ressalta que

um sintoma, uma forma de funcionamento, teria relação com pelo menos três planos polissêmicos que se entrelaçam. Por um lado, fala do funcionamento próprio a esse sujeito, seus aspectos constituintes e seu mundo intrapsíquico, mas também nos fala de sua relação com os outros, que conformam seu ambiente subjetivante (*perspectiva intersubjetiva parental*), e, por fim, é também uma expressão da cultura na qual estão imersos essa criança e seus pais e que os transcende, e, ao mesmo tempo, condiciona. (Guerra, 2018, p. 166)

O autor enfatiza que, para compreender esses fenômenos, é necessário estar aberto a apreender a dinâmica intersubjetiva, a presença do outro no processo de subjetivação das crianças, a metapsicologia da presença⁴⁸, nos termos de Roussillon (2010), além de ter em conta o contexto cultural em que habitam pais e filhos.

⁴⁸ Roussillon afirma que a simbolização da ausência do objeto deve se iniciar ainda em sua presença, e isso se dá através do jogo intersubjetivo entre a mãe e o bebê, das brincadeiras com a presença e a ausência do objeto materno.

Sua ideia é investigar as modalidades de presença dessas figuras parentais na atualidade, as mudanças na parentalidade e nos vínculos e suas implicações na construção da subjetividade. Para isso, ele toma quatro eixos de reflexão que o permitem pensar, numa outra perspectiva, certas formas de dinâmica da parentalidade que incidem, ao lado de outros aspectos, como polo intersubjetivo, na emergência dessa espécie de “epidemia de crianças graves” (Guerra, 2018, p. 167)

Assim como nesta pesquisa, Guerra está interessado na subjetividade materna e paterna, em como se dá a entrada na parentalidade nesse contexto que ele circunscribe, o da aceleração. Veremos que há várias correspondências entre as ideias dos autores com os quais Guerra trabalha e de Hartmut Rosa (2005), que apresentei no tópico anterior. As reflexões que Guerra desenvolve têm origem na sua clínica com crianças, observando tanto os sintomas que se apresentam quanto o que apreende do vínculo pais-filhos. Suas conjecturas são especialmente relevantes, aqui, para pensarmos a subjetividade materna, ao passo que as sintomatologias por ele estudadas não estarão no foco de nosso debate.

Guerra (2018) e seus interlocutores delineiam os múltiplos fatores que fazem parte desse complexo surgimento do sentimento de si para o bebê e da constituição dessa nova identidade dos pais, como figuras parentais.

Os quatro eixos de reflexão que ele elenca são: 1) mudanças na construção identitária; 2) reconfiguração do público e do privado; 3) tempo e espaço – a aceleração, o investimento do presente e o culto da urgência – e 4) as tiranias da visibilidade e a primazia do sensorial, ressaltando o risco da disritmia na subjetivação.

Esses temas se interrelacionam e, por meio deles, Guerra (2018) vai buscando compreender as formas de subjetivação contemporânea, no contexto da aceleração e da primazia da imagem e

da exposição radical. A partir desse pano de fundo teórico, é possível levantar hipóteses acerca dos efeitos desse modo de ser e estar no mundo contemporâneo (ou, nos termos de Rosa, da Modernidade Tardia) nas relações intersubjetivas pais-bebês e como isso tem influenciado o processo de constituição psíquica dos novos sujeitos.

O primeiro eixo de sua análise alerta para a hiper valorização da descontinuidade quando comparada ao que pode ser estável, contínuo e previsível. O que está em jogo é a efemeridade dos produtos, das relações e das identidades, sempre na ilusão de um prazer imperioso e imediato. Ele afirma que o sujeito pode adotar pluridentidades no mundo virtual, o que pode ser compreendido tanto como uma forma de liberdade de movimento na subjetivação, quanto como um fenômeno que põe em risco a saúde mental ao intensificar as experiências de descontinuidade.

A percepção de que há uma reconfiguração entre o público e o privado é o seu segundo eixo de reflexão. O impulso de expor a intimidade poderia ser pensado como uma busca de reconhecimento, de testar os efeitos na audiência, como uma tentativa de criação de uma intimidade mais rica. Por outro lado, isso levaria o sujeito a ser dependente do olhar do outro para se sentir existindo, gerando o que ele chama de “tirantias de visibilidades”. Seria um excesso de presença do outro que deixa de fora da experiência os momentos de intimidade, de recolhimento, de contato consigo mesmo, “além da necessidade peremptória de se expressar e estar “em conexão” com outros.” (Guerra, 2018, p. 168)

Uma imagem a esse respeito é o que tem ocorrido com bastante frequência em hospitais de grande destaque, em que faz parte do pacote de parto a possibilidade de audiência de convidados, através de uma janela na sala de parto. Parentes e amigos assistem ao parto como a um espetáculo.

Ainda sobre a questão da visibilidade, vemos gestantes postando nas redes sociais ou em grupos de trocas de mensagens todo seu processo de trabalho de parto. Um momento tão

desorganizador, íntimo e doloroso torna-se público. Busca de amparo, de ressonância? Ânsia por maior audiência em suas redes? Tisseron (2011, apud Guerra, 2018, p. 168) afirma haver um *desejo de extimidade*: “O sujeito comunica alguns aspectos de seu mundo interior para testar os efeitos nos outros, e estaria a serviço da criação de uma intimidade mais rica”.

Outro aspecto pelo qual se interessa Guerra, ao pensar nos efeitos desse modo de ser na atualidade, na dinâmica da parentalidade, é o que ele nomeia como abolição dos tempos de espera. Todos os espaços precisam ser preenchidos com atividades mais diversas e a experiência do vazio torna-se assustadora, “o que conspira, por exemplo, contra o valor estruturante das experiências de *relaxamento-não integração* (Winnicott, 2005)” (Guerra, 2018). Os espaços propiciadores de intercâmbio simbólico com o outro vão ficando escassos e sobrevêm os lugares de passagem, de curta permanência, os não-lugares, como nomeou o antropólogo Marc Augé (2003, apud Guerra, 2018) para se referir a shoppings, aeroportos, quartos de hotel, transportes públicos, O uso que fazemos de celulares e tablets, muitas vezes com o intuito de saturar e eliminar qualquer tempo de espera, nos coloca igualmente nesses não-lugares.

A abolição dos tempos de espera se articula com a ideia de Rosa de aceleração da mudança social, definida como um “aumento das taxas de expiração de experiências e expectativas orientadoras da ação” (Rosa, 2005/2019, p. 152). Rosa alerta para o estreitamento do tempo da experiência, fragilizando sua estabilidade e o horizonte de expectativas, enquanto Guerra enfatiza a ausência de espaços vazios entre as diferentes experiências.⁴⁹

⁴⁹ Importante esclarecer ao leitor que, embora ambos os autores se utilizem desse mesmo termo ‘aceleração’, Guerra não cita Rosa neste artigo de 2018 que estou acompanhando. Por serem ideias semelhantes em suas obras, proponho esta aproximação e a conexão entre elas, ainda que os autores não tenham estabelecido um diálogo explícito por meio de seus textos.

Nesse contexto de aceleração, como observa Guerra, a comunicação também se contrai, sendo privilegiada a imagem, havendo o risco de que se desvalorize a palavra como integradora da experiência subjetiva, emocional do sujeito, passando-se a viver uma forma de narrativa sensorial.

Seria a experiência sensorial, predominantemente visual, aquela que narraria as vivências do sujeito, fato que pode ter, por exemplo, um grande valor nas artes, mas que na relação entre pais e filho pequeno pode chegar a ser, em casos extremos, algo *dessubjetivante*. (Guerra, 2018, p. 171)

As comunicações instantâneas tenderiam mais a uma apresentação intempestiva do que a um trabalho de representação, privilegiando mais o resumo do que o discurso (Virillo, 1991, apud Guerra, 2018). A narratividade da experiência, ao se tornar precária, coloca em risco o processo de constituição da subjetividade, tema estudado por Guerra e por ele nomeado como “transtornos de subjetivação arcaica” nas crianças pequenas.

Assim como Rosa (2005/2019) enfatiza que é necessário que alguns aspectos da cultura sejam estáveis e tenham continuidade entre as gerações para que se dê uma reprodução cultural bem-sucedida, o semiótico A. Cuadra (2003, apud Guerra, 2018, p. 171) observa que vivemos uma nova temporalidade, que tenderia a excluir a memória. A partir das ideias desse autor, Guerra (2018, p. 171) compreende que “o indivíduo contemporâneo desaparece num presente acelerado que flui incessantemente, na busca do prazer e novas experiências – e que muitas vezes desautoriza a experiência do passado e a distância crítica”.

Se tenho enfatizado, ao longo deste capítulo, o impacto da Modernidade Tardia na experiência da parentalidade, especialmente da maternidade, e os impasses que esse contexto impõe no delicado processo de subjetivação dessa experiência, Guerra analisa especificamente as consequências que este fluir incessante da temporalidade – em que a fugacidade do tempo

presente é uma constante e a desautorização do passado predomina –, podem trazer para os vínculos intersubjetivos e, portanto, para o processo de constituição psíquica do bebê.

Suas análises se afinam com o que tenho enfatizado ao longo dessa pesquisa, sobre o desamparo em que os pais se veem, na quase absoluta ausência de referências para o exercício das funções parentais. Além disso, a fragilidade de um entorno continente, o social e mais amplamente a cultura, dificulta que os processos regressivos dos pais possam advir, amparados.

Diante disso, há uma tendência à sobrevalorização da ação, que passa a entrar em cena como antídoto contra a incerteza, o culto da urgência proposto por Aubert (2003, apud Guerra, 2018, p. 172), a que já nos referimos.

Essas reflexões buscam questionar os efeitos desse modelo de existência no qual predomina a ação, o tempo de espera se torna difícil de sustentar e os espaços vazios precisam ser evitados. Justamente eles, que são tão necessários para que os trabalhos psíquicos se processem, para que os ritmos presença e ausência possam ocorrer e os tempos do bebê possam ser acompanhados.

Guerra (2018) nos convida, assim entendo, a ter em conta os riscos para o desenvolvimento emocional do bebê quando seus cuidadores principais estão imersos em um ambiente que os chama a cumprir metas cada vez mais elevadas, seguirem acelerados – segundo Rosa, seria a ideia da roda girada em contínuo movimento – e impedidos de fazerem contato com um sentido singular de existência. As metas aparecem desde cedo, com as expectativas em relação ao bebê, com as ofertas de estimulações precoces, buscando desenvolvimento máximo de potencialidades motoras e cognitivas, além de um ideal de autonomia já na primeira infância.

No último eixo de reflexão, as tiranias da visibilidade e a primazia do sensorial, Guerra (2018), a partir das propostas de Harroche (2011), discutirá o risco da exigência de uma visibilidade

contínua nos nossos tempos, que revela uma condição fundamentalmente sensorial do sujeito, no imperativo de ser visível para existir. Trata-se de um “tipo de visibilidade que ignora as fronteiras do íntimo, do privado, e tende a reificar a exibição contínua do *self*. Há que se mostrar, ser visível, para ser valorizado, legitimado, e ter garantia de existência” (Guerra, 2018, p. 173). O fluxo contínuo de estímulos sensoriais levaria a “uma busca de experimentar as sensações como confirmação ontológica” (Guerra, 2018, p. 173).

A partir desse pano de fundo cultural, o autor se propõe a investigar a sensorialidade – entendida como o conjunto de sensações experimentadas pelo sujeito –, a sensação e o ritmo no processo de subjetivação do bebê. As sensorialidades visual, olfativa, auditiva etc., desenham uma “cartografia única e individual e determinam os contornos de cada pessoa” (Konicheckis, 2000, 2002, apud Guerra, 2018); seria sua identidade sensorial. A sensação seria a vertente emocional de uma impressão sensorial, as sensações de prazer, desprazer, por exemplo.

O que está em jogo no processo de subjetivação é que a sensorialidade, as emoções e a ritmicidade possam ser compartilhadas: os gestos, as mímicas e os movimentos de um se coordenam, como num balé, aos gestos, mímicas e movimentos do outro, um sendo espelho do outro, oferecendo uma experiência de prazer para a dupla.

A sensorialidade compartilhada forma um fundo sobre o qual se vai estabelecer a possibilidade de um compartilhar emocional. A emoção se configura a partir de sensações primárias e é uma forma mais complexa das mesmas. Sua forma de expressão mais comum seria a sintonia afetiva de Stern (2000). (Guerra, 2018, p. 177)

O autor acredita que tudo isso poderá advir a partir da instauração do que ele nomeia de “lei materna do encontro”, que se caracteriza por “um respeito pelos ritmos próprios do bebê, uma adequação à sua ritmicidade e pela cocriação de uma ritmicidade conjunta” (Guerra, 2018, p. 178).

Ele alerta que o processo de subjetivação do bebê está em risco quando há um desencontro entre esses ritmos ou quando não há a presença de um outro significativo que acompanhe o bebê nesse delicado momento do vir a ser sujeito.

No lugar de um trabalho de interiorização do objeto, de representação da marca deixada pela presença do objeto, veríamos uma busca por uma continuidade sensorial, sem interrupção dos estímulos, como na aderência às telas, por exemplo, na qual o jogo “presença-ausência”, excitação-recolhimento inexistente. A busca por essa excitação ininterrupta seria entendida como a subjetivação fracassada.

Devemos lembrar a contribuição de autores como Houzel (2011), Golse (2001) e Larban Vera (2013) em relação a que uma das tarefas fundamentais do bebê é organizar e coordenar seus diferentes fluxos sensoriais – e para isso, o encontro rítmico, atencional e narrativo com o outro é fundamental. Ou seja, seria a ritmicidade do encontro com o outro (intersubjetividade) um dos fatores que possibilitaria, junto com os recursos próprios, a vivência de integração do *self* (subjetivação). (Guerra, 2018, p.178-9)

O autor propõe pensar na inter-relação entre os possíveis fatores constitucionais do bebê (hipersensibilidade sensorial, tendência ao evitamento relacional, dificuldade de integração das polissensorialidades e reconhecimento das emoções no tom de voz, nos rostos, nos gestos etc.) e o que o ambiente pode oferecer em termos de ritmicidade.

A dificuldade de acompanhar os compassos do bebê, de estar atento às suas necessidades e seus ritmos e sensorialidades parecem estar relacionados, segundo Guerra (2018, p. 179), além de às questões intrapsíquicas das figuras parentais, às correrias do tempo atual, que demandam dos

pais que estimulem precocemente seus filhos, e à ideia, cada vez mais frequente, de que a separação pais-bebês deve ocorrer o quanto antes. Há um ideal de um bebê autônomo, que atinja elevados índices de desenvolvimento e independência o mais cedo possível.

As análises de Guerra vão na direção de compreender a epidemia de bebês com suspeita de autismo, identificar o que poderia explicar o aumento significativo desse diagnóstico⁵⁰. Os estudos do psicanalista uruguaio buscam “pensar novas formas de articulação entre possíveis fatores constitucionais da criança e certas dificuldades nos vínculos intersubjetivos entre os pais e o filho.” (Guerra, p. 166)

Guerra nomeia a dificuldade de subjetivação do bebê, decorrente da articulação entre fatores constitucionais e dificuldades no vínculo intersubjetivo entre pais-bebê, de Transtornos de Subjetivação Arcaica. São situações em que o bebê encontraria uma disritmia primária, uma forma de subjetivação falha (uma *dessubjetivação*), com dificuldades na instauração da simbolização primária, como propõe Roussillon (2003). Sua hipótese é que o conflito está nas falhas na estruturação a partir do desencontro com o outro concreto, que estabelece ou não um vínculo confiável com a criança. (Guerra, 2018).

Seus estudos investigam com acuidade os primeiros tempos do processo de subjetivação, em diálogo com outros autores também estudiosos desse tema⁵¹, de modo a esclarecer quais são as necessidades psíquicas dos bebês e mostrar os impasses vividos pelos pais no exercício da maternidade e da paternidade – sejam os próprios conflitos inconscientes destas mães e pais, sejam

⁵⁰ Nos anos 1950, havia um ou dois casos para 10.000 crianças (Golse, 2013). Em 2002, nos EUA a frequência era de uma criança para 150; em 2006, uma para 110 e, em 2008, uma em 88 crianças seria autista. Alguns especialistas relacionam esse aumento à melhoria das ferramentas diagnósticas, outros falam de um evidente excesso de diagnóstico, outros falam ainda de fatores ambientais, como alimentação, vacinas etc. (Guerra, 2018)

⁵¹ Golse, B.; Roussillon, R.; Haag, G; Hochmann, J.; Houzel, D.; Konicheckis, A; Meltzer, D.; Muratori, F., entre outros.

as inúmeras, e por vezes contraditórias, cobranças do ambiente para que correspondam a um certo ideal de criação de filhos.

A clínica da parentalidade oferece a possibilidade de cuidado com esse vínculo, de contribuir com os pais para expandir sua capacidade de pensar as experiências vividas com os filhos, seus impasses, suas intensidades de toda ordem e, mais ainda, sustentar o narcisismo dos pais para que eles possam ir ao encontro do filho sem a sobrecarga de sentirem fracassando.

Nossa tarefa segue sendo a de constituir um “porto” nesta viagem da parentalidade, podendo espelhar, sustentar e marcar diferenças no vínculo com o bebê. Seguirá sendo a de “cuidar” dos pais, para que os que cuidam de seu bebê cuidem com o desejo de que, ao crescer, ele também possa vir a ser pai ou mãe e consiga viver essa função com a opacidade da inevitável angústia e a luz da esperança renovada. (Guerra, 2015⁵²)

É de fato uma imagem muito proveitosa pensar nessa tarefa da clínica da parentalidade como se configurando como um porto na viagem do vir a ser mãe e pai. Acrescento que o cuidado com os pais abrange não somente perspectiva desse bebê vir a ser pai e mãe, mas também a saúde psíquica no seu próprio processo de desenvolvimento e a saúde psíquica dos pais.

Essas questões se apresentam de um modo geral na clínica com crianças, nas angústias trazidas pelos pais e especialmente nos anos iniciais de vida dos filhos, quando pais e filhos estão nos primeiros tempos de nascimento como sujeitos e como pais.

Compreender o contexto social e cultural em que estão imersos pais e bebês nos ajuda a ampliar nosso olhar e aguçar nossa escuta para além dos determinantes intrapsíquicos e considerar outros fatores igualmente relevantes para pensar o mal-estar vivido por mães e pais na entrada da parentalidade.

⁵² Versão consultada, online, sem paginação. Link nas referências.

Urribari (2021)⁵³, pensando as relações entre o mal-estar contemporâneo e o mal-estar subjetivo, afirma que

a clínica contemporânea precisa reconhecer a co-determinação do histórico social no mal-estar psíquico, no sofrimento psíquico, os processos de subjetivação e dessubjetivação que se desenvolvem no campo analítico. O pensamento clínico contemporâneo, a clínica do mal-estar contemporâneo precisa levar em conta de um modo significativo as modalidades de atravessamento do mal-estar coletivo social na subjetividade. Por isso é preciso ter uma cartografia mínima, ou não tão mínima do mal-estar contemporâneo que faça parte da escuta.

Acredito poder contribuir com a construção dessa cartografia para pensar os modos de ser e de sofrer na experiência da parentalidade e, assim, imaginar estratégias clínicas que possam auxiliar mães, pais e seus bebês em seus encontros e desencontros, especialmente nos primeiros tempos do bebê e da parentalidade.

⁵³ Urribari, F. Comunicação oral em aula proferida no CEP- Centro de Estudos Psicanalíticos, em 15/05/2021, com o título “Clínica do mal-estar contemporâneo. A destrutividade e suas transformações na teoria e na prática de André Green”.

6. REFLEXÕES A PARTIR DE DONALD WINNICOTT

In becoming a mother I became, briefly, both child and parent, both individual and other, and it was this rare and fleeting exposure of the psyche that I sought to capture in A Life's Work. (Cusk, 2008, p. 5)⁵⁴

I wrote [this book] because I am writer, and the experience of ambivalence that characterises the early stages of parenthood seemed to me to be kith and kin of the writer's fundamental ambivalence towards life; an ambivalence that is obscured by the organised social systems human communities devise, and that the writer or artist is always trying to recover and resolve. (Cusk, 2008, p. 4)⁵⁵

As a mother you learn what it is to be both martyr and devil. In motherhood I have experienced myself as both more virtuous and more terrible, and more implicated too in the world's virtue and terror, than I would from the anonymity of childlessness have thought possible. (Cusk, 2008, p. 14)⁵⁶

Conflitos, ambivalências, ódios, amores, culpas, destruição, criação... São múltiplas e diversas as experiências afetivas que compõem o universo do psiquismo materno. O percurso da entrada na *maternalidade* nada tem de idílico e, menos ainda, é isento de impasses e alternância de sentimentos. Explorar esse universo de emoções é o que se propõe a escritora Rachel Cusk, em *A*

⁵⁴ Ao me tornar mãe eu me tornei, brevemente, tanto filha quanto mãe (*parent*), tanto indivíduo como outro, e foi essa rara e fugaz exposição da psique que eu procurei capturar em *A Life's Work*.

⁵⁵ Escrevi [esse livro] porque sou escritora, e a experiência de ambivalência que caracteriza os estágios iniciais da parentalidade me pareceu ser amiga e parente da ambivalência fundamental do escritor em relação à vida; uma ambivalência que é obscurecida pelos sistemas sociais organizados que as comunidades humanas elaboram, e que o escritor ou artista está sempre tentando recuperar e resolver

⁵⁶ Como mãe você aprende o que é ser mártir e diabo. Na maternidade eu experimentei a mim mesma como a mais virtuosa e a mais terrível, e mais implicada também nas virtudes e terrores do mundo, do eu no anonimato da ausência de filhos teria pensado possível.
(traduções livres)

Life's Work, on becoming a mother, um relato franco sobre sua própria transformação em mãe e toda a gama de sentimentos que surgiram dentro dela: o espanto, a ternura, o amor, a raiva, o encanto, o medo e a frustração.

Assim como Cusk, outras mulheres-mães-escritoras criaram imagens eloquentes para descrever o estado psíquico que experimentaram com a chegada da maternidade⁵⁷. São relatos em que se evidenciam a reviravolta identitária, a impossibilidade de conciliação de anseios contraditórios, além do esgotamento, das ansiedades mobilizadas, da solidão, *pari passu* ao encantamento diante da chegada do filho. Naomi Wolf (2001, 64-5) assim descreve sua experiência com sua gravidez e parto, relato que bem pode ser lido como a própria vivência de tornar-se mãe.⁵⁸

Fiquei aborrecida com o abandono completo de meus limites pessoais... Senti-me tentando afirmar minha força - minha juventude, minha saúde - contra a sensação onírica de submersão que havia começado a me oprimir ... Olhei em volta para o universo de cabeças grisalhas e corpos de mulheres soltos na água - mulheres que fizeram seu trabalho e dado ao mundo seus nascimentos - e eu percebi: agora eu era uma delas. Eu me sentia como se... tivesse caído em uma sopa primordial de feminilidade, de pós-fecundidade indiferenciada... Minha própria individualidade parecia se soltar e derreter no lento calor água... Somos todas líquidos, todas deliquescência; a matriz não identificada sem limites fora da qual a nova vida vem continuamente se arrastando. (tradução nossa).⁵⁹

Por um lado, temos uma mãe nesse clima de desassossego e, por outro, o bebê em estado de dependência absoluta. Vale pensar nos desencontros ou encontros possíveis entre as urgentes

⁵⁷ Naomi Wolf: *Misconceptions: Truth, Lies and the Unexpected on the Journey to Motherhood*, 2001; Marie Darrieussecq: *Le bébé*, 2002; Nathalie Azoulai: *Mère agitée*, 2002; Éliette Abécassis: *Um heureux événement*, 2005; Pascale Kramer: *L'implacable brutalité du réveil*, 2009.

⁵⁸ Tais imagens lhe ocorreram durante uma aula de hidroginástica em que suas colegas eram mulheres idosas. Ela olhava para tais mulheres e presumia que todas haviam gestado e parido e, naquele momento, ela própria já se sentia parte daquele universo.

⁵⁹ No original: I was annoyed at the complete abandonment of my personal boundaries... I felt myself trying to assert my strength – my youth, my health – against the dreamlike sense of submersion that had begun to overwhelm me... I looked around at the universal grey heads and loosened bodies of the women in the water – women who had done their job and given the world their births – and I realized: Now I was one of them. I felt as if... I had fallen into a primordial soup of femaleness, of undifferentiated postfecundity... My very individuality seemed to loosen and melt away in the slow warm water... We are all liquid, all deliquescence; the unbounded unidentified matrix out of which new life come endlessly creeping. (Wolf, 2001, p. 64-5).

demandas e necessidades de um recém-nascido e as chances de atenção e suprimentos por parte daquela/e que ocupa a função materna, alguém que está, por seu turno, tendo que se haver com o que há de brutal e desorganizador na chegada de um bebê na família. É nesse cenário que algo de essencial precisará acontecer para que nasça um sujeito: o vínculo mãe-bebê. Simultaneamente, pai e mãe precisarão também criar um espaço psíquico para cada um, como mãe e como pai desse bebê.

Retomarei o que Winnicott nos ensina sobre os primórdios da vida psíquica, sua compreensão sobre a mãe suficientemente boa (ou ambiente suficientemente bom) e o que ele denominou “amor materno”, para então pensar nos impasses e possibilidades vividos pela dupla mãe-bebê.

Winnicott é um autor que, desde seus trabalhos iniciais, na década de 1940, esteve atento à importância dessa relação íntima primeira e sua contribuição teórica é atravessada por essa questão. A mãe é essencial para a sua teoria do desenvolvimento emocional, como sintetiza Abram (2000, p. 141):

Para o bebê ela é o primeiro ambiente, tanto em termos biológicos quanto psicológicos. A maneira como a mãe se comporta e se sente em relação a seu filho exercerá uma grande influência sobre a saúde do bebê – particularmente durante a gravidez e logo após o nascimento – pelo resto da vida.

Da ideia de mãe como ambiente faz parte a mulher que ela é; isto é, a mulher que foi antes do nascimento de seu bebê e continuará a ser enquanto se desenvolver, assim como o pai, os irmãos, o restante da família, a sociedade e o mundo, de uma maneira geral.

Além disso, podemos acrescentar, a mulher que ela foi e a que vai se tornando a partir do nascimento, a partir de todo o remanejamento psicológico que vai se impondo para ambos os pais na construção da parentalidade.

Dedicado a compreender que inter-relação permitiria ao bebê começar a ser, construir sentidos para sua existência e sentir sua vida como digna de ser vivida, Winnicott concluiu que não é possível conceber o bebê dissociado de seu ambiente, especialmente o que chamará de “mãe-ambiente” (1963b/1990) e afirma “não existe tal coisa chamada bebê” (Winnicott, 1947a, p. 99). Voltaremos a isso adiante.

Suas observações, estudos e prática clínica levaram-no a teorizar sobre a comunicação íntima e afetiva mãe-bebê, as origens da vida psíquica, as condições para uma constituição psíquica saudável e os riscos de adoecimentos quando falhas severas nesse momento venham a ocorrer. São temas relacionados ao investimento amoroso do ambiente no recém-nascido, especialmente o que ele chamou de “amor materno”.

Todo ser humano, ao chegar ao mundo, depende em absoluto dos cuidados maternos, que inclui o que Winnicott chamará de amor materno. Ao acompanharmos o sentido desse conceito, somos levados a pensar tanto na dependência do lactente e na absoluta necessidade de ele poder contar com tal investimento, quanto também na complexidade dos sentimentos maternos. Além de haver amor, o ódio não deixa de comparecer, como bem alerta Winnicott (1947b, 1999). A esse respeito, Lejarraga (2012, p. 27) se indaga: “como conciliar a formulação winnicottiana de que a mãe odeia o bebê desde o início, tendo motivos de sobra para isto, com a noção da devoção materna?”

Com o conhecido aforismo “não existe tal coisa chamada bebê” (Winnicott, 1947a, p. 99), Winnicott sintetiza que é impossível conceber o bebê sem levar em conta o ambiente que cuida dele. Assim, ele se dedicou a compreender a especificidade das trocas entre o ambiente, especialmente quem exerce as funções maternas, e o bebê, a sensibilidade dos corpos e dos psiquismos, dos efeitos desse encontro. E uma de suas principais conclusões foi a seguinte: é o

interjogo amoroso entre mãe e bebê que irá permitir ao bebê amadurecer, desenvolvendo sentimento amoroso e capacidade de amar.

Por outro lado, falhas severas nessa inter-relação, no início da vida, irão interferir ou impedir o processo de amadurecimento do lactente, sob risco de gerar graves adoecimentos psíquicos, especificamente as doenças psicóticas. Como ressalta Lejarraga (2012, p. 19), as indagações de Winnicott têm como matriz clínica o distúrbio psicótico e não o neurótico. Portanto, “se referem fundamentalmente à questão do sentido e às condições que possibilitam ao indivíduo desenvolver-se e lidar com os problemas da vida – ou fracassar nessa tarefa”, levando a adoecimentos psíquicos.

Desse modo, o psicanalista inglês enfatiza o valor do “ser amado”, ou seja, dos cuidados amorosos maternos, como condição do estar vivo e do existir. Ele diz que, no início, “(amor) significa existir, respirar; estar vivo, identifica-se a ser amado”, e assinala como este sentido vai se modificando nos primeiros anos de vida, até a constituição da responsabilidade amorosa (Lejarraga, 2012, p. 131):

- 1º) amor significa existir e ser amado
- 2º) amor significa apetite, sem concernimento,
- 3º) o amor significa contato afetivo com a mãe,
- 4º) amor significa a integração (por parte da criança) do objeto da experiência instintiva com a mãe integral do contato afetivo, o dar passa a relacionar-se ao receber etc.,
- 5º) o amor significa afirmar os próprios direitos à mãe e
- 6º) amar significa cuidar da mãe (ou do objeto substituto) como ela cuidou da criança – uma prefiguração da atitude de responsabilidade adulta.

Ao formular a ideia do bebê como uma “organização em marcha”, Winnicott (1949/1982, p. 26-30) esclarece que há uma centelha vital em todo ser vivo que o impele para o crescimento. Uma ideia muito valiosa para pensarmos que, o que precisamos fazer, é oferecer os cuidados

ambientais – alimentação, conforto, amor – para que esse impulso vital cumpra seu destino. É justamente sobre a parte que cabe ao ambiente, nesse processo, a que se dedica o autor: lançar luz sobre o que é essencial para que esse ímpeto inato para a vida se transforme numa existência de pessoa, uma vida que valha a pena ser vivida. Para isso, um ambiente amoroso, facilitador e dedicado não poderá faltar.

Tais cuidados maternos iniciais são descritos essencialmente como *holding*, *handling* e apresentação dos objetos. O *holding* e o *handling* contribuem para que o bebê viva em seu próprio corpo, trata-se da “personalização” e da “trama psicossomática”. A forma como a mãe oferece o seio ou o que quer que o bebê solicite, Winnicott denomina “apresentação de objeto”, é a adaptação da mãe ao bebê que lhe proporciona a experiência de ilusão de que ele cria o que ele encontra. “Winnicott reconhece a importância vital da necessidade da ilusão que o bebê tem quando experimenta a onipotência. Sem essa ilusão não pode existir confiança.” (Abram, 2000, p. 153)

Quando ocorrem falhas na oferta desses cuidados essenciais haverá ruptura na continuidade do ser, ameaçando de aniquilação o eu ainda incipiente. O bebê está continuamente “*a pique de sofrer uma agonia impensável*” (Winnicott, 1965c, p. 56. Itálico no original), assim incapaz de suportar tais fracassos ambientais.

(As) falhas ambientais severas produzem as agonias impensáveis, como a desintegração ou despedaçamento, o cair para sempre, a perda da conexão com o corpo, a perda de sentido do real e de orientação, e outras angústias psicóticas. Trata-se de angústias de não ser que se encontram na base dos distúrbios psicóticos e *borderline* interrompendo a continuidade de ser do bebê, porque o obrigam a reagir à intrusão ou ao abandono maternos. (...) O excesso de reações quebra a linha de vida do lactente, constituindo uma situação traumática e provocando ameaça de aniquilação. (Lejarraga, 2012, p. 24)

O amor materno é, assim, a condição vital para o desenvolvimento saudável do bebê, nas palavras do autor: “(só) agora começamos a dar-nos conta da maneira absoluta como o bebê recém-

nascido necessita do amor da mãe.” (Winnicott, 1957/1982, p. 27). Passados 70 anos, não temos dúvida disso e, mais ainda, de que é impossível conceber o amor materno dissociado de um ambiente suficientemente bom para a mãe e de que esse “amor materno” pode e deve ser compartilhado com seu entorno mais próximo.

É o que já está indicado por Winnicott, no texto “Fatores de integração e desintegração na vida familiar” (Winnicott, 1965a, p. 37), em que ressalta a importância do ambiente próximo aos pais, para que os cuidados maternos possam ocorrer na medida necessária para o bebê:

A “contribuição” dos pais à família que estão constituindo depende em grande parte do todo de sua relação com o extenso círculo formado em torno deles, que é seu *setting* social mais imediato. Poderíamos imaginar círculos abertos, sendo cada grupo social dependente daquilo que lhe é interno e que se relaciona com outro grupo social externo. Obviamente estes círculos se sobrepõem.

Em sua série de palestras proferidas na BBC, Winnicott procurou transmitir aos pais a importância dessa adaptação inicial da família à criança, mas ressaltando que ele iria falar sobre algo que já era próprio do fazer das mães, em suas palavras: “eu gostaria de me dirigir às mães e falar-lhes sobre a coisa que elas fazem bem, e que assim o fazem simplesmente porque toda mãe dedica-se à tarefa que tem pela frente, isto é, cuidar de um bebê, ou talvez de gêmeos.”(Winnicott, 1966/1994, p.1)

E assim surge a expressão “mãe devotada comum”, uma ideia de Isa Benzie, a produtora da BBC naquele ano de 1949⁶⁰, quando tentavam imaginar um título para essas conversas via rádio.

⁶⁰ A palestra “*The Ordinary Devoted Mother*” foi proferida na *Nursery School Association* da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte em 16 de fevereiro de 1966. Nela, Winnicott relembra a conversa que teve com sua produtora na B.B.C., no ano de 1949.

O termo “devotada”⁶¹⁶²⁶³ suscitou e suscita ainda interpretações distantes do que pretendeu Winnicott quando acatou a proposição de sua produtora. Em 1952, ele é enfático ao afirmar que se deve “eliminar o sentimentalismo da palavra “devoção” e utilizá-la para descrever a característica essencial sem a qual a mãe não pode dar sua contribuição, uma adaptação sensível e ativa às necessidades que no início são absolutas.” (Winnicott, 1952, p. 376)

No livro de 1965d, *A família e o desenvolvimento individual*, ele esclarece mais uma vez seu intento com o termo, enfatizando que o lactente precisa contar com alguém que se adapte ativamente às suas necessidades, não somente físicas, mas principalmente emocionais.

Recuando ainda mais, há uma época em que a pessoa, do ponto de vista da criança, tem que ser algo mais que confiável. Sabemos que, em se tratando de crianças pequenas, é só o amor por aquela criança que torna a pessoa confiável o suficiente. Amamos aquela criança e mantemos com ela um relacionamento ininterrupto — eis vencida a primeira metade da batalha. Mas retrocedamos ainda mais um pouco. Para descrever o contexto, precisamos empregar palavras ainda mais fortes. Creio que, no tocante aos primeiros meses de vida, o termo “devoção” nos dá a justa medida do que estamos considerando. Não penso em empregar aqui palavras como “inteligente”, “culto” ou “escolado”, embora não as despreze. Só uma mãe devotada (ou uma mãe substituta dotada do mesmo sentimento) pode acompanhar as necessidades de uma criança. Na minha opinião, inicialmente a criança carece de um grau de adaptação ativa a suas necessidades que só pode ser provida se uma pessoa devotada estiver cuidando de tudo. (Winnicott, 1965d, p.22)

⁶¹ “*The Ordinary Devoted Mother*”, no original. na 2ª edição brasileira da Ed. Martins Fontes, tradução de Jefferson Luiz Camargo, optou-se por “mãe dedicada comum”.

⁶² No <https://en.wiktionary.org/wiki/devoted> (acesso em 25/10/20), a palavra inglesa “devoted” é assim definida: *Vowed; dedicated; consecrated, Strongly emotionally attached; very fond of someone or something. “Bob and Sara are devoted to their children”.* (Em tradução livre: Jurado, dedicado, consagrado. Fortemente vinculado emocionalmente, gosta muito de alguém ou algo. “Bob e Sara são devotados a seus filhos”).

⁶³ As palavras “*devoted*” e “*devotion*” carregam consigo o sentido de “afeto”, também de “afeição”. Tem uma penumbra de apaixonamento, de uma erotização que se perde também na tradução como “devoção” ou “dedicação”. (Agradeço ao colega Péricles Pinheiro Machado Jr. por essa observação, em comunicação oral, acerca do sentido deste termo em inglês)

O que está em questão é a adaptação sob medida às necessidades do bebê, tema muito desenvolvido ao longo de seu trabalho, a constatação de que as necessidades do Eu precisam ser atendidas de modo suficiente e oportuno⁶⁴. O que já havia sido alertado por Ferenczi em 1928, no texto “Adaptação da família à criança”.

Vale ressaltar que se trata de um autor desenvolvendo tais ideias na Inglaterra, entre fins dos anos 40 e 60 do século 20, período em que o mais óbvio seria pensar apenas em mulheres cuidando de bebês. Assim, quando ele se refere à “mãe substituta” não seria relevante considerar, hoje, o gênero dessa pessoa⁶⁵. Sabemos que, ainda hoje, o mais provável é encontrarmos mulheres cuidando de bebês, mas também é evidente o crescente número de homens assumindo muito adequadamente esse lugar. Independentemente do gênero, o que é preciso é que um adulto possa formar uma díade com o bebê, configurando essa unidade primordial objeto primário-bebê, e seja capaz de entrar num estado regressivo de identificação com o lactente.

Histórias de figuras maternas substitutas nesse papel devotado não são incomuns, como me conta Nina⁶⁶. Sua mãe precisou ser hospitalizada dois dias após a alta da maternidade, em razão de uma intensa hemorragia, o que lhe impôs uma separação abrupta de sua bebê, que se prorrogou por quinze dias. O pai, dividindo-se entre os cuidados com a esposa, o trabalho, a bebê e o filho mais velho, viu-se atordoado. Quem veio em socorro dessa família foi o avô paterno e foi especialmente ele que se dedicou à Nina em seus primeiros dias de vida. O vínculo entre Nina e seu avô seguiu muito próximo ao longo da vida dele e as lembranças dessa convivência eram de um afeto especial,

⁶⁴ No capítulo 7, Maternidade, assombro e elaboração, acompanhada principalmente pelo pensamento de René Roussillon, irei desenvolver em pormenores quais são essas necessidades do eu.

⁶⁵ Já no seu texto O uso de um objeto no contexto de Moisés e o Monoteísmo, ele mesmo afirma: “O pai pode e não pode ser uma mãe substituta” (Winnicott, 1969/1994, p. 188).

⁶⁶ Nome fictício para uma construção clínica, a partir da história de uma analisanda atendida em meu consultório, cuja análise já foi encerrada.

uma devoção àquela neta. Ele se tornou para ela sua referência, seu colo de acalento e socorro, o testemunho de suas conquistas, o espelho de quem ia se tornando. Os primórdios de uma vida sob cuidados de homens e especialmente o avô, talvez mais disponível emocionalmente, naquele momento, e exercendo genuinamente a função materna, a mãe substituta, referida por Winnicott.

Vários anos depois da palestra na BBC, em 1956, Winnicott publica um artigo no qual irá desenvolver ainda mais essa ideia da mãe devotada comum, dessa vez pensando como sendo um estado de sensibilidade exacerbada, de íntima identificação com seu bebê, um estado de loucura normal, a que ele chamou de *preocupação materna primária*.

Podemos agora afirmar qual a razão de a mãe ser a pessoa mais adequada para cuidar do bebê; é apenas ela que pode atingir o estado tão especial que é o de preocupação materna primária sem adoecer. Porém, uma mãe adotiva, ou qualquer mulher que possa adoecer com a “preocupação materna primária”, pode estar em posição de adaptar-se suficientemente bem por possuir alguma capacidade de identificação com o bebê. (Winnicott, 1956, p. 145)

Essa identificação com o lactente permite que a mãe, ou mãe-substituta, possa sentir-se no lugar do bebê e, assim, atenda vivamente às suas necessidades, sejam as fisiológicas, sejam aquelas relativas à constituição subjetiva, à integração egóica, à personalização.

Como pontua Lejarraga (2012, p. 22), com “a noção de necessidade, Winnicott introduz uma categoria que revoluciona a metapsicologia freudiana, já que a necessidade, que implica a obrigatoriedade da satisfação ao risco de severos danos, é psíquica.” E complementa: “a descrição das necessidades emocionais do lactente alude a inúmeras ‘coisas vitais’, que poderiam ser sintetizadas, em termos gerais, como necessidade de comunicação com outro humano, de ser visto e ser cuidado, de contato íntimo, corporal e afetivo.”

As observações de díades mães-bebês evidenciam que as mulheres (ou mães-substitutas) que conseguem entrar nesse estado dessa doença normal, a preocupação materna primária, parecem sentir-se mais aptas a atenderem a essas necessidades do bebê, oferecendo cuidados empáticos e sob medida.

Uma pesquisa conduzida por Dana Birksted-Breen (citada por Raphael-Leff, 2018, p. 23), da Sociedade Britânica de Psicanálise, descrita em seu artigo “*The experience of having a baby: a developmental view*”, observou uma relação diretamente proporcional entre a alteração no estado emocional das gestantes no fim da gravidez (maiores níveis de ansiedade) e maior acuidade para lidar com seus bebês, ao nascerem.

Embora a autora não ofereça detalhes sobre essa ansiedade referida pelas mulheres participantes da pesquisa, é possível inferir uma alteração do estado emocional indicando uma maior conexão delas com seus bebês. Esse estado emocional parece ter favorecido a identificação com o bebê e a possibilidade de atendê-lo com maior compreensão de suas necessidades.

Novamente, é importante ressaltar que esse estado de adoecimento normal descrito por Winnicott, habitualmente observado entre as mães biológicas, pode também ser alcançado por outra pessoa que se ocupe “devotadamente” daquele bebê. O que está em jogo é a possibilidade de essa pessoa “se adaptar suficientemente bem, por ter alguma capacidade de se identificar com o bebê.” (Winnicott, 1956, p. 497).

Nesse sentido, compreendo que há necessidades do bebê que precisarão ser atendidas e que isso poderá ser feito com mais sensibilidade por alguém que possa se identificar com ele. Ao mesmo tempo, a mulher também estará atravessando um momento de desorganização emocional, uma situação traumática, como refere Regine Prat (2008, 2019). Carel (1989, apud Folino, 2014,

p. 58)⁶⁷ contribui para a compreensão desse estado traumático e perturbador em que está a mãe ao afirmar que, “em pouquíssimo tempo, há um aumento muito expressivo de excitação no psiquismo, induzindo uma falha na elaboração pelos meios habituais e podendo provocar transtornos duráveis no funcionamento energético”. Ou seja, atender às necessidades do bebê exige muito da mãe, assim como muito dela está sendo exigido em termos de reorganização e trabalho psíquicos.

Desse modo, parece evidente a importância de se estabelecer, em torno dessa díade, um ambiente que favoreça a entrada da mãe (ou da mãe-substituta) nesse estado regressivo, sem que ela se desorganize excessivamente. Ou mesmo prover suplência a essa função quando a mãe, por razões mais diversas, não puder ou não conseguir exercê-la.

As memórias de Elena, personagem de nosso fragmento clínico que será apresentado no próximo capítulo, traziam mulheres que se revezaram em seu entorno, organizando o ambiente, apoiando nos cuidados com o bebê e em outros momentos apenas acompanhando em reserva (Figueiredo, 2009) os movimentos iniciais daquela relação mãe-bebê, disponíveis, caso alguma ajuda fosse necessária. O *setting* social descrito por Winnicott (1965a, p. 37). Nessa história podemos imaginar uma mulher possivelmente vivendo um estado de *preocupação materna primária* e contando com apoio do ambiente.

A figura tomada por esse estado de preocupação materna primária na história da Nina não foi sua mãe, pelo menos num primeiro momento. Apesar de ter sido afastada de sua mãe biológica nos seus primeiros dias, tudo indica que um outro adulto, o avô, se ocupou dessa função dedicadamente, podendo se identificar com a bebê e atender às suas necessidades apropriadamente, como podemos inferir a partir das memórias do que significou aquele avô ao longo de sua vida, um

⁶⁷ Carel, A. (1989) Transfert et périnatalité psychique. La fonction alpha à l'épreuve de la naissance. *Gruppo*, n. 4, p. 49-67. Citada na tese de Folino (2014), via Rochette. (2005)

modo particular de presença. Em seu relato, Nina refere uma boa ligação com sua mãe, o que nos faz pensar que aquele avô parece ter, além de tudo, resguardado o lugar da mãe na relação com a filha, no espaço psíquico de ambas, enquanto ela esteve hospitalizada. Podemos pensar que para além de uma substituição ele teve um papel de suplementação.

A presença de uma figura que se ocupe do lactente, de modo devotado, tomado por esse sentimento de amor materno, que possa se identificar com ele e assim atender às suas necessidades, é absolutamente imprescindível, não há dúvida. Ao imaginar essa figura, contudo, é preciso ter em conta as turbulências vividas pela mãe nesse momento, a sobrecarga emocional, a ambivalência de sentimentos referida por Parker (1997) e o sentimento de ódio, culpa e irritação apontados por Winnicott (1947b, 1999).

O mundo contemporâneo nos convoca a pensar se essa função só pode ser exercida pela mãe biológica ou se outras pessoas estariam aptas a se ocupar dela também, quando necessário.

O livro *Conversando com os pais* (Winnicott, 1999) reúne uma seleção de palestras proferidas na rádio, entre 1955 e 1962, e depois transcritas, acerca da criação de filhos. Nesses textos, o autor alerta que não pretende dizer aos pais o que fazer ou não fazer, mas oferecer confiança para o que já fazem de modo a serem capazes de enfrentar os obstáculos que irão surgir na criação dos filhos. Deixa claro que tais obstáculos, inevitavelmente, irão aparecer, pois é próprio da experiência. “Ele enfatiza continuamente o instinto dos pais para fazer a coisa certa, aliado à inevitável culpa e à ambivalência que fazem deles os pais sensíveis que são” (Brazelton, 1999, p.X)

O livro nos oferece textos preciosos, reflexões sobre temas fundamentais para as funções parentais. O capítulo “O que irrita” é especialmente interessante, ao apresentar uma sessão de conversa com mães que foram convidadas a falar sobre o que as irritava na experiência da

maternidade. O resultado foram relatos francos e espontâneos que trouxeram à luz os desgostos e incômodos da vida familiar no cuidado com os filhos. Vale ressaltar que tal conversa ocorreu num tempo em que a maternidade ainda era vista como a maior realização para a mulher, o que faz do conjunto das falas ainda mais impactante como abertura para o tema do sofrimento materno.

No texto, os relatos (ou desabaços) das mães são acompanhados dos comentários de Winnicott sobre os conteúdos das falas. Em suas observações, o autor procura ajudar os pais a encararem sentimentos negativos como normais e até mesmo saudáveis. Dá voz ao sofrimento materno⁶⁸, fazendo circular livremente falas sobre o que irrita cada uma delas no exercício da maternidade, o lado desagradável da vida familiar. Vamos acompanhando histórias da vida cotidiana que perturbam, decepcionam e frustram aquelas mulheres.

Elas se queixam do caos que se instala em casa, ao terem de fazer tudo ao mesmo tempo. Referem que gostariam de fazer outras coisas, além de cuidar dos filhos, e não conseguem. Não queriam ter que parar de fazer algo com o que estão envolvidas por ter que atender os filhos. Reclamam que os filhos não se desprendem delas, seguem-nas por toda parte. Enfim, o texto vai apontando que as “mães com crianças pequenas tendem a viver em permanente sobressalto.” (Winnicott, 1999. p. 84)

Winnicott, dessa vez, está interessado em compreender as mães e seus sentimentos, e não as crianças de que cuidam, como está presente em sua vasta obra⁶⁹. Em seus comentários, nota-

⁶⁸ Winnicott pretende se referir aos pais, porém, as participantes são todas mulheres-mães e trazem questões muito próprias da experiência materna naquele momento e contexto cultural – Reino Unido, início dos anos 60. Essas mães foram convidadas a comparecer na BBC, suas conversas foram gravadas, e Winnicott fez seus comentários posteriormente.

⁶⁹ Sabemos que Winnicott aborda o tema da maternidade ao longo de seus inúmeros trabalhos, porém, fala da mãe pensando no efeito dessa figura no desenvolvimento emocional do bebê. Neste texto a que me refiro, o autor está interessado em como se sentem estas mulheres na função materna, para além das delícias, ele dá voz às dores da experiência da maternidade.

se uma observação cuidadosa de como aquelas mulheres vivem a maternidade, do que sofrem, como sofrem, o que desejam. Uma conversa da década de 60 do século passado que poderia muito bem ser transposta, talvez com algumas atualizações, para os nossos tempos.

O autor afirma que “todos esses exemplos ilustram de quantas maneiras cuidar de crianças pequenas pode ser uma tarefa irritante e incômoda, e isso é verdadeiro por muito que os filhos sejam desejados e amados. O problema afeta aquelas mães cuja privacidade está sendo invadida.” (Winnicott, 1999, p. 85). As mães têm sua intimidade invadida e virada do avesso.

O espaço de fala e escuta que foi oferecido, por Winnicott, a essas mulheres pode ser entendido como um exercício que se assemelha ao referido por Parker, e que veremos no capítulo 8, de dar voz aos sentimentos ambivalentes das mães. Aliás, em outro texto do mesmo livro, “Sentimento de culpa”, Winnicott (1999, p. 118) acentua que, sem culpa e ambivalência, nenhuma mãe seria sensível às necessidades do filho.

O texto é valioso ao dar ênfase ao sofrimento materno, porém sem patologizá-lo e sim alertando para as coisas como elas são. Se há encantos, há também frustrações, rotinas enfadonhas e situações irritantes. Permitir que as mães possam expressar suas angústias quando as sentem é fundamental. “O ressentimento reprimido deteriora o amor que está subjacente em tudo” (Winnicott, 1999, p. 88), diz ele.

Winnicott (1999, p. 88) afirma ainda que “as mães são ajudadas quando as pomos em contato com seus mais amargos ressentimentos”. Em outro artigo, “O ódio na contratransferência” (Winnicott, 1947b), ele elenca uma lista de mais ou menos uma dúzia de razões pelas quais as mães poderiam pensar que odeiam seus filhos pequenos (desde o bebê não ser o bebê com que sua mãe

sonhava, até o fato de o bebê tratá-la como uma serviçal sem remuneração, ter um amor interesseiro em que, após obtida satisfação desejada, a mãe é “rejeitada como uma casca de laranja.”).

Nessas conversas, as mães se abrem revelando seu mais profundo descontentamento: adaptar-se ao ritmo da criança, dar conta das necessidades individuais dos filhos pequenos e do mundo tal como ela o conhece, ou ainda, situações como a descrita por uma das mães, “eu tive uma noite horrível e estava realmente mal-humorada nesse dia e com pouca vontade de o aturar, e se ele mostrasse o menor sinal de querer ser irritante eu acho que explodiria.” (Winnicott, 1999, p. 99)

Tudo isso nos revela o modo como as crianças invadem a mais profunda e íntima reserva materna, e vai nos dando notícias do quanto elas mobilizam psiquicamente a mãe, desafiando seus recursos internos. “Cada criança ‘invade’ a mãe e reclama tudo o que aí houver, e quero acrescentar agora que, se aí encontrar qualquer coisa, a criança usa-a, e usa-a até esgotá-la. A mãe é tratada com rudeza.” (Winnicott, 1999, p. 94)

Na introdução do texto “Preocupação materna primária”, Winnicott (1956) ressalta as importantes contribuições de Anna Freud para o debate sobre os estádios mais iniciais da vida infantil e da constituição psíquica, e concorda com ela em sua afirmação de que “os desapontamentos e as frustrações são uma parte inseparável da relação mãe-criança” (Freud, A., 1954 apud Winnicott, 1956, p. 491). Ele segue enfatizando que “podemos lucrar muito, se levarmos a posição da mãe em consideração” (Winnicott, 1956, p. 491).

Levar a posição da mãe em consideração implica pensar também nos apoios legítimos e qualificados que estariam, ou não, disponíveis para o grupo familiar quando da chegada de um bebê.

A esse respeito, diversos autores (Folino, 2014, Rochette, 2005) advertem sobre a importância de suporte aos pais no delicado momento de entrada na parentalidade. Rituais coletivos favorecem a contenção e a metabolização das experiências vividas em situações de passagem e é o que pode acontecer na chegada de um filho. “O nascimento é sempre um momento próprio a transbordar as capacidades de elaboração individual e grupal e a gerar algo traumático” (Rochette, 2005, p. 13 apud Folino, 2014, p. 57).

Ao pensar nas pessoas que podem se ocupar do bebê, o pai é a mais óbvia e ele tem, cada vez mais, não só sido convocado a estar nesse lugar, como tem desejado estar. Em extensa revisão bibliográfica acerca do papel do pai nos primeiros anos de vida, Campana (2018) refere-se aos estudos de Silva (2010), Requina-Peligri (2016) e Anderzén-Carlsson et al (2014) que afirmam

a capacidade paterna para estabelecer relações afetivas intensas com o bebê, incluindo a experiência de serem “pais nutridores”, que oferecem suportes físico e emocional necessários para o desenvolvimento de seus filhos, sem que para isso tenham que abrir mão da identidade masculina. Essa possibilidade é benéfica para as crianças, pois permite que entrem em contato com pessoas inteiras, em vez de deixá-las às voltas com estereótipos de gênero, ou seja, um pai que é só masculino e uma mãe que é só feminina. Para que essa possibilidade se consolide, no entanto, é necessário que o pai tenha um contato físico intenso com o bebê. (Campana, 2018, p. 56)

Um outro estudo, realizado por Moraes (2017, p. 152-3) encontrou “pais aptos a alternar movimentos regressivos onde se identificam com o bebê, com momentos de suporte à mãe, onde ela pode realizar este movimento regressivo junto a ele.”, o que o levou a propor a ampliação do conceito winnicottiano para *preocupação parental primária*, entendendo como o “estado emocional no qual o *cuidador adulto* se adapta *ativamente* às necessidades do bebê, podendo inclusive alternar entre momentos de intensa identificação com o infante, e momentos nos quais

funciona como suporte para a relação entre o bebê e um outro cuidador.” Tal ideia é compartilhada por Campana (2018, p. 181) que, a seu ver, facilitaria “o exercício criativo da parentalidade”.

Uma cena que trago em minha memória, que me causou forte impressão e emoção, pela sensibilidade da relação pai-bebê, revela o que está sendo descrito:

O menino tinha em torno de um mês de vida, mas era ainda muito pequeno. Quase cabia nas grandes mãos de seu pai, que o acolhia como uma concha e ali ele parecia se acomodar serenamente. Soube depois que ele havia nascido de seis meses. Sobreviver à tamanha prematuridade é sempre um feito, ainda mais naquele ano de 2001.

O encanto dessa cena era acompanhar a coreografia entre pai e filho: de um lado, um homem grande, esguio, que se destacava naquela UTI neonatal, um lugar de expectativas, de cuidados e de uma presença predominantemente feminina, os bebês com suas mães, enfermeiras, fisioterapeutas, médicas; e, do outro lado, um pequeno ser, ainda extremamente frágil, mas parecendo confiante naquele pai-ambiente, devotado e sensível às suas necessidades.

Em um espaço destinado para pais e mães ficarem com seus bebês, viam-se apenas mulheres, várias mães, amamentando, acalentando e acompanhando seus filhos, e ali estava aquele homem com seu bebê. Ele parecia ter criado uma cápsula onde ele, também ali inserido, terminaria de gestar aquela criança. O homem parecia só se interessar por seu filho, nenhuma palavra com as outras pessoas da sala. Talvez tenha entendido que deveria usar toda sua sensorialidade para alcançar as comunicações advindas do bebê, possivelmente apostasse na busca de interação daquele pequeno ser. Ele queria poder responder na medida certa.⁷⁰

⁷⁰ Alvarez (1994, p. 84) recorda os estudos de Daniel Stern que concluíram que “os bebês parecem estar não apenas especialmente sintonizados com, mas também buscando formas e abstrações que facilitem sua interação com os seres humanos vivos; reconhecem o cheiro do leite de sua mãe poucos dias após o nascimento; estão altamente sintonizados

A qualidade da interação entre pai e bebê era como um par em harmonia num espetáculo de dança, os movimentos sintonizados, o gesto de um levando à resposta do outro, e assim a troca se multiplicava em movimentos, sons, expressões faciais, uma dupla banhada em sensorialidade. O especial encanto era a conversa entre os dois: o pai falava com ele, ora palavras do idioma nosso, ora de um outro idioma criado pela dupla. Entonação, prosódia e musicalidade me capturavam tanto que, em alguma medida, eu me sentia parte daquele universo também e desfrutando do clima, dos afetos de vitalidade⁷¹ ali presentes. O pai sabia da sensibilidade do bebê para a forma e a qualidade da experiência.

Arrisco-me a afirmar que ali estava um pai em um estado de “preocupação materna primária”, ou “preocupação parental primária”, receptivo, em disponibilidade absoluta para o filho, retirado do mundo externo para se conectar profundamente com ele. Era um pai, um homem, maternando seu bebê.

Histórias como essa, bem como os estudos acima referidos, nos levam a pensar acerca da necessidade de ampliar o ambiente inicial que recebe o bebê. Quem, além da mãe biológica, estaria apto ou estaria disponível para entrar nesse estado regressivo, de identificação com o lactente, de constituição dessa díade? É urgente nos colocarmos esse tipo de questão.

Imaginar esse *setting* ampliado e as maneiras de colocá-lo em prática é levar em conta a imagem da aldeia, tão clara no provérbio africano, que parece entender sensivelmente as vivências

não apenas com o rosto humano, mas também com as mudanças de expressão nesse rosto; sabem, antes de experimentar, que a coisa que tocam é a coisa que veem.”

⁷¹ Os afetos da vitalidade, diz Stern, referem-se à forma (modelo) da experiência, às qualidades emocionais da experiência, e surgem diretamente dos encontros com pessoas. (Alvarez, 1994, p. 86)

psíquicas da mulher que dá à luz um bebê e, como sugere Bleichmar (1994, p. 17), especialmente na chegada do primeiro filho:

O nascimento de um primeiro filho produz um incremento de ansiedades profundas na mulher, em relação às quais uma causa importante é o fato de ativar fantasmas infantis de onipotência, em relação ao poder ilimitado que a maternidade oferece sobre a vida (e, em consequência, sobre a morte) de outro ser humano. Os primeiros tempos de um primeiro filho são uma situação limite, traumática, cujo saldo não depende apenas do equilíbrio psíquico prévio da mulher que atravessa essa experiência, senão também das intervenções simbolizantes e continentais daqueles que a rodeiam.

Alvarez (1994, p. 142) também é precisa ao definir esse momento, enfatizando o enorme ajustamento que é requerido quando se tem um bebê:

(...) novas introjeções, novas identificações por parte da mãe, não somente, penso, pela perda de sua identidade anterior e pela perda do bebê em seu interior, mas também pelo processo de digestão, de absorção do fato do nascimento, que é, a seu modo, tão chocante quanto a morte.

Tal acontecimento na vida familiar mobiliza um intenso trabalho psíquico, o trabalho da parentalidade, a que irei me referir no próximo capítulo, que tanto melhor poderá ocorrer quando puder contar com um ambiente acolhedor e continente.

A esse respeito, a formulação de Kaës⁷², trazida por Rochette⁷³ (2005, p. 12)⁷⁴ parece muito precisa: “Tanto a mãe quanto o grupo familiar e o próprio bebê precisam de vários e sucessivos *après-coups* para tornar representável e compartilhável o acontecimento inaugural do nascimento.”

⁷² Kaës, R. *Crise, rupture et dépassement*, Paris: Dunod, 1979

⁷³ Rochette, J. Le temps du post-partum immediate. Une Clinique du “qui-vive” et de l’après coup. *Neuropsychiatrie de l’Enfance de l’Adolescence*, n. 53, p. 11-18, 2005

⁷⁴ Esta referência de Kaës (1979), citada por Rochette (2005), foi indicada por Folino (2014, p. 57) em sua tese de doutorado.

O termo alemão usado por Freud, “*nachträglich*”, habitualmente traduzido para “*a posteriori*” ou “*après-coup*”, expressa sua concepção sobre a temporalidade e a causalidade psíquicas (Laplanche & Pontalis, 1967/1991, p 33). Sua ideia é de que há experiências e impressões que são elaboradas posteriormente a partir de novas vivências e mesmos graças ao amadurecimento do sujeito. Desse modo, novos sentidos vão sendo atribuídos às vivências passadas e oferecendo possibilidade de elaboração e integração da experiência. Assim, a proposição de Kaës nos é útil pois evoca esse trabalho psíquico que precisa ser feito através do tempo, para que a vivência da parentalidade possa, aos poucos, ir se integrando ao psiquismo.

Os sucessivos *après-coups* (dos pais) seriam justamente o trabalho psíquico da parentalidade, que precisará contar com o acionamento das reservas psíquicas de cada um dos pais e da disponibilidade de um *setting social* (Winnicott, 1965a, p. 37) que contribua para o processo de simbolização, de apropriação subjetiva, como propõe Roussillon (2019)⁷⁵, oferecendo sustentação especialmente à dupla mãe-bebê, mas também à família que está se constituindo.

⁷⁵ Esta e outras ideias de Roussillon serão abordadas no próximo capítulo.

7. MATERNIDADE, ASSOMBRO E ELABORAÇÃO

Elena não tinha dúvidas sobre seu desejo de tornar-se mãe, isso era tão claro quanto seus projetos profissionais, que foram sendo realizados. Depois de dez anos de uma carreira bem consolidada, ela e o marido decidiram ter o primeiro filho e ela nem imaginava a transformação que essa novidade traria para sua vida. *“Eu não fazia ideia de que tudo iria mudar. Não imaginava que eu ia deixar alguém para trás, que era eu mesma.”*

A imagem que Elena evoca para descrever aquele momento é de despedida, de uma vivência de perda de si mesma ou parte de si. Uma surpresa e um espanto diante de uma cena que não é possível imaginar antecipadamente.

Ela sabia que haveria mudanças, mas o que ela não podia prever era a mudança radical em si mesma que a maternidade iria produzir. Em suas palavras: *“O parto vem de nascimento, mas é uma partida também. Vem alguém, eu pari alguém, mas eu também parti. No dia do nascimento de minha filha, o abismo já começou a se abrir para mim.”*

A metáfora do abismo comunica tanto a ideia de profundidade e infinito quanto o caráter inexplicável, misterioso e enigmático da experiência. Além disso, abismar é também se assombrar, se espantar, noções que nos ajudam a pensar o que Elena comunica sobre o ser mãe. O novo que assombra, assusta, mas também fascina e encanta.

O assombro é a experiência traumática, é aquilo que ultrapassa o que o sujeito é capaz de representar, que assusta, assim propõe Leopoldo Nosek (2017) em seu livro “A disposição para o assombro”, em que ele lembra que, diante do novo, tendemos sempre a recorrer às tradições, a usar fórmulas antigas para lidar com situações atuais, como é próprio da neurose. Para viver algo novo

e aprender com isso, é preciso assombrar-se, é preciso se deixar afetar por essa nova situação, ser tomado pelo assombro, pelo espanto e confiar no que poderá advir, a partir daí.

A esse respeito, Nosek (2017, p. 49), inspirado por Adorno e Horkheimer, se diz de acordo com a ideia de que:

a verdadeira experiência é a de um sobrevivente que se submete ao choque de um perigo. Ou seja, é a experiência associada a um evento que força a pensar, que desloca o pensamento do hábito e do senso comum, que não se dobra aos nossos esquemas e categorias usuais de compreensão.

Conclui essa ideia afirmando que o traumático não apenas é parte integrante da experiência cotidiana, como é motor do desenvolvimento e da construção da mente.⁷⁶

Mas o assombro, o trauma, é potencialmente desorganizador e, sem mediação, há o risco da repetição, da insistência da dor. A mãe precisa do pai, da retaguarda da cultura e do grupo social para que ocorra a transformação do traumático em repertório da experiência, em algo estruturante da personalidade.

Cada situação nova nos coloca, evidentemente, diante do inédito, o jamais vivido e, portanto, impõe a criação de soluções também inéditas, sob medida, para aquele novo evento. Seja a passagem para as novas fases da vida, seja um acontecimento que nos mobiliza emocionalmente, dramático, trágico ou mesmo virtuoso; diante desses eventos, como é o caso da entrada na parentalidade, precisamos nos assombrar⁷⁷ para buscar novas respostas (Nosek, 2017). Mais ainda,

⁷⁶ Nessa ideia, o próprio autor indica sua vinculação a Laplanche.

⁷⁷ Nosek (2017, p. XVII), ao escolher o termo “assombro”, se diz na companhia (dentre outros) de Wittgenstein que afirma que “sobre o infinito assombro que deveria espelhar a existência do mundo” e de Lévinas pensando que “o assombro e infinito são os pilares da ética a ser exercida na clínica psicanalítica, e são eles também que dão um caráter sublime ao estético quando, diante do infinito, o espírito se move e num instante de fulguração tem uma parcial revelação de sentido.”

acrescento, para que novas questões possam ser formuladas, precisamos nos inquietar e tolerar o estado de não saber. Tal disposição, abertura para o trauma, o susto, o assombro, é também a abertura para o estrangeiro, o desconhecido. (Nosek, 2017).

Elena foi surpreendida pela insuficiência de seus repertórios e referências anteriores – os balizadores que haviam dado seu norte até então. Mas sua abertura para acolher em si o mal-estar que o puerpério lhe trouxe e buscar apoio em sua rede mais próxima possivelmente contribuíram para o processo de elaboração que pôde acontecer⁷⁸, para a construção de soluções para aquele momento, como foi possível saber, ao longo de seu relato.

A experiência da maternidade a surpreendeu com a estranheza de afetos contraditórios: por um lado, o desejo tão claro de tornar-se mãe e a promessa de uma enorme felicidade que habitava seu imaginário; por outro, a realidade da dor que veio a experimentar no puerpério, dor que convivia com a alegria de estar com a filha. Ela faz uma associação entre os termos “parto” e “partida”, referindo que ao dar à luz um filho, algo de si mesma é perdido ou deixado. Ganhos e perdas, vida e morte. Há algo que se vai e é preciso deixar ir para que algo novo surja. Sua história se atualiza com esse novo evento da maternidade, que a coloca em uma nova disposição para conceber algo inédito, que até então ela desconhecia em relação a si própria.

Nessa mesma linha associativa, ela refere também que a realidade da morte lhe pareceu mais nítida do que nunca. “*A morte se tornou algo possível, medo extremo de que eu ou ela morresse.*”. Medo de morrer e deixar a filha em desamparo e medo de não conseguir atender às

⁷⁸ Elena tem duas filhas e, quando ocorreu esse relato, uma estava com sete anos e a outra com cinco meses. Suas memórias aqui compartilhadas referiam-se ao primeiro puerpério, sete anos antes. Foi possível termos notícias de como se deu seu processo de elaboração daquele período e o que foi despertado/vivido nesse novo puerpério

suas necessidades e deixá-la morrer. Há também a morte de quem ela foi, como ela própria admite, fato que a desorganizou num primeiro momento.

Trata-se de uma demanda de reorganização subjetiva, uma exigência de trabalho psíquico que se impõe a um momento de virada na vida, notadamente de “embaraço”, e, vale lembrar, “*embarazo*” é um dos termos para gravidez, em espanhol.

Acompanhar o depoimento de Elena nos coloca em contato, de modo muito íntimo, com estados emocionais mobilizados nesse momento tão perturbador que é o de gerar, dar à luz e ter um pequeno ser como continuidade de si mesma e em absoluto estado de dependência. Encanto e espanto ou, muitas vezes, desencanto e indiferença, certamente medo (por vezes encoberto por defesas), são alguns dentre os afetos que surgem nessa experiência tão natural e ao mesmo tempo tão enigmática.

Essa pequena vinheta, de uma dentre as mulheres com quem tive oportunidade de conversar durante essa pesquisa, apresenta um contundente testemunho do seu trauma do nascimento como mãe e a conseqüente crise de identidade, tão bem evidenciados por Régine Prat (2019, p. 3). A autora enfatiza que “o ponto central desse trauma é o fato de se defrontar com a dependência absoluta do bebê” e, na verdade, esse é, em sua opinião, o ponto em comum de todas as perturbações do pós-parto.

Essa crise de identidade vivida na parentalidade, a que se refere Régine Prat (2008), resulta da percepção total do bebê frente aos pais. Para ela, o psiquismo parental vive uma mutação profunda. Diz ela:

É imperativo que ela [a mulher] se torne capaz de encarar as necessidades do bebê, é preciso obrigatoriamente que se torne mais sensível, é preciso obrigatoriamente que desenvolva outras formas de sentir e perceber os acontecimentos emocionais

para tornar-se capaz de se ajustar às necessidades desconhecidas de um bebê desconhecido. (Prat, 2008, p. 126)

Assim como referiu Elena, o medo da morte também é frequente no puerpério. Prat propõe que a descoberta brutal do cruzamento entre a dependência do bebê e a responsabilidade parental leva os pais a se darem conta de que tudo depende deles, o que significa que eles têm todo o poder sobre o bebê, um poder de vida e morte, podendo fazer tanto bem quanto mal a ele. “As ideias de fazer mal ao bebê expressam o choque desta descoberta, muito mais do que uma agressividade inconsciente em relação ao bebê.” (Regine Prat, 2008, p. 130)

Dentre os sentimentos referidos pelas mães no puerpério, está presente a insegurança sobre sua capacidade de atender às necessidades do bebê sob medida, um estado de transbordamento das intensidades afetivas que muitas atravessam em grande solidão. Parece não ser possível se sentir compreendida em sua inquietude, nas oscilações de sentimentos, nesse estado de loucura normal, como define Winnicott (1956).

Assim, como observamos nas falas de Elena, há um estranhamento sobre si mesma, uma experiência absolutamente normal da parentalidade e que seria anormal em qualquer outra situação.

Apesar de ter contado com ajuda de familiares nesse período, essas pessoas não suportavam ouvi-la falar de seu mal-estar, mudavam o assunto e ressaltavam a alegria que era a maternidade. “*Elas estavam o tempo todo comigo, ajudavam muito nos aspectos práticos, mas não aguentavam me ouvir.*” Por outro lado, a aproximação de uma amiga lhe ofereceu um outro tipo de escuta, como será dito adiante.

Prat (2019, p. 4) alerta que “quando atendemos jovens pais, estamos lidando com pessoas em crise, que acabam de viver uma comoção de uma extrema violência e devemos ter em mente que a clínica do nascimento na família está relacionada com a clínica pós-traumática.”

Essas ideias e depoimentos nos alertam para o sensível momento que é a entrada na parentalidade, em especial para a mãe, que começa a viver essa experiência no próprio corpo, não só durante a gestação (produzindo os efeitos psíquicos conhecidos pela psicanálise e que ora abordamos e ampliamos aqui), mas também um corpo que continuará em cena na amamentação e na recuperação após o parto.

Lançar luz sobre os estados emocionais desse momento, sobre o que é vivido psiquicamente tanto pela mãe quanto pelo pai, é fundamental para que se possa oferecer aos pais escutas e apoios mais hábeis e sustentados, de modo que a travessia dessa fase possa ocorrer com uma consciência mais ampliada sobre si mesmos, sobre seus recursos e limites. Afinal, é apenas o começo: durante toda a vida com os filhos, desafios e impasses irão surgir, desafiando as reservas narcísicas dos pais, suas certezas e convocando-os a novas posições diante desses papéis.

A esse respeito, Prat (2008, p. 130) é precisa:

Mostrar para os pais que isso que eles interpretam como sua própria incompetência ou agressividade é, na realidade, uma prova de amor excessivo permite restituir a confiança neles mesmos. Imaginando-se maus demais, descobrem-se bons demais, o que resulta mais fácil do ponto de vista narcísico. É também útil para o clínico lembrar que, não importa qual seja a patologia da pessoa ou da família, neste caso temos que lidar com a sobrecarga que significa o trauma do nascimento para os pais.

Trata-se, portanto, de compreender que essa sobrecarga é um fato. Configura-se uma situação com potencial traumático que, em sua essência, representa uma experiência de desamparo para o ego: o acúmulo de excitação ultrapassa a capacidade que tem o psiquismo de metabolizar a

intensidade de tal estado emocional⁷⁹. A começar pelo parto, por exemplo, que é em si uma experiência eminentemente traumática de perda dos próprios limites: “expulsar uma parte de si que, ao mesmo tempo, é outro, um estranho que tomou posse do interior e do qual é preciso se livrar sob ameaça de morte. O parto é sempre extremamente violento.” (Prat, 2019, p.2)

Ressaltamos a importância de olhar com delicadeza para os estados psíquicos desse momento, tão conhecido pela humanidade e, ao mesmo tempo, estranho e perturbador. Entendemos como necessário dar voz e nome ao que vivem as mulheres nessa condição em que os contornos se mostram frágeis, as fronteiras entre dentro e fora, eu/não-eu são temporariamente borradas, o estranhamento diante da nova situação é muito prevalente e “tudo o que desempenhar um papel de ancoragem na realidade desempenhará um papel de salvaguarda de proteção contra a loucura.” (Prat, 2019, p.7)

Regine Prat (2008, 2019), ao nomear a parentalidade como uma experiência traumática, está nos alertando que essa vivência ultrapassa a possibilidade do psiquismo de efetuar o trabalho psíquico de transformação desse estado emocional. Os pais terão que reorganizar todo o funcionamento psíquico, o que deve ser feito o quanto antes, de modo que estejam em condições de responder às necessidades do bebê. Entendemos, assim, o quanto a rede de apoio será fundamental nesse momento.

Além da nova reorganização prática que a chegada de um filho impõe à família, com os cuidados que a criança demanda, é preciso dar legitimidade ao impacto e à dor que são vividos nesse momento. As falas de Elena não deixam dúvida e são um exemplo disso. Será necessária uma redistribuição de investimentos narcísicos e libidinais, e pai e mãe serão convocados a lidar

⁷⁹ Com Roussillon, adiante, discutiremos essas questões acerca do trauma e elaboração.

com a ambivalência afetiva inevitável. Estamos falando, enfim, de uma especificidade do funcionamento psíquico na entrada da parentalidade, “efeito do encontro entre o novo bebê e o infantil dos pais, entre o estranho do bebê e a familiaridade das antigas imagos”. (Cramer e Espasa, 1993 apud Régine Prat, 2008, p. 127)

A experiência da maternidade é potente em evocar vivências diversas – ora estados de completude, de apaixonamento, ora de desorganização identitária, de perda de referências e de medo diante do desamparo do bebê, remetendo aos registros de seu próprio desamparo primordial. Esses estados podem oscilar entre uns e outros, ou pode haver a predominância de um dos polos. A ambivalência de sentimentos também está presente na relação da mãe com os filhos, como veremos adiante com Parker (1997), coexistindo lado a lado sentimentos de amor e de ódio em direção a eles.

Como afirma Dayan (2008 apud Folino, 2014, p. 55), “o nascimento de um filho exige da mulher uma adaptação quase imediata a um evento que ressignifica o contorno do sentimento de identidade, a definição de papéis sociais, a imagem corporal e as relações às figuras de apego”. Parece-me válido questionar essa ideia de uma adaptação quase imediata – uma vez que, como explicado acima, muito trabalho psíquico é exigido da mãe já a partir do parto de um bebê, e dificilmente todo esse trabalho se fará instantaneamente –, mas de fato algo de imediato precisa ocorrer dada a urgência das demandas do recém-nascido.

O que está em jogo é um ajustamento a essa nova fase da vida que envolverá um nível de esforço consciente, é claro, mas principalmente será mobilizado muito trabalho psíquico inconsciente, um intenso trabalho de perlaboração das novas experiências emocionais, envolvido em “processos de simbolização e subjetivação” (Figueiredo, 2018, p. 32), no enfrentamento e afrontamento dessa situação potencialmente traumática.

Para avançarmos nessa reflexão, acompanharemos as ideias de René Roussillon acerca do conceito de trauma, que parte da tradição freudiana e compõe com uma leitura criativa de Winnicott.

7.1 As contribuições de René Roussillon acerca do conceito de trauma

Roussillon é um autor de grande relevância para a psicanálise contemporânea, sendo reconhecido por se situar no que tem sido chamado por Figueiredo e Coelho Jr. (2018) de “psicanálise transmatricial”. Suas teorizações são francamente situadas na tradição freudiana, mas muito instigado e inspirado por Winnicott, Ferenczi, Green e Anzieu. Seu interesse e suas pesquisas sobre as novas e mais severas formas de adoecimento psíquico o tem levado a produzir teorias valiosas para a compreensão e para o tratamento de casos que envolvem traumas precoces e falhas graves na constituição psíquica, em especial na capacidade de simbolização e apropriação subjetiva. Esses estudos oferecem uma teorização sobre o trauma, articulando tradição e criação de novas ideias.

Como ponto de partida, para pensar o trauma psíquico, Roussillon (2019, p. 202) enfatiza que as situações traumáticas decorrem de não serem atendidas as condições para que o trabalho psíquico de integração da experiência subjetiva aconteça. O trauma resulta então do caráter não integrável, para aquele sujeito e naquele momento da sua história, da experiência que ele está atravessando.

Ao analisar as problemáticas narcísicos-identitárias⁸⁰, esse autor se empenha em compreender uma proposição feita por Winnicott (Roussillon, 2019, p. 200), acerca do que chamou de “necessidades do Eu” e, assim, identificar o que é necessário à psique para manter-se e produzir o trabalho de integração que lhe cabe. Um dos pressupostos, nas elaborações winnicottianas, é de que a psique *tem necessidades próprias* e que demandam trabalhos específicos para atendê-las.

A partir dessa ideia apresentada por Winnicott, Roussillon (2019, p. 200) se coloca a deduzir e construir uma definição⁸¹:

o Eu, o Eu-sujeito, necessita que certo número de condições seja atendido para poder fazer seu trabalho de integração das experiências às quais ele é ou foi confrontado. [...] somos levados a definir as necessidades do Eu como: “o conjunto das condições do trabalho de simbolização e da apropriação subjetiva, tanto primária quanto secundária.”⁸²

E segue afirmando que

[...] pode-se definir as “necessidades do Eu” como o conjunto daquilo que o Eu-sujeito tem necessidade para realizar o seu trabalho de atribuição de forma, de colocação em cena e de atribuição de sentido da experiência subjetiva vivida; o que lhe é necessário, num dado momento, para a simbolização e a apropriação subjetiva desta. (Roussillon, 2019, p. 200).

⁸⁰ O autor assim se refere aos adoecimentos que se caracterizam por estados de aflição, de grande tensão, situações sem representação. São patologias que resultam de um traumatismo primário clivado, cujo traço mnésico tenta acessar a superfície psíquica pela ação da compulsão à repetição. Trata-se de experiências subjetivas arcaicas, vividas pelo sujeito num período anterior ao da linguagem verbal, em torno dos dois primeiros anos de vida. O estudo de tais sofrimentos nos coloca em contato com a constituição psíquica e assim com as necessidades do Eu.

⁸¹ Winnicott apresenta esse conceito e utiliza-o em sua obra, como que evidente, sem oferecer uma definição precisa. Roussillon, nesse texto, irá delimitar mais precisamente o que compreende da proposta de Winnicott e ampliá-la.

⁸² O autor propõe uma distinção entre os processos de simbolização primária e a simbolização secundária. A primeira se funda sobre a qualidade da presença do objeto, das sensações e percepções decorrentes das interações entre o bebê e seus objetos primários, enquanto a simbolização secundária se dá sobre a ausência do objeto e o conseqüente trabalho psíquico de luto pela perda desse objeto. Assim, conclui que o processo de simbolização precisa ser compartilhado para ser integrado e apropriado pelo sujeito. Essa é uma teorização central na obra de Roussillon e cuja complexidade demandaria uma digressão que não caberia nesta pesquisa. Para maior compreensão, remeto o leitor ao texto do próprio autor, *Agonie, clivage et symbolisation*. Paris: PUF, 1999.

O trabalho da apropriação subjetiva é apresentado pelo autor como a transformação do “*Es*” em “*Ich*”, do “Isso” em “Eu-sujeito”, acompanhando a célebre fórmula de Freud (1932), “*Wo Es war soll, Ich werden*”⁸³, e acrescenta que ela está fundamentada na simbolização da experiência subjetiva. A simbolização é a “via régia pela qual a reflexividade psíquica [termo que o autor prefere, ao invés de “tomada de consciência”] pode se desenvolver e amparar a apropriação subjetiva.” (Roussillon, 2019, p. 252)

Assim, para que a experiência vivida seja dotada de um sentido e integrada no psiquismo será necessário contar com certas condições internas e externas. Quando tais condições são insuficientemente consideradas, reconhecidas e atendidas, há um importante risco de adoecimentos psíquicos. A clínica da parentalidade, – que se propõe a estudar e cuidar das relações pais-bebê-criança, bem como a apoiar a construção das funções materna e paterna, o vínculo dos pais entre si, e destes com o filho e com a história familiar de cada um –, é um legítimo dispositivo para lidar com tais questões.⁸⁴

Roussillon (2019, p. 202) prossegue em sua formulação pontuando, o que é especialmente relevante para minha argumentação, que “o que caracteriza as situações traumáticas é precisamente que, não sendo atendidas algumas das condições, o trabalho psíquico de integração da experiência subjetiva é paralisado ou reduzido à sua mais simples expressão”.

Ao acompanhar essas ideias, pretendo ir delineando que a entrada na parentalidade, com seu potencial traumático, precisa ser compreendido como um momento de intensa exigência de

⁸³ “*Onde era Id, há de ser Eu*”, na tradução de Paulo César de Souza, pela editora Companhia das Letras (Freud, 1933/2010, p. 159).

⁸⁴ Como indica D. Houzel (2004, apud Zornig, 2010, p. 463): “a parentalidade compreende numerosos aspectos que se relacionam à realidade psíquica de cada um dos pais, principalmente as modificações psíquicas que se produzem em cada um deles no decorrer da gestação e do pós-parto, assim como o processo de parentificação que se relaciona ao campo dos cuidados parentais e às trocas estabelecidas entre os pais e a criança.”

trabalho psíquico. Isso implica que algumas condições sejam atendidas, para que as mudanças psíquicas ocorram no sentido da integração e da apropriação subjetiva, nos termos de Roussillon (2019, p. 200).

O trauma, como enfatiza o autor (2019, p. 202), resulta do caráter não integrável, para aquele sujeito e naquele momento da sua história, da experiência que ele está atravessando. Uma das condições para que isso aconteça, como ressaltou Freud, é de que o nível de excitação pulsional seja suportável:

[quando] a excitação é demasiado importante ou as impressões deixadas pela experiência, demasiado enigmáticas, elas podem transbordar as capacidades do sujeito, que não chega a ligá-las e integrá-las – ele só pode tentar defender-se contra o afluxo de excitação e tentar neutralizar o caráter enigmático das impressões que o assolam (Freud, 1920). (Roussillon, 2019, p. 202)

Ainda nesse texto, Roussillon (2019, p. 203) descreve que, dentre as necessidades do Eu, está a necessidade de “conservar um nível de investimento e excitação tal que permita a coesão do sujeito”, sob o risco da ameaça de efração e de transbordamento, assim como de desinvestimento. A isso ele nomeia de “necessidade de investimento” e “necessidade de paraexcitação”.

A necessidade de investimento diz respeito à estimulação do Eu por parte do ambiente, que reconhece, valoriza e oferece espaço de crescimento. Por outro lado, é necessário que as excitações e as impressões oriundas do campo sensorio-motor e do campo pulsional não sejam excessivas e, devido ao excesso, potencialmente desorganizadoras. Elas precisam ser mantidas num nível moderado para que o trabalho da simbolização, que envolve registro, transformação em mensagem, em signo e em sentido, possa ocorrer.

Além disso, Roussillon (2019, p. 205) chama a atenção para as necessidades de trocas intersubjetivas, fundamentais para o trabalho da simbolização. Nas palavras do autor:

a psique não pode funcionar sem “dados” confiáveis, ela precisa de dados sobre o que vem do exterior (e do objeto) e sobre o interior: o Eu, o Supereu e o Isso – sobre o que vem do fundo da psique. Uma necessidade como essa impõe trocas e partilhas de diferentes níveis – perceptivos, sensório-motores –, mas também trocas e partilhas pulsionais (representações, afetos), e até mesmo cognitivas. É preciso que o Eu possa se sentir, se ver, se escutar para poder se refletir e operar as regulações indispensáveis ao seu funcionamento, mas nessa tarefa ele encontra a questão da sua necessidade de confirmações e ecos do outro. A vida pulsional também é “mensageira”; ela participa da comunicação humana que ela contribui grandemente para orientar e organizar, mas ela implica também a resposta dos objetos outros-sujeitos a que visa.

A importância de atenção e resposta a essas necessidades é particularmente grande, não só durante toda a infância, mas sempre que o sujeito se encontra em situações de vulnerabilidade, nas quais a intensidade da experiência supera sua possibilidade de produção de sentido sozinho. É justamente o que ocorre com os pais na entrada da parentalidade e seu potencial traumático, especialmente para a mãe, como tenho enfatizado. Assim, poder ter suas experiências, sensações e percepções reconhecidas, qualificadas e validadas é essencial para o processo de elaboração das situações traumáticas.

A psicanálise tem nos ensinado o quanto o entorno do sujeito é fundamental na elaboração dos acontecimentos cuja intensidade das excitações, sejam internas ou externas, ameaçam a coesão do sujeito, produzindo severas desorganizações.

Roussillon (2019, p. 202), recorda a afirmação de Ferenczi (1928, 1929) acerca do papel do ambiente na acolhida e adaptação às necessidades do neonato, mas ressalta que devemos ter claro que a importância do ambiente é “frequentemente determinante muito além da infância.”

Elena me conta que foi uma amiga próxima, que pouco antes também havia se tornado mãe, quem melhor a compreendeu e acolheu os seus mal-estares, “*ela topava me ouvir sem fim,*

nem me lembro o que lhe dizia, mas me lembro de que eu parecia meio louca, e ela seguia firme me aguentando.”

São esses bons encontros que poderão criar um ambiente mais favorável para a elaboração do trauma. Um ambiente no qual a dor em estado bruto possa ser transformada em sofrimento⁸⁵, isto é, em uma experiência simbolizada, estruturante e organizadora da vida mental.

O processo de subjetivação é marcado por sucessivos traumas, que exigem do aparelho psíquico rearranjos e reorganizações. O trauma convoca o psiquismo a trabalhar, sendo constitutivo da subjetividade e, também, um processo de adaptação contínua a se operar ao longo da vida.⁸⁶

Acontecimentos traumáticos são, portanto, inerentes ao viver e determinadas etapas da vida são potencialmente geradoras de traumas, que podem ou não levar a adoecimentos psíquicos, a depender do quanto a vivência pode ser compartilhada com um outro que se coloque numa disposição de mente receptiva e capaz de acolher os estados mais confusos, confiante na possibilidade de simbolização. Roussillon afirma que antes “de significar, de dar sentido, é preciso perceber, perceber-se; é preciso sentir-se e sentir o outro (empatia); é preciso se ‘ver’, ser visto e ‘ver’ o outro; é preciso construir signos e referenciais de si e do outro e da ação recíproca de si sobre o outro e do outro sobre si.” (Roussillon, 2019, p. 206-7). Trata-se de ajudar o sujeito a desenvolver sua reflexividade, nos termos do autor.

⁸⁵ Essa é uma distinção proposta por Birman (2012) que se afina com o que estamos desenvolvendo aqui. Embora usualmente dor e sofrimento sejam tomados como sinônimos, o autor (Birman, 2012) propõe diferenciá-los, ressaltando que a dor é uma experiência subjetiva solitária, o sujeito fecha-se em si mesmo, sem possibilidade de simbolização, a vivência é de desalento. Por outro lado, o sofrimento é resultado de um trabalho psíquico compartilhado, há a presença do outro que apazigua e favorece as trocas intersubjetivas (que apontamos a partir de Roussillon (2019, p. 205)). Tais ideias fazem parte de suas reflexões acerca do mal-estar do sujeito contemporâneo, que é resultado, segundo sua análise, de uma cultura em que predomina a exaltação da individualidade. O sujeito da atualidade padece de dor e não de sofrimento, e esse é seu maior mal. (Birman, 2012).

⁸⁶ Essas são proposições de Ferenczi (1924, 1931, 1933), que é um dos autores que compõem a matriz do pensamento de Roussillon.

Essa aproximação acurada do psiquismo materno, suas intensidades, suas desorganizações, seus medos, suas alegrias e encantamentos, não necessariamente coincidentes, nos convocam a criarmos dispositivos na cultura sensíveis a esse momento e aptos para ofertar continência e ressonância para essas mulheres. Roussillon (2019, p. 207) traz uma ideia muito eloquente para iluminar essa posição: diz que a necessidade de reconhecimento e de qualificação das experiências implica um outro sujeito capaz de se colocar “como duplo” estésico, alguém dotado de uma sensibilidade para apreender o outro, seus sentimentos e sensações.

Afinando nossa escuta e compreensão do psiquismo materno e pensando condições de cuidado, é possível nos anteciparmos a eventuais adoecimentos psíquicos que possam surgir no puerpério, podendo-se evitar que um traumatismo venha a ter desdobramentos patológicos⁸⁷. Além disso, ao criarmos condições para o exercício de uma maternagem amparada, compreendida e participante de uma rede de inter-relações, o bebê terá melhores chances de vir a ser em um ambiente suficientemente bom.⁸⁸

7.2 O Trabalho Psíquico da Maternalidade / Parentalidade

Sabe-se que, quando os trabalhos psíquicos estão impedidos de operar, estamos verdadeiramente diante do risco de adoecimentos psíquicos. Nos processos de saúde, como propõe Figueiredo (2018, p. 32), “o que está em jogo é a instalação das *capacidades de trabalho*

⁸⁷ Em outros casos, quando o adoecimento se impuser, a atenção precoce evidentemente só trará benefícios.

⁸⁸ Minha pontuação aqui é em termos de possibilidades de cuidados na direção de um ambiente mais favorável para a saúde psíquica, tal como indica a psicanálise, mas sabemos que sempre haverá limites, é preciso renunciar ao anseio de um controle absoluto sobre qualquer questão.

somatopsíquico necessárias à metabolização em sentido amplo, às elaborações nos planos orgânico, intrapsíquico, intersubjetivo e coletivo/cultural. No plano predominantemente psíquico, são essencialmente capacidades de trabalho inconsciente.” Tal compreensão sobre os processos de saúde é fundamental para afinar nossa escuta do psiquismo materno, suas necessidades e possibilidades ou não de elaboração da situação traumática descrita por Prat (2008).

Lidar com estímulos internos e externos, dar sentido às experiências, fazer frente aos excessos que caracterizam as situações traumáticas, representá-las, elaborá-las e muitas vezes escoar intensidades afetivas – tudo isso mobiliza muito trabalho no psiquismo, especialmente muito trabalho psíquico inconsciente. O esclarecimento sobre essa noção será útil para entendermos o que a experiência da maternidade demanda do psiquismo das mulheres que se tornaram mães.

Embora a noção de trabalho psíquico já estivesse presente no campo da Psicologia Geral e Experimental no final do século XIX (Figueiredo, 2014, p. 151), é de Freud a criação do conceito de trabalho psíquico consciente e inconsciente, operado por um aparelho psíquico que enfrenta conflitos entre as instâncias e que se constitui à custa de muito trabalho interno.

Desde que surge a noção de “trabalho do sonho” no cap. VII de *A interpretação dos sonhos*, como nos recorda Roussillon (2019, p. 242), o conceito de “trabalho” psíquico se impôs como um paradigma capital do pensamento psicanalítico. E, assim, seguiram-se o trabalho do luto, o trabalho do chiste, o trabalho de cultura, o trabalho de simbolização (Roussillon, 2019), o trabalho do jogo (Ferenczi, Winnicott, Anzieu, Roussillon), o trabalho da criação (Anzieu e de M’Uzan), o trabalho do negativo (Green, 2000⁸⁹), o trabalho do morrer (de M’Uzan) etc. Cada época da vida viu-se, do mesmo modo, reconhecendo um “trabalho específico” a ser realizado, um trabalho da adolescência,

⁸⁹ Green, A. A mente primordial e o trabalho do negativo, *Livro Anual de Psicanálise*, v. XIV, 2000. (apud Lamanno-Adamo, V. *Trabalho do negativo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014).

um trabalho do envelhecer etc. Proponho acrescentar, a partir das reflexões que essa tese nos traz, o “trabalho da maternidade/ parentalidade”⁹⁰.

O que esteve originalmente presente na noção de “trabalhos psíquicos” foi a passagem do primado do princípio do prazer, que se fundamenta na satisfação e alívio imediato de uma tensão psíquica, para aquele em que, embora mais longo, apresenta-se como mais sustentável, implicando adiamento e trabalho. Combinar as exigências do prazer às da realidade, da moral e até mesmo dos objetos, quando estes se dão como outros-sujeitos, é o que se impõem ao Ego que deve servir a vários senhores. A partir de 1920, com a introdução de um além do princípio do prazer, será necessária uma evolução e uma complexificação desse primeiro modelo (Roussillon, 2019, p. 242-3). É o que vai propor Roussillon (2019), a partir de Ferenczi e Winnicott, especialmente, com o “trabalho do jogo”, descrito adiante.

No que se refere à noção de trabalhos psíquicos inconscientes introduzida por Freud, podemos acompanhar um artigo de Ventura (2016), no qual ele discorre sobre como, ao longo da sua obra, Freud faz uso de termos compostos com o sufixo “*arbeit*” (trabalho): *trauerarbeit*, trabalho do luto, *traumarbeit*, trabalho do sonho e ainda, *bearbeitung*, *durcharbeitung* e *verarbeitung*, que significam elaboração⁹¹. O autor lembra também que a noção de trabalho está na base de um dos conceitos freudianos fundamentais: *a pulsão*, quando afirma que essa exige constante trabalho psíquico, enquanto “força constante e estímulo para o psíquico, a pulsão é uma intensidade que obriga o psiquismo, para evitar o desprazer e o desamparo, a trabalhar para

⁹⁰ Cristine Folino (2014), em sua tese de doutorado também faz referência ao termo “trabalho da parentalidade”, valendo-se de caminhos teóricos distintos daqueles percorridos em minha pesquisa.

⁹¹ Para fins de nossa exposição, vale ressaltar o sentido desse termo, em nosso idioma. Segundo dicionário Michaelis online, “elaborar” significa: “preparar ou organizar gradualmente, com trabalho; tornar(-se) assimilável; alterar(-se), modificar(-se), transformar(-se); tomar forma; formar-se, operar-se, produzir-se” (<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/elaborar/> acesso em 02/06/2019)

encontrar um caminho de expressão dessa energia no mundo material e psíquico”. (Ventura, 2016, p. 282)

Quanto ao trabalho do sonho, aprendemos com Freud (1900) que, fazendo uso da condensação, deslocamento e figurabilidade, elementos de alto valor psíquico são despojados de sua intensidade e cria-se, a partir de elementos de baixo valor psíquico, novos valores, que depois penetram no conteúdo do sonho, dá-se um trabalho transformador, de elaboração. (Ventura, 2016, p. 283).

No trabalho do luto, há um processo de desinvestimento ou retirada de libido das representações de um objeto de amor perdido; um trabalho complexo, lento e repetitivo, de difícil consecução. Freud (1917) adverte que, em fracassando esse trabalho, podem advir estados melancólicos.

Observamos que a noção de trabalho psíquico implica a passagem do campo das forças pulsionais para o campo dos sentidos e da simbolização. O trabalho psíquico opera no sentido de produzir condições de vida mais favoráveis, indica que estamos dentro dos processos de saúde.

A experiência da maternidade (e, mais amplamente, da parentalidade) implica um árduo trabalho psíquico, como podemos concluir, a partir de ideias como a de Régine Prat (2008, p. 129), ao afirmar que “a clínica do nascimento na família está relacionada com a clínica pós-traumática.”. Mãe e filho vivem um verdadeiro terremoto, depois precisam se reencontrar e, ao mesmo tempo, se descobrirem. As proposições dessa autora nos alertam para a enorme demanda de trabalho inconsciente que se avizinha quando da condição de tornar-se mãe e pai.

Ainda no artigo de Ventura (2016), que se detém na noção de trabalho na experiência psicanalítica, temos uma interessante apresentação dos termos usados por Freud, que se valem do

sufixo *arbeit*. Ele destaca o sentido de *durcharbeitung* como o trabalho feito pelo paciente sobre suas resistências, depois que são interpretadas pelo psicanalista, ressaltando o significado do prefixo *durch*, “através de”, ou seja, um trabalho que se faz ao longo do tempo, que implica essa passagem do tempo. O autor lembra que Freud (1914, p. 106) afirma:

Constatamos que ao nosso aparelho psíquico cabe sobretudo lidar com as excitações que, de outra forma, seriam sentidas como dolorosas ou provocariam efeitos patogênicos. Esse trabalho psíquico que o aparelho realiza presta um inestimável serviço ao escoamento interno de excitações e não podem sofrer remoção imediata para o exterior, ou cuja remoção imediata seria indesejável naquele momento.

Também o termo *verarbeitung*, como assinala Ventura (2016), remete a lidar emocionalmente com, assimilar ou absorver física ou psiquicamente, transformar, decompondo, dissolvendo e rearranjando. O prefixo *ver* significa ir adiante, perdendo o contato com sua origem.

Todos esses termos apontam para a complexidade que se impõe nos trabalhos psíquicos inconscientes e, no que se refere ao meu tema de pesquisa, fazem questionar como se dão esses processamentos, elaborações e rearranjos no psiquismo da mulher que se torna mãe, as possibilidades de uma elaboração satisfatória, promovendo uma transformação subjetiva, ou quando esses trabalhos psíquicos ficam impedidos, paralisando-se na dor e podendo ocasionar adoecimentos.

Lembrando Foucault, Ventura (2016, p. 287) assinala que, de uma experiência, a pessoa sempre sai transformada: a experiência “desprende o sujeito de si mesmo, faz que esse sujeito não se veja como sendo mais ele mesmo e que o impede de sê-lo sempre da mesma forma”. Será assim também com a experiência da maternidade, mudanças radicais que precisam de muito trabalho de elaboração.

Ao pensarmos a entrada na parentalidade como uma situação com potencial traumático, vale considerar com maior atenção alguns dos trabalhos psíquicos que, quando acionados, lançam o sujeito no caminho da apropriação subjetiva, nos termos de Roussillon (2019, p. 252). Sem deixar de ter em conta a importância de todos os trabalhos psíquicos acima referidos, proponho observarmos o trabalho do luto e, especialmente, os trabalhos da criação, da simbolização e do jogo.

A experiência de tornar-se mãe e pai os faz ter que lidar com inúmeras perdas. Há a perda do bebê ideal, da maternidade e paternidade idealizadas, a perda da rotina e da vida anterior. Além disso, principalmente a mãe perde sua identidade e deverá constituir uma nova, uma “troca de pele”, como propõe Prat (2008).

Ela não é mais a mulher adulta capaz (...), não sabe mais quem ela é, porque não adquiriu ainda sua nova identidade de mãe. Sua confusão e o sentimento muito doloroso de perda de sua antiga identidade se somam à tomada de consciência de sua total responsabilidade em relação a esse bebê. (Magnana, 1992, p.181 apud Prat, 2008, p. 127)

Desde o nascimento, “vivemos sucessivas perdas que a inserção no universo simbólico impõe e, em consequência, [verificamos] o lugar do luto e seu trabalho ao longo de nossas vidas” (Peres, 2011, p. 119). É o trabalho do luto que propiciará que as perdas que acontecem no decorrer da vida sejam significadas, simbolizadas e assim transformadas em algo com um sentido organizador do psiquismo.

Não é diferente o que a chegada de um filho impõe ao psiquismo materno e paterno, como evidencia a fala de Elena. Há também um trabalho de luto a ser realizado e os ganhos só poderão ser reconhecidos e experimentados a partir do enfrentamento e do reconhecimento das perdas; só assim se instalam possibilidades de transformação.

7.2.1 Michel de M'Uzan e Didier Anzieu – *saisissement* e o trabalho da criação

O trabalho da criação é uma ideia proposta por Didier Anzieu no livro *Le corps de l'oeuvre* (1981) a partir do que foi desenvolvido por Michel de M'Uzan, em seu texto *Aperçus sur le processus de la création littéraire* (1964), em que ele conclui, como esclarece Figueiredo (2019, p. 156) que “a criação pode ser entendida como resposta aos impasses, às crises na integridade narcísica”, assim não há criação sem que possamos suportar e sobreviver a uma experiência traumática.

De M'Uzan refere-se ao que ele nomeia de “*saisissement*”, termo francês de difícil tradução para nosso idioma, mas que pode ser compreendido como um momento de captura, que transforma, produzindo um estremeamento (Figueiredo, 2019), um arrebatamento⁹². “O instante do *saisissement* me parece dizer respeito a uma experiência traumática” (de M'Uzan, 1964, p. 7, tradução minha).

O autor esclarece que o *saisissement* leva à ruptura da unidade narcísica, ou seja, um retorno provisório à não integração. A partir da experiência traumática, então, deve entrar em jogo uma reparação narcísica, mediante a “criação de suplementos simbolizantes” (Figueiredo, 2019, p. 156).

Em seu texto, Michel de M'Uzan debruça-se sobre a dinâmica inconsciente presente nos processos criativos, especialmente na criação literária. O autor argumenta que ao estado psíquico notável presente na atividade criadora, à inspiração, embora consagrado, ele prefere o termo

⁹² Na versão do livro em português, editado pela Perspectiva, o tradutor optou por esse termo, “arrebatamento”.

saisissement, que ele toma do matemático Frobenius e “tem o mérito de dar ao fenômeno seu caráter de acidente súbito e essencial (De M’Uzan, 1964, p. 6, tradução minha).

Apesar de terem sido desenvolvidas para pensar os processos de criação literária, essas ideias nos parecem muito proveitosas para pensar estados psíquicos vividos na experiência de tornar-se mãe.

A noção do *saisissement* mostra-se particularmente útil por se tratar de um estado que “resulta de um ato organizador, gerador de uma nova ordem, que constitui uma aquisição” (De M’Uzan, 1964, p. 6, tradução minha), assim como o que entendemos ocorrer na vivência do tornar-se mãe.

O autor compreende esse fenômeno como estados que definem:

- 1) uma modificação da alteridade natural do mundo exterior;
- 2) a alteração da intimidade silenciosa do eu psicossomático;
- 3) o sentimento de uma flutuação dos limites, separando essas duas ordens, com uma conotação de estranheza. A essa transformação no encontro dos investimentos objetivos e narcísico responde o sentimento experimentado pelo sujeito, de uma mudança de sua posição em relação ao mundo, mesmo de sua própria identidade. O estado de *saisissement* desperta a consciência de entrar em contato com alguma coisa de essencial, contudo inefável (De M’Uzan, 1964, p. 6, tradução minha)

Em certos casos, diz o autor, esses estados se aproximam dos fenômenos de despersonalização, às vezes de euforia, de onipotência (como no momento da inspiração artística ou mística); de todo modo, para ele, o instante do *saisissement* parece ser da ordem de uma experiência traumática.

Como nos lembra De M’Uzan (1964, p. 8, tradução minha) “cada etapa de desenvolvimento suscita uma nova experiência de ruptura”. As transformações ocorridas na maternidade provocam

rupturas e, conseqüentemente, demandam novos arranjos no psiquismo, tal como no trabalho da criação, que envolverão também uma capacidade de espera, uma capacidade de permanecer em um estado de desorganização. Muito provavelmente, serão revelados aspectos de si mesmo que, de outro modo, permaneceriam inacessíveis.

Há muito trabalho de simbolização a ser operado nessa fase pois, diante das turbulências e dos abalos narcísicos vividos na maternidade, será preciso dar sentido a inúmeras novas experiências, sentimentos ambivalentes e novas identificações.

Com isso, outras posições em relação ao mundo e em relação a si mesmo terão que ser criadas de modo a poder responder a esse novo lugar na vida. Assim, acompanhando Régine Prat em articulação com essas ideias de De M'Uzan, considero que tal experiência deve ser entendida como uma situação com potencial traumático e, portanto, abordada como tal quando pretendemos elaborar estratégias de cuidado nesse campo.

Haverá sempre um déficit em nossa capacidade simbolizante diante das situações traumáticas. Em função disso, será fundamental contar com um ambiente suficientemente acolhedor, continente, que crie condições para que a mãe possa se reorganizar narcisicamente e produzir sentido para toda a turbulência emocional que tal vivência produz.

A partir destas ideias de Michel de M'Uzan (1964), Anzieu (1981) elaborou uma teoria sobre o trabalho psíquico da criação. O autor pontua que tanto o que se vive no sonho, quanto no luto e/ou na criação são fases de crise para o aparelho psíquico; como em toda crise, há uma excitação interna, uma exacerbação dos aspectos patológicos do sujeito, um colocar à prova as organizações psíquicas já estabelecidas e também uma regressão. Observa-se a busca de um novo

equilíbrio, sempre com risco de descompensação, um refúgio na doença ou até mesmo um consentimento para a morte física e psíquica. (Anzieu, 1981, p. 18-20)

O autor segue afirmando que todo trabalho opera uma transformação e, assim como o trabalho do sonho,

o trabalho psíquico de criação também dispõe de representação de um conflito sobre uma “outra cena”, dramatização (quer dizer, colocar em imagem um desejo recalçado), deslocamento, condensação de coisas e de palavras, figuração simbólica, reversão em seu contrário. Como o trabalho do luto, ele se debate com a falta, a perda, o exílio, a dor; ele realiza a identificação ao objeto amado e desaparecido que o faz reviver, por exemplo, sob a forma de personagens do romance; ele ativa setores adormecidos da libido, e também a pulsão de autodestruição. (Anzieu, 1981, p. 19)

O trabalho da criação se entrelaçaria assim ao trabalho do luto; a resposta via criação guardaria semelhanças com o que é vivido no luto ao exigir do sujeito que se debata com “a falta, a perda, o exílio, a dor”. A criação só poderá advir se o trabalho de luto estiver em curso, e o produto do trabalho da criação é o resultado disso.

As propostas de Michel de M’Uzan e Didier Anzieu me inspiram a pensar os estados vividos na maternidade em razão de oferecerem ideias que ajudam a compreender a situação traumática descrita por Regine Prat, ainda que suas formulações estejam interessadas nas atividades criadoras tanto no campo das artes quanto da ciência.⁹³

⁹³ Os dois textos desenvolvem teses sobre o processo criador. Anzieu inclusive propõe uma compreensão distinta entre criatividade e criação. Criação refere-se a uma produção artística ou científica original que, cedo ou tarde, encontrará o reconhecimento do seu valor pelo público, enquanto a criatividade é entendida como uma predisposição do caráter e do espírito que pode ser cultivada.

Proponho a extensão das noções de “*saisissement*” e de “trabalho psíquico da criação” para o entendimento do funcionamento inconsciente na vivência da maternidade, a partir da própria indicação de De M’Uzan, quando expõe o que compreende como “representação”.

Tomando o pressuposto do antropólogo Adolphe Jensen⁹⁴, “[o] homem é por natureza um ser que representa”, De M’Uzan afirma que, apesar de haver um caráter dramático no processo criador, a representação (que supõe uma noção mais ampla que “drama”) parece ser um elemento fundamental da criação artística e, mais amplamente, da criatividade em geral. Em suas palavras: “a atividade de representação está na origem de uma grande variedade de fenômenos humanos, que vão do sonho e da fantasia à arte, passando pelos mitos e representações religiosas e jogos – sagrados e profanos – também jogos de palavras e ditos espirituosos” (De M’Uzan, 1964, p. 5, tradução minha).

Além disso, lembra também da afirmação de Freud (1911), em “Formulações sobre os dois Princípios do Funcionamento Mental”, que à nova realidade⁹⁵, “se liga o esforço de toda criação, quer ela desemboque num simples jogo ou na obra de arte mais sublime” (De M’Uzan, 1964, p. 5).

Parker (1997), embora não se expresse nos termos de Anzieu e De M’Uzan, descreve o que entendo como o trabalho psíquico da criação, ao discorrer sobre a ambivalência de sentimentos na mãe. Referindo-se a um conflito criativo, postula que é “justamente na própria angústia da ambivalência materna que reside uma relação frutífera para mães e filhos” (Parker, 1997, p. 24). Discutirei amplamente essa proposição no capítulo oito.

⁹⁴ Jensen, A. E. *Mythes et cultes chez les peuples primitifs*, Paris: Payot, 1954.

⁹⁵ Em sua discussão sobre as consequências psíquicas da adaptação ao princípio da realidade.

Essa autora (1997, p. 24) relata uma experiência na Austrália com grupos de reflexão com mães, acerca dos conflitos (amor x ódio) vividos na maternidade. Conta que, quando essas mães entravam em contato com o sentimento de culpa causado por sentimentos de ambivalência, elas começavam a demonstrar, pelo menos temporariamente, “novas iniciativas e talentos”. Sua leitura era de que surgia uma súbita liberdade para encontrar e utilizar os próprios recursos internos. O que essa história indica é que a possibilidade de acolhimento e reconhecimento da dor causada pela ambivalência foi capaz de promover reflexão, transformação e criação.

O processo de elaboração de uma vivência traumática demanda tempo, paciência e continência de uma outra mente disponível para tolerar o processo. O termo em alemão *durcharbeitung* expressa bem essa ideia do trabalho através do tempo.

Essas experiências me levam a conjecturar que a medicalização e medicamentação de qualquer estado emocional mais desconfortável, tão comuns na atualidade, e presentes também nos atendimentos às puérperas⁹⁶, podem eventualmente prejudicar os trabalhos psíquicos próprios a essa fase, e fundamentais para as transformações necessárias para a mulher e a relação mãe-bebê.

Assim, De M’Uzan e Anzieu nos ajudam a teorizar sobre o trabalho psíquico da parentalidade a partir do termo *saisissement*, com a eloquência de seu sentido – a ruptura da unidade narcísica, um susto, o arrebatamento, o trauma, mas que oferece a possibilidade de reparação narcísica, uma nova ordem e assim criação e transformação – e da proposição do trabalho da

⁹⁶ O *Equilid*, em especial, tem sido um medicamento bastante prescrito para as recém mães. Ele surgiu como um recurso lançado pelos médicos diante do mal-estar referidos pelas mães no puerpério. No entanto, *Equilid* é um medicamento utilizado para tratamento de condições psiquiátricas que visa: “controlar sintomas psicóticos assim como para elevar o estado de humor de pacientes depressivos, tratar quadros neuróticos depressivos, síndrome vertiginosa ou esquizofrenia.” A prescrição deste tipo de medicamento, fora do Brasil (incluindo os Estados Unidos), é permitida para gestantes e lactentes, em raros casos de hipogalactia.

O uso de *Equilid* aumenta a produção de prolactina, um dos hormônios necessários para produção de leite materno. Porém, estudos falharam em comprovar um aumento na produção do leite materno propriamente.

criação, que implica a possibilidade de admitir as perdas e poder inventar/criar a partir daí. Além deles, Roussillon também me inspira nessa construção teórica, no que ele chama de “trabalho do jogo”, que apresento a seguir.

7.2.2 Renée Roussillon e o trabalho do jogo

Avançando na compreensão dos trabalhos psíquicos inconscientes, Roussillon lembra que Ferenczi abriu o campo para pensar que o trabalho da integração subjetiva implica, muito frequentemente, outro sujeito. “A simbolização não é um trabalho solitário; por natureza, o símbolo é ‘social’, implica uma relação intersubjetiva”, e resulta daquilo que o autor propôs chamar o “entre-jogo”, isto é, um jogo intersubjetivo. (Roussillon, 2019, p. 202)

Com esse neologismo entre-jogo – *entre jeu*, em francês –, Roussillon (2016) faz uso da homofonia das palavras *je* (eu) e *jeu* (jogo), condensando duas noções: ‘*entre eu*’ e ‘*entre jogo*’. Sua intenção é insistir para o fato de que o trabalho de elaboração se efetua frequentemente a dois, analista e analisando.

Esse trabalho a dois, no qual “duas áreas de jogo sobrepõem-se (Winnicott, 1971) é então ocasião de um compartilhamento da experiência e de uma recarga libidinal que são indispensáveis para que as experiências em sofrimento de simbolização do paciente possam se ligar e se integrar à trama do Eu pré-consciente.

É um trabalho que propus descrever como "lado a lado", mesmo se a situação permanece assimétrica, na medida em que cada um se apoia no outro e no trabalho do outro de sua parte. É a respeito disso que a máxima de Winnicott: "A análise se desenvolve lá onde se superpõem duas áreas de jogo" toma sua pertinência máxima; é por isso também que propus o neologismo de "entre-eu/entre-jogo" para descrevê-la.” (Roussillon, 2016, p. 370-1)

Essas ideias são desenvolvidas a partir de sua proposição sobre o trabalho clínico do “jogar”, intuído por Ferenczi e teorizado por Winnicott, que ressaltou o valor paradigmático do jogo para a psicanálise em geral, e especialmente nos atendimentos de sujeitos que apresentam sofrimentos narcísico-identitário e daqueles em que observamos formas de compulsão à repetição que afetam os funcionamentos pós-traumáticos. (Roussillon, 2019, p. 244)⁹⁷

O que me parece especialmente valioso dessas proposições, para a compreensão da entrada na parentalidade como uma experiência com potencial traumático, é que o trabalho de simbolização dessa comoção psíquica (Ferenczi) implicará um encontro intersubjetivo propiciador desse trabalho do jogo.

Roussillon é enfático ao afirmar a importância do modelo do jogo nas situações em que o que predomina é a “lógica da sobrevivência mais do que de vida” (Green, 2002, apud Roussillon, 2019, p. 245). Trata-se, pois, de criar condições para transformar as experiências traumáticas, dotando-as de algum sentido; trata-se de “restituir ao funcionamento psíquico um determinado prazer, que não seria outro que não o da partilha” (Roussillon, 2019, p. 245), aumentando, assim, as chances de estabelecer ou de restabelecer o primado do princípio do prazer, “ensinar a brincar”, nos termos de Winnicott.

“Ensinar a brincar” aos que não são (mais) capazes; ensiná-los como o jogo transforma a vida, como ele sustenta a vida psíquica, a incrementa; como ele sustenta a parcela de ilusão a ela necessária; como ele permite transformar as situações mais dolorosas em situações “boas de simbolizar”, essa será a palavra de ordem proposta por D.W. Winnicott. (Roussillon, 2019, p. 245)

⁹⁷ D. Anzieu (1970), em seu relatório no *Congrès des Psychanalystes de Langues Romanes* (Congresso dos Psicanalistas de Línguas Românicas), “também propunha o modelo do jogo para a interpretação psicanalítica no tratamento de adultos e em todo o campo clínico, sob a forma de jogos da língua e da palavra.” (Roussillon, 2019, p. 244)

O trabalho do jogo precisa ser compreendido tanto em sua dimensão *intrassubjetiva*, a forma solitária do jogo, quanto naquelas em que a presença do outro é essencial, as formas *autossubjetiva* e *intersubjetiva*. No sonho há uma forma particular de representar com as representações psíquicas, é um jogo *intrassubjetivo, intranarcísico*, diz ele, “que testemunha negociações simbólicas que o sujeito desenrola na intimidade das suas noites e dos seus espaços internos solitários.” (Roussillon, 2019, p. 247)

As outras dimensões do jogo, que precisam contar com a participação de outro sujeito, envolvem ora uma “presença discreta [do outro], que se contenta em receber o endereçamento mudo” (Roussillon, 2019, p. 247), o que ele denomina forma *autossubjetiva* de jogo; ora um outra forma de presença, quando o sujeito necessita de “uma resposta para se sustentar e sustentar a descoberta das suas questões, para que estas sejam reconhecidas e atestadas pela resposta do outro sujeito” (Roussillon, 2019, p. 247), a forma *intersubjetiva* do jogo. Essas ideias parecem estar em sintonia com as proposições de Figueiredo (2009) acerca da presença implicada e presença em reserva, entendendo-as como as diversas formas de como o cuidador se coloca diante do outro, que envolvem tanto “acolher, reconhecer e interpelar” (presença implicada) quanto “dar tempo e espaço, esperar, manter-se disponível sem intromissões excessivas” (presença em reserva), duas formas de presença que deve ocorrer em um “equilíbrio dinâmico entre elas”.

É a partir dessa argumentação que Roussillon (2019, p. 248) introduz a ideia do “entre jogos [entre jeux]”, que interroga “a maneira como ‘duas áreas de jogo se encavalam’ (D.W.Winnicott), como dois sujeitos se encontram em torno do jogo, como eles partilham o jogo – isto é, no entre(u) [entre-je].”

É preciso deixar claro que o autor compreende essas dimensões como três tempos do trabalho psíquico que ocorrerão durante a sessão de análise e supõe que é necessário que as formas

de jogo *autosubjetivo* e *intersubjetivo* tenham podido se desenvolver suficientemente para que haja possibilidade de ocorrer o jogo de si para consigo, aquele “sem testemunha, na interioridade da psique, entre instâncias” (Roussillon, 2019, p. 251), ou seja, o jogo *intrassubjetivo*.

Partindo da ideia de que “a experiência humana está ‘por interpretar’”, de que seu sentido precisa ser construído e é sempre provisório, podendo ser revisitado e reinterpretado, concordamos com Roussillon quando enfatiza a necessária participação do entorno nesse processo – a constatação do assombro, do impacto, do susto a que somos confrontados na vida, especialmente em momentos de ruptura, como é a entrada na parentalidade. É o convite ao cuidado e à hospitalidade que levará a destinos mais criativos e potentes em ampliar a rede de significações.

8. AMOR E ÓDIO NA EXPERIÊNCIA DA MATERNIDADE

Nesse mundo de hoje, o maior tabu ainda é a maternidade. Não tem assunto mais sério, mais grave e perigoso do que a maternidade. As pessoas, elas acham que é esse romance, essa sabedoria, essa bondade. E ter filhos é uma coisa difícil demais. É um exercício constante e que requer, principalmente, extrema honestidade. Acho que, em geral, as pessoas não estão a fim de entrar em contato com suas fragilidades de maneira honesta. Elas não estão querendo entrar em contato consigo mesmas no papel de mãe. Acho que o discurso comum que afirma de maneira viciada: “Ah, é ótima mãe!” é perigosíssimo. Estou o tempo inteiro questionando o meu eu-materno.

[Tornar-se mãe] é uma cicatriz que não volta. É uma felicidade que vem com uma amputação.

É bonito, mitológico, mas pode ser doloroso.

Fernanda Young

As palavras de Fernanda Young saem em tom de desabafo e confissão. Ela declara o quão difícil e terna, encantadora e doída a maternidade é. Fernanda é sempre visceral em seus escritos e assim é também quando compartilha sua própria história como mãe. Em um breve capítulo do livro *Pós-F: para além do masculino e do feminino*, ela vai no âmago da experiência, como ela mesma diz, “encara com medo, mas obstinadamente, os corredores mais escuros da [sua] alma” (Young, 2018, p. 5). Teme, mas não se furta a expor a gama de sentimentos vividos na maternidade. Revela a ambivalência.

Trabalhei até aqui, ao longo desta tese, ressaltando a entrada na maternidade/parentalidade como uma situação com potencial traumático, o assombro e os caminhos para sua elaboração. Neste capítulo, pretendo abordar o conceito de ambivalência, tal como tem sido teorizado pela psicanálise, de modo a contribuir para a reflexão sobre a experiência da ambivalência na maternidade. Trata-se de um tema central para a teoria psicanalítica e que traz ideias fundamentais para pensar a clínica de modo amplo e especialmente a clínica da parentalidade. As reações diante das frustrações e do trauma revelam sentimentos hostis que, habitualmente, tentam ser apagados. Veremos que afetos amorosos e odiosos coexistem sempre e é proveitoso não recusar nenhum deles.

Iniciarei com Freud, em seguida acompanharei a proposta de Luis Claudio Figueiredo para pensar um novo conceito, a ambivalência de base e, por fim, proporei um diálogo de minhas ideias com o que desenvolve Rozsika Parker.

8.1 A ambivalência em Freud

Os sentimentos contraditórios em relação ao mesmo objeto foram referidos por Freud desde o início de sua obra. Na *Interpretação dos Sonhos* (1900), ele aponta a coexistência de amor e ódio na vida onírica, afirmando ser um traço arcaico da vida mental e cuja origem remonta à primeira infância. Em *Notas sobre um caso de neurose obsessiva* (1909), observa que em toda neurose encontramos o ódio mantido debaixo da repressão no inconsciente, pelo amor.

Termos que se aproximam da ideia de ambivalência aparecem inúmeras vezes na obra freudiana. Bleger (1962/1977) faz um estudo detalhado sobre isso, localizando diversos momentos

em que Freud discute o duplo sentido de palavras, atitudes emocionais contraditórias, a ambiguidade no chiste e nos sonhos e a ambivalência propriamente dita⁹⁸.

Somente em 1910, contudo, o termo foi utilizado pela primeira vez, pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler, ao considerar a ambivalência um sintoma preponderante da esquizofrenia, embora tenha acabado por privilegiar o uso do termo ambivalência no sentido afetivo⁹⁹, o mesmo que orientou Freud.

O termo aparece na obra freudiana, pela primeira vez, em “A dinâmica da transferência” (1912), em que o autor teoriza sobre a presença da transferência negativa, simultaneamente à transferência amorosa. No entanto, Laplanche & Pontalis (1967/1991, p. 17) lembram que “a ideia de uma conjunção do amor e do ódio encontra-se anteriormente, por exemplo nas análises do Pequeno Hans (1909) e do Homem dos Ratos (1909): ‘Trava-se uma batalha no nosso protagonista entre o amor e o ódio dirigidos à mesma pessoa¹⁰⁰’”

Ao discutir o sadismo e o masoquismo em “Três ensaios sobre uma teoria da sexualidade” (1905/1990), Freud afirma que a particularidade mais notável destas perversões é encontrarem-se a sua forma ativa e a sua forma passiva numa mesma pessoa, “algumas das inclinações à perversão apresentam-se regularmente como *pares de opostos*, o que, em conjunto com um material a ser posteriormente apresentado, pode reivindicar uma elevada significação teórica.” (Freud 1905/1990, p. 149-50 grifos do autor).

⁹⁸ No próximo item, apresentaremos a proposta de Bleger que diferencia a ambivalência propriamente dita do que ele nomeia ambiguidade e divalência.

⁹⁹ Bleuler considerava a ambivalência em três domínios: voluntário, por exemplo, o sujeito quer ao mesmo tempo comer e não comer; intelectual, o sujeito enuncia simultaneamente uma proposição e seu contrário; e afetivo, ama e odeia, em um mesmo movimento, a mesma pessoa. (Laplanche e Pontalis (1967/1991, p. 17)

¹⁰⁰ Freud (1909), em Notas sobre um caso de neurose obsessiva, citado por Laplanche e Pontalis (1967/1991, p. 17)

Ainda neste texto, há um subitem intitulado “ambivalência”¹⁰¹, quando o autor está apresentando as organizações pré-genitais. Ele diz que é próprio desta organização sexual “que os pares de opostos de pulsões estejam desenvolvidos de maneira aproximadamente igual, num estado de coisas descrito pela oportuna designação de ‘ambivalência’, introduzida por Bleuler” (Freud 1905/1994, p. 186)

Em “Pulsões e os Destinos da Pulsão” (1915/2004), Freud propõe uma compreensão sobre a gênese do amor e do ódio. Afirma que o ódio precede o amor, sendo uma resposta do Eu aos estímulos do mundo externo que lhe provocam desprazer, e que o amor é originalmente narcísico, uma vez que nasce da capacidade do Eu em satisfazer suas moções pulsionais. Depois, o amor dirige-se aos objetos fontes de prazer e que foram incorporados ao Eu.

É, portanto, numa condição ambivalente desde o início que surgem os sentimentos de amor e ódio, ligados às experiências de satisfação. Em um primeiro momento, é o próprio eu a se satisfazer; em seguida, esse Eu é ampliado pela introjeção dos objetos que o satisfazem, depois advém uma experiência de se apoderar do objeto sem consideração por ele, até finalmente se tornarem sentimentos independentes e opostos.

Dois anos mais tarde, em “Luto e Melancolia” (1917/2011, p. 65), Freud acentua que “a perda do objeto de amor é uma oportunidade extraordinária para que entre em vigor e venha à luz a ambivalência das relações amorosas”. Não somente a perda por morte, mas também ofensas e decepções são situações que fazem surgir uma oposição entre amor e ódio.

Esse conflito de ambivalência, de origem ora mais real, ora mais constitutiva, não deve ser desconsiderado entre os pressupostos da melancolia. Se o amor pelo objeto – um amor que não pode ser abandonado, ao mesmo tempo que o objeto o

¹⁰¹ Este subitem foi evidentemente acrescentado posteriormente à primeira publicação, pois o termo foi introduzido por Bleuler em 1910 e este texto veio a público originalmente em 1905. Há uma nota de rodapé na página 150, datada de 1915, que dá pistas de que pode ter sido por essa época o acréscimo.

é – se refugiou na identificação narcísica, o ódio entra em ação nesse objeto substitutivo, insultando-o, humilhando-o, fazendo-o sofrer e ganhando nesse sofrimento uma satisfação sádica. O auto tormento indubitavelmente deleitável da melancolia significa, como o fenômeno correspondente da neurose obsessiva, a satisfação de tendências sádicas e de tendências ao ódio relativas a um objeto, que por essa via sofreram um retorno para a própria pessoa. (Freud, 1917/2011, p. 67)

Em sua busca de compreensão da melancolia, Freud, neste texto, apresenta duas possibilidades sobre a origem da ambivalência: ela seria constitucional, com o que concorda Figueiredo (2021c), como veremos mais adiante, ou tem como origem as experiências de ameaça de perda do objeto. Também nas recriminações obsessivas, depois da perda por morte de um objeto amado, Freud não tem dúvida de que a ambivalência é que impulsiona o conflito.

Na virada de sua teoria pulsional, em 1920, o dualismo passa a ser pulsão de vida e pulsão de morte, cujas características de fusão e desfusão serão fundamentais para o entendimento da dialética presente no conflito pulsional. Novamente estamos diante da ambivalência, uma das forças visando à ligação, ao atamento dos laços, enquanto a segunda tem por objetivo o desligamento e o retorno ao estado inorgânico. Nessa nova perspectiva, o ódio ao objeto passa a ser visto como oriundo das tendências mortíferas, embora não se confunda com elas.

Vale lembrar um outro texto de Freud (1915/1990) que traz considerações valiosas para essa discussão. Trata-se do ensaio “Reflexões para os tempos de guerra e morte”, de 1915, com o qual trabalhei em minha pesquisa de mestrado¹⁰² (Ferrari, 2010) e que retomo aqui dada sua pertinência com o que estamos tratando.

¹⁰² Na dissertação de mestrado (que posteriormente se tornou um livro em 2010, editado pela Escuta) fiz uma discussão crítica sobre o voluntariado, problematizando as ações ditas benemerentes. Naquele trabalho, discrimino as ações que teriam motivações inconscientes narcísicas daquelas que seriam de fato alteritárias, em que o outro seria verdadeiramente levado em consideração. Este texto de Freud foi uma referência importante para minha discussão, naquela pesquisa, acerca do altruísmo.

Freud escreve este texto num momento particularmente trágico da história, meses após ser deflagrada a Primeira Guerra Mundial. Diante da barbárie que se espalhou pelo mundo de forma incontrolável, ele se pergunta como, em culturas civilizadas, com normas de conduta moral fortemente estabelecidas, seria possível um arroubo de destruição tão primitivo como o que se apresentava naquele momento. (Ferrari, 2010, p. 59)

Estamos a cinco anos da virada dos anos 20, mas Freud já está atento e analisando o que chamava de tendências primitivas más, como o egoísmo e a crueldade. Se poderíamos imaginar que, no processo de desenvolvimento humano, tais tendências más seriam erradicadas (ideia do próprio Freud, naquele texto), o que ele argumenta é que não há, no processo civilizatório, de fato, a erradicação do mal. Isso porque, no psiquismo, imperam pulsões que visam à satisfação de necessidades primitivas que em si mesmas não são boas ou más, é a cultura que qualificará tais pulsões, segundo os padrões morais ali estabelecidos.

Segundo o autor (Freud, 1915/1990, p. 318), tais pulsões primitivas passam por um longo processo de desenvolvimento, no qual são inibidas, dirigidas para outras finalidades, mesclam-se, alteram seus objetos e revertem até certo ponto sobre o próprio sujeito. O caráter de uma pessoa estaria formado, segundo ele, após esses destinos pulsionais serem superados. A qualificação de boa ou má dificilmente pode ser atribuída a uma pessoa, pois ninguém é totalmente bom ou mau. Aliás, é o que nos ensina, posteriormente, Melanie Klein, acerca da posição depressiva.

No texto “Além do princípio do prazer” (1920) Freud deixa claro que toda a vida é um conflito entre forças opostas – agregação e ligação *versus* destruição e desligamento –, “o que

indica a ambivalência básica de nossas relações com o mundo, estamos constantemente amando e odiando. O sujeito já nasce no clima da ambivalência.” (Figueiredo, 2021c)¹⁰³

Destacar o modo como a civilização tratou de inibir a agressividade, fundando um sentimento de culpa universal, é o que lemos num dos textos finais de sua obra, “O mal-estar na civilização” (Freud, 1930[1929]). Mais uma vez, aqui, ele segue numa análise implacável, alertando que “(...) os homens não são criaturas gentis que desejem ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos deve-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade” (Freud, 1930[1929], p. 116)

Neste ensaio, ele aborda novamente o conceito de ambivalência, neste caso, no entendimento da gênese do sentimento de culpa:

(...) o sentimento de culpa é expressão tanto do conflito devido à ambivalência, quanto da eterna luta entre Eros e o instinto de destruição ou morte. Esse conflito é posto em ação tão logo os homens se defrontem com a tarefa de viverem juntos. Enquanto a comunidade não assume outra forma que não seja a da família, o conflito está fadado a se expressar no complexo edipiano, a estabelecer a consciência e a criar o primeiro sentimento de culpa. (Freud, 1930[1929]/1990, p. 116)

Nessa passagem, estão bem presentes o caráter trágico de nossa existência, o conflito pulsional que está posto desde a nossa origem, pulsão de vida *versus* pulsão de morte, e o mal-estar inerente à vida coletiva e civilizada.

¹⁰³ Anotações de aula durante o Seminário, Clínico ministrado pelo Prof. Luis Claudio Figueiredo, “A Reviravolta Freudiana Dos Anos 20 e suas Implicações Clínicas duradouras”, na PUC-SP, no segundo semestre de 2021.

Ao lado de Freud, Melanie Klein também é a pensadora do mal-estar humano. Sua metapsicologia traz elementos fundamentais para a compreensão acerca da ambivalência, ao alertar que nascemos num caos de emoções e angústias inevitáveis.

Klein nos coloca diante do desafio de conviver com a complexidade de nossas emoções e de nossos estados mentais, do início ao fim de nossa vida [...], dos desafios intermináveis, das contínuas elaborações e sublimações que a vida exige, um enfrentamento inescapável da realidade, impermeável a nossos desejos. (Cintra e Ribeiro, 2022)¹⁰⁴

Seus valiosos *insights* acerca da ambivalência serão apresentados a seguir, em diálogo primeiro com Figueiredo (2021c) e, em seguida, com Parker (1997).

Fazer um breve sobrevoo sobre as origens do conceito de ambivalência na teoria psicanalítica me prepara para apresentar, a partir deste referencial epistemológico, como compreendo a ambivalência na maternidade. Antes de entrar propriamente neste tema, apresentarei a proposição de Figueiredo que ele nomeou de “ambivalência de base”.

8.2 A ambivalência de base: um conceito de Luis Claudio Figueiredo.

Em artigo recente, “A ambivalência de base e seus destinos em Freud e Melanie Klein”, Figueiredo (2021c) retoma a importância do conceito de ambivalência na psicanálise, sugerindo a criação do conceito de ambivalência de base, a partir de sua leitura de Freud, Klein, Abraham e,

¹⁰⁴ <https://revistacult.uol.com.br/home/dossie-melanie-klein-apresentacao/>

em especial, do texto “Ambivalência e Ambiguidade, Antecedentes Bibliográficos”¹⁰⁵ (1962/1977), de José Bleger.

Como nos apresenta Figueiredo (2021c), Bleger (1962/1977) discrimina os termos “ambiguidade” (ou polivalência), “divalência” e “ambivalência” no pensamento de Freud e de Melanie Klein, ao longo das décadas. Ele resume:

na ambiguidade predomina o que ele chama de ‘polivalência’ em um estado de caos e uma radical confusão (na verdade, em uma *fusão* ainda mais primitiva), com pouca ou nenhuma discriminação entre os valores; a divalência é a manutenção dessas atitudes e afetos, mas distribuídos para dois ou mais objetos parciais (mesmo que para o observador externo se trate de um só); a ambivalência em sentido estrito envolve atitudes e afetos contraditórios em relação a um mesmo objeto. (Figueiredo, 2021c, p. 2)

Neste artigo, Figueiredo (2021c, p. 3-4) propõe a pertinência de um novo conceito, ‘a ambivalência de base’, “uma hipótese metapsicológica necessária, situada aquém da ambiguidade, da divalência e da ambivalência no sentido estrito, a rigor, em outro plano”. Estas seriam, na verdade, derivativas da ambivalência de base.

Seria necessário, segundo o autor, pensar em uma posição pós-ambivalente (termo controverso, porque não haveria uma condição sem ambivalência, a ambivalência de base ainda aí se manifesta), uma posição subjetiva que pode se transformar em criação, sublimação e reparação, a partir da condição trágica que a ambivalência de base impõe ao sujeito humano. Figueiredo (2021c) acentua que a ambivalência de base evidencia a existência da pulsão de morte (Garcia, Souza e Figueiredo, 2021).

¹⁰⁵ Capítulo 7 de seu livro *Simbiose e Ambigüidade* (1962/1977, p. 331), publicado pela Ed. Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro.

Como vimos, desde Freud fica evidente o problema da ambivalência nas relações objetais, quando o prazer e o desprazer são vividos diante do mesmo objeto, e evidencia-se também o conflito pulsional entre libido e pulsões do eu e as exigências da realidade. “O drama edípiano, com seus amores e ódios condenáveis, é o cenário para as ambivalências serem geradas e reprimidas” (Figueiredo, 2021c, p. 3). Na opinião de Bleger, isso deveria ser chamado de divalência, situação na qual impulsos positivos e negativos se alternam em relação ao mesmo objeto.

Figueiredo sublinha a ambivalência inevitável nas relações de objeto que está presente na teoria do segundo dualismo pulsional e cita o texto *O mal-estar na civilização*, (Freud, 1930[1929]/1990, p. 116) para acentuar o sentimento de culpa como “a expressão do conflito de ambivalência, da luta eterna entre Eros e o instinto de destruição, ou de morte”. A ideia de uma luta eterna indica um conflito inconciliável, a ambivalência é um fato com o qual todos temos que nos haver ao longo da vida.

A oposição entre a sexualidade e as conveniências do eu pode mudar e de fato muda conforme mudam as condições socioculturais em que vive o sujeito, as interdições e prescrições da moralidade vigente. Já o conflito entre pulsões de vida e pulsões de morte seria próprio da condição humana, ainda que haja fortes diferenças individuais quanto à força relativa desses impulsos, como Freud reconhece em “Análise terminável e interminável” (Figueiredo, 2021c, p. 4)

Diferentemente de Karl Abraham (1924) e Freud (1933), que acreditavam num período pré-ambivalente, para Melanie Klein (acompanhando o segundo dualismo pulsional), a ambivalência está presente desde o nascimento e assim nos acompanha até o fim da vida. Em “As Origens da Transferência” (1952) ela afirma que amor e ódio estão em estreita interação e as transferências positivas e negativas intimamente ligadas.

Figueiredo questiona se o pré-ambivalente destes autores não seria o que Bleger chamou de divalente, em que se caracteriza a cisão entre o bom e o mau, próprio da posição esquizoparanóide, ou ainda o ambíguo, anterior à cisão, uma situação de caos e confusão.

No texto de 1946, sobre os mecanismos esquizoides, Melanie Klein propõe uma condição de não-integração egoica, de caos e radical confusão, antes da posição esquizoparanoide se instalar. Winnicott (1945) também se refere a um estado de não-integração do ego nos primórdios da vida¹⁰⁶.

As implicações clínicas da ambivalência de base na análise das transferências são imensas pois nos alertam para a presença dessas duas atitudes e grupos de valores afetivos mesmo que um dos grupos esteja deslocado e projetado para outros objetos (na posição esquizoparanoide) e mesmo que esteja reprimido e inacessível à consciência a partir da posição depressiva. Nesta, a ambivalência em sentido estrito se realiza plenamente, mas, ao mesmo tempo, ela se torna ainda mais furtiva em decorrência de que, em geral, uma das tendências é reprimida e mantida na condição inconsciente. (Figueiredo, 2021c, p. 5)

Em razão do lugar idealizado que a mãe tem sido colocada em nossa cultura, reconhecendo apenas afetos positivos, sem raivas, ódios e hostilidades, a ambivalência tende a ser negada, ficando inacessível à consciência. No entanto, cada vez mais mulheres têm usado os seus perfis em redes sociais, *podcasts* e canais do *Youtube*¹⁰⁷ para desromantizar essa imagem purificada da mãe, o que tem contribuído para que outras mulheres se identifiquem com o outro polo dos afetos e reconheçam a ambivalência. São espaços que oferecem continência e reflexão, contribuindo para uma mudança de cultura no campo da maternidade.

Não podemos deixar de ressaltar que se, por um lado, há vários conteúdos que muito contribuem nessa direção, há outros que revelam, por parte da mulher, uma frustração por não

¹⁰⁶ Do mesmo modo, Bleger (1962) postula uma posição anterior à esquizoparanoide, a que deu o nome de gliscrocária. Ele dá à ambiguidade, assim, um estatuto mais primitivo, uma posição em que impera o caos.

¹⁰⁷ Dentre inúmeros disponíveis em diversas plataformas digitais, cito: *Hel Mother*, *Maria vai com as outras*, *Mãezonas da Porra*, *Podcast é a mãe!*, *Lado B da maternidade* e *Maternidade de Guerrilha*.

corresponder a esta imagem idealizada do ser mãe. Assim, essas mulheres tendem ao extremo oposto, ou seja, tendem a “demonizar” a maternidade, algo como “já que não sou essa mãe perfeita, odeio ser mãe!” – uma posição subjetiva que, a meu ver, também acaba por reforçar a imagem idealizada da maternidade. Afinal, idealização e demonização se acentuam concomitantemente.

Ainda em suas observações acerca do conceito de ambivalência em Klein, Figueiredo (2021c) faz referência ao texto “Inveja e Gratidão” (1957), no qual a autora conceitua a inveja como a expressão direta do instinto de morte e destruição, e não há referência à ambivalência, mas sim ao caos e à confusão (o que seria ambiguidade, nos termos de Bleger).

Como sugerido anteriormente, quando a *cisão normal fundamental entre o amor e o ódio*, e entre o objeto bom e o mau não é bem-sucedida, pode surgir a *confusão* entre o bom e o mau objetos. Acredito ser essa a base de toda *confusão* quer em estados confusionais graves, quer em formas mais brandas como a indecisão – a saber, uma dificuldade de chegar a conclusões e uma perturbação na capacidade de pensar claramente” (Klein, 1957, p. 248 apud Figueiredo, 2021c, itálicos do autor).

O problema apresentado por Klein é que a inveja primária torna mau o seio bom, ele é bom, mas simultaneamente é odiado e temido, o que impede a passagem para a posição esquizoparanoide, em que a cisão protegerá o ego, separando o bom do mau. Segundo a autora, “um certo grau de cisão é essencial para a integração” (Klein, 1957, p. 192, citada por Figueiredo, 2021c)

Figueiredo (2021c, p. 7) argumenta que

essa confusão e ambiguidade experimentada diante dos bons objetos – ou do que poderia ser um bom objeto, não fosse a inveja – é a mais pura expressão da ambivalência de base: quando amor e ódio operam e trabalham juntos e intensamente, muito antes de o ego ser capaz de discriminar, cindir, reunir e tolerar as tensões e conflitos, o bom e o mau se confundem e sobrepõem.

A posição esquizoparanoide oferece uma saída dos estados confusionais, separando o bom do mau. Como assinala Figueiredo (2021c, p. 7), aí se inicia uma triangulação incipiente¹⁰⁸, seio bom e mau seriam o segundo e o terceiro em relação ao sujeito. O próximo passo seria o que ele chama de triangulação imperfeita, uma transição da divalência para a ambivalência, “em que os outros da mãe ganham forma e nome e os afetos se distribuem entre objetos mais ou menos unificados e totais.” (Figueiredo, 2021c, p. 7)

A ambivalência propriamente dita, em que os afetos contraditórios são vividos em relação aos mesmos objetos, instala-se na posição depressiva, o que pressupõe relações com objetos totais. Aí temos as inevitáveis angústias depressivas e culpas.

A ambivalência de base, conceito proposto por Figueiredo (2021c), e os seus efeitos no nosso psiquismo me parecem muito fecundos para compreender os estados afetivos vividos na entrada da parentalidade. Essa condição trágica do humano é intensamente mobilizada quando da chegada de um filho, momento em que as questões edípicas e as memórias inconscientes das vivências dos pais enquanto bebês são atualizadas.

Ainda que Melanie Klein suponha um ego incipiente atuando desde o início da vida, compreende que o dualismo pulsional precede e domina o processo de formação do ego, ou seja, a ambivalência de base entra na própria formação do ego. Desde o início, ele precisa lidar com a ambivalência de base no próprio mundo interno, assim como nas primeiras relações com o ambiente mais próximo, nos objetos primários com que interage.

Nesse ponto, Figueiredo nos traz elementos para pensar o funcionamento mental do psiquismo primitivo, não só do próprio neonato, mas também das figuras parentais que o cercam.

¹⁰⁸ Sua ideia é de que antes do Édipo precoce alguma triangulação incipiente já está operando.

É fato que tais figuras estão sempre às voltas com os mecanismos de defesas, as pulsões e seus conflitos, não escapam de ambiguidade, divalência e ambivalência.

Nas palavras do autor:

Ainda que adotemos o mito da preocupação materna primária, por exemplo, seria pouco plausível acreditar que a maternagem, em qualquer momento, possa estar livre da ambiguidade e da confusão, da divalência e da ambivalência, mesmo que essa esteja em grande parte reprimida. Afinal, a mãe é uma mulher, em geral, uma mulher adulta. Mesmo Winnicott reconhece que essa ‘doença’ – a suposta ‘preocupação materna primária’ – é, e precisa ser, breve. (Figueiredo, 2021c, p. 9)

Isso significa que é não só legítimo, como necessário, considerarmos todos esses estados na experiência da parentalidade. Só assim poderemos oferecer às mães e aos pais um olhar mais aguçado e cuidadoso, sem ilusões e idealizações, sem julgamentos, e aberto aos afetos mais distintos que são mobilizados. Vale lembrar que o próprio Winnicott, quando formula a ideia de uma ‘mãe suficientemente boa’, inclui a ambivalência: a mãe atende seu bebê, se encanta, se apaixona, mas também se irrita, não tolera, fica impaciente.

No texto “A criança mal acolhida e sua pulsão de morte”, Ferenczi (1929) enfatiza a importância do bom acolhimento quando da chegada do bebê, sob risco de as pulsões de morte tomarem a cena, deixando graves sequelas na constituição do ego. Figueiredo (2021c, p. 9), no entanto, acrescenta que não seria conveniente idealizar o bom acolhimento,

pois sempre haverá também a confusão, a divalência e a ambivalência no ambiente adulto da família. Da ambivalência de base não se escapa. A dimensão trágica da existência parece decorrer dessa condição e das tensões permanentes e finitudes a que os conflitos insanáveis nos destinam. Ninguém sai completamente ileso dessas batalhas precoces.

Ainda que o autor enfatize esse caráter trágico da condição humana, de não ser possível se livrar dessa ambivalência de base, mesmo em psiquismos bastante bem constituídos, ele indica que “é bom que se criem as condições para reconhecer as misturas e tolerar as tensões e conflitos, ou seja, é bom que a experiência da ambivalência no sentido estrito venha a ser vivida e reconhecida e, principalmente, atravessada.” (Figueiredo, 2021c, p. 10)

Quando recebemos pais e mães trazendo dores e sofrimentos relacionados ao exercício da parentalidade, o reconhecimento do mal-estar é fundamental, assim como a possibilidade de juntos, analista e analisando, pensarem caminhos para conviver com o conflito e buscar saídas criativas, sob medida para a sua maternidade e paternidade. O cultivo de um clima em que as ambivalências possam ser vividas com menos temor parece uma alternativa mais proveitosa.

Nas reflexões de Melanie Klein sobre o fim de análise, Figueiredo também encontra indicações para sustentar sua proposta de uma ambivalência de base. No texto de 1950, ela defende que o fim de uma análise levaria a uma boa força egoica e uma profundidade do ego, que seria uma vida de *phantasia* rica e uma “capacidade de experimentar emoções livremente” (Klein, 1950, p.68), ou seja, “suportar (acolher) o impacto de toda gama de afetos – amor e ódio, ansiedade, pesar e culpa – diante dos objetos primários e de tolerar o *insight*, entendido como o contato com o mundo próprio mental e instintivo, com a realidade psíquica e suas ambivalências” (Figueiredo, 2021c, p. 10)

Aqui o autor localiza o que ele nomeia de ambivalência de base, diretamente ligada ao conflito pulsional: pulsões de vida *versus* pulsões de morte.

Um ponto de fundamental importância para pensar a ambivalência materna (parental, na verdade) é sua relação com a criatividade. E é justamente sobre isso que fala Melanie Klein, no

texto de 1958, em que ela admite que há polaridades que nunca poderão ser integradas. “Na verdade, neste texto surpreendente do final de sua vida, Melanie Klein vai dizer com todas as letras que a integração daqueles aspectos contraditórios e ambivalentes no ego, ao enriquecer o ego, criam instabilidade”. (Figueiredo, 2021c, p.11)

E é precisamente esta instabilidade que se torna fonte de inspiração e criatividade.

Trata-se, evidentemente, de uma fonte inesgotável de inquietação, instabilidade e sofrimento, mas é também uma fonte de criatividade, funcionando como uma forte exigência de trabalho reparador, pois as forças da destruição não sossegam. Reparações narcísicas e reparações dos objetos são tarefas permanentes e inevitáveis, dado o fato de que a vida transcorre do começo ao fim no campo de batalha em que as pulsões de vida e morte se enfrentam. (Figueiredo, 2021c, p. 11)

Aí está a ambivalência de base aludida pelo autor e que proponho como um conceito orientador na análise dos afetos presentes não só na maternidade, mas na parentalidade, por tudo que esse momento da vida mobiliza. É importante reconhecer, no entanto, que essa ambivalência de base está presente em todas as relações humanas.

O autor finaliza seu artigo propondo a relação entre a ambivalência de base, a sublimação e todas as formas de criatividade. Em suas palavras: “O que estamos sugerindo é que a ambivalência de base esteja nas raízes de todas as formas e modalidades de criatividade e nunca seja pura e simplesmente superada.” (Figueiredo, 2021c, p.13)

Considerando o que já discutimos sobre o trabalho psíquico da criação, a partir de Anzieu (1981), tal ideia vem complementar nossa compreensão sobre esse processo que, como discutido no capítulo sete, é muito fértil para pensar os inconscientes materno e paterno. Anzieu aponta para o fato de que, tanto no sonho, como no luto e na criação se vivem fases de crise; e que, como em toda crise, há excitação, recrudescimento dos aspectos patológicos daquele psiquismo, uma

perturbação das organizações já estabelecidas no mundo interno. Há um movimento na busca de um novo equilíbrio, não sem risco de descompensações (Anzieu, 1981, p. 18-20). Isso é exatamente, e inevitavelmente, o que vivem os pais na entrada da parentalidade (ainda que certos afetos possam ser negados), especialmente a mãe, pelas razões que temos ressaltado.

Para justificar sua argumentação, Figueiredo (2021c, p. 12) retoma Britton (1998) em sua proposição de uma posição pós-depressiva, entendendo como uma oscilação permanente entre as posições esquizoparanóide e depressiva, “[o trajeto do desenvolvimento é] da integração para a desintegração, seguida de reintegração” (Britton, 1998, p. 73, citado por Figueiredo, 2021c, p.12).

A direção proposta é que na posição pós-depressiva está presente algo paradoxal, tanto a superação quanto a conservação do caos, da divalência e da ambivalência.

Nela os destinos da ambivalência de base ganham de fato uma nova alternativa: na saúde verifica-se a possibilidade de sublimação da ambivalência de base a partir desses movimentos de ida e volta que incluem regressões e novos avanços. É o que se vê, por exemplo, na polissemia da obra de arte ou literária, mas também em outras tarefas de reparação e criação que requerem movimentos regressivos que levam o sujeito ao estado primordial de não-integração e ambiguidade, mas o trazem de volta, passando pela divalência, até formas maduras de integração e ambivalência. A ambivalência de base operaria em todos esses modos de funcionamento. (Figueiredo, 2021c, p. 12)

Figueiredo, a partir de Freud, Ferenczi, Klein, Bleger e agora Britton, expõe um fato da existência que não pode ser evitado, mas sim reconhecido, admitido e atravessado. Apresenta as tarefas reparatórias como movimentos contínuos ao longo da vida que vão oferecendo meios de integrarmos o conflito, ao invés de tentarmos escapar dele, e assim vamos lidando com angústias e culpas com menos tormento.

Minha pesquisa vai também nesta direção, mas no que se refere à maternidade, na medida em que enfatizo o sofrimento vivido nesta experiência como algo universal e não patológico.

Considero que, uma vez reconhecidos no campo da cultura, é possível que os trabalhos psíquicos que precisam ser acionados possam ser facilitados. Trata-se de um longo processo de perlaboração de tais experiências emocionais, tanto no plano individual, como no plano da cultura.

A última etapa dessas reflexões faremos na companhia de Rozsika Parker, psicoterapeuta e autora inglesa que estudou especificamente a ambivalência na maternidade.

8.3 A ambivalência materna: um diálogo com Rozsika Parker

A grande vantagem de não ter filhos deve ser a possibilidade de continuar acreditando que se é uma boa pessoa: quando se tem filhos, entende-se como é que as guerras começam.

Fay Weldon

Rozsika Parker foi uma psicoterapeuta psicanalítica nascida em Londres em 1945, e falecida em 2010. Formada em História da arte europeia no *Courtland Institute* em Londres, juntou-se à revista feminista *Spare Rib*¹⁰⁹, em 1972. Publicou diversos livros, alguns em coautoria com Griselda Pollock, que abordam a interface arte e feminismo. Na década de 80 tornou-se psicoterapeuta psicanalítica. A partir de sua prática clínica e sua própria experiência com a maternidade, publicou em 1995 *Torn in Two: The Experience of Maternal Ambivalence*¹¹⁰, obra em que ela argumenta que uma mulher precisa conhecer a si mesma, os sentimentos diversos,

¹⁰⁹ *Spare Rib* foi uma parte ativa do emergente Movimento de Libertação das Mulheres no final do século 20. De 1972 a 1993, esta agora icônica revista desafiou o estereótipo e a exploração das mulheres, ao mesmo tempo em que apoiava soluções coletivas e realistas para os obstáculos enfrentados pelas mulheres. (<https://www.bl.uk/spare-rib>).

¹¹⁰ *A mãe dividida: e experiência da ambivalência na maternidade*, em edição de 1997, pela Ed. Rosa dos Tempos

ambíguos, aflitivos que a experiência da maternidade evoca, e que só fazendo contato com essa ambivalência de sentimentos é possível imaginar uma vivência criativa ao ser mãe (e pai também, assim acredito, mas sua tese, como a presente, é acerca da maternidade).

Em seu livro, Parker (1997) discorre sobre a ubiquidade da ambivalência de sentimentos na experiência da maternidade e propõe lançar luz para as condições psíquicas da mãe, “ouvir o lado da mãe”, como ela diz. Em sua opinião, a psicanálise tem estado mais focada em compreender os efeitos da interação mãe-filho na criança, e muito menos interessada na questão materna.

“A mãe, exatamente como a criança, tem seus próprios processos de separação, união e reciprocidade, mas os significados psicológicos desses momentos são específicos a ela” (Parker, 1997, p. 31). Há, assim, um amplo campo de estudo acerca da experiência subjetiva de ser mãe e a psicanálise é um saber potente para iluminar construtivamente a vivência da maternidade.

Todo o seu argumento é norteado pelo impacto transformador positivo da ambivalência sobre a mãe e, por consequência, sobre o trabalho que ela tem a realizar. A maternidade é inevitavelmente conflitiva, mas esses conflitos são potencialmente criativos, em seus termos.

A autora lembra que Klein considera que a ambivalência tem um papel positivo a desempenhar na vida mental, como uma defesa contra o ódio, e postula que “é na própria angústia da ambivalência materna que reside uma relação frutífera para mães e filhos” (Parker, 1997, p.24). O reconhecimento dos sentimentos ambivalentes promove maior consciência sobre si mesma e sobre a criança, oferecendo maior senso de realidade e a possibilidade de uma relação mais autêntica.

Klein (1935) nos ensina que, no início da vida, é fundamental que o bebê possa manter separados o amor e o ódio, isto é, o objeto bom do objeto mau, sob o risco de sentir-se confuso

entre o que é bom e o que é mau em outros contextos. Com o tempo, a própria maturação vai colocar o bebê diante da ambivalência, reconhecendo que a mãe boa e a mãe má são o mesmo objeto, o que levará à culpa e à possibilidade de reparação. Isso será possível graças à identificação com o objeto ideal e às experiências de gratificação. Dessa forma, o bebê pode acreditar na sua capacidade de amar/reparar/cuidar e assim é capaz de conviver com o ódio, com a ambivalência, sem recorrer a mecanismos de negação.

Nas palavras da autora (Klein, 1935, p. 328):

Tudo depende de sua [da criança] capacidade de encontrar uma saída para o conflito entre o amor e seu ódio e sadismo incontroláveis. Como já observei antes, na primeira fase de desenvolvimento os objetos perseguidores e os objetos bons (os seios) estão muito afastados na mente da criança. Quando – com a introjeção do objeto total e real – eles se aproximam, o ego recorre constantemente ao mecanismo (...) que é tão importante para o desenvolvimento da relação com os objetos: a cisão das imagos entre as amadas e as odiadas, ou seja, entre boas e perigosas.

Talvez se possa dizer que é nesse momento que surge a ambivalência – que, afinal, diz respeito às relações de objeto, isto é, a objetos totais e reais.

Tal como no início da vida, a mulher que dá à luz está num processo de nascer como mãe. Como propõe Winnicott (1956), a mãe vive um estado regressivo (que, como vimos, o ambiente precisa sustentar) do qual dependem a sua capacidade para lidar com os sentimentos de amor e de ódio simultâneos em relação ao filho e a crença em seu potencial de amar/cuidar do bebê. Se isso não acontecer, a mãe seria levada a recorrer a mecanismos de defesa primitivos para lidar com a ambivalência e com a ansiedade persecutória.

Parker acentua que a ansiedade provocada pela maternidade pode amplificar os conflitos provocados pela ambivalência. Algumas mulheres poderão se sentir mais potentes enquanto outras, por influências diversas, sejam externas ou internas, podem ser dominadas pela culpa depressiva.

As mães, assim como os filhos, são sujeitos em processo de desenvolvimento e uma infinidade de fatores irá influenciar a experiência como mãe. Estarão em jogo a qualidade de suas relações de objetos internos e externos, suas reservas narcísicas, enfim, toda sua gama de recursos psíquicos para viver esse momento, além da possibilidade ou não de contar com um ambiente suficientemente bom e dos acontecimentos imprevisíveis próprios da vida.

No que se refere à necessidade de um ambiente que possa sustentar a mulher no parto e no puerpério, observam-se, em diversas culturas, práticas e até cerimônias que reconhecem tal necessidade e assim acolhem suas mulheres, ajudando-as na produção de significados nestes momentos cruciais da maternidade.

Gwen Stern e Laurence Kruckman (1983)¹¹¹, por meio de um estudo antropológico, encontraram em diversas sociedades asiáticas e africanas uma série de rituais que dão suporte e cuidados para a mulher. Por exemplo, as mulheres, no pós-parto, são auxiliadas por parentes que entendem que é um momento em que a mãe, especialmente vulnerável, precisa se recuperar. As novas mães são submetidas a rituais como banhos, lavagem dos cabelos e fortalecimento do abdômen.

Na região de Punjab (Índia), as mulheres e seus bebês são isolados de todos os parentes, com exceção da parteira, por cinco dias.

Nas culturas estudadas pelas pesquisadoras, há sempre alguém para cuidar das crianças e dos afazeres domésticos, como era comum em nossa cultura até meados do século passado e ainda observamos em contextos rurais brasileiros.

¹¹¹ Citado no site <http://primeiros1000dias.com.br/importancia-pos-parto-outras-culturas/> (acessado em 15/11/19)

Seguindo com suas reflexões acerca do potencial criativo da ambivalência, Parker pontua que Freud, em seu texto “Reflexões para os tempos de guerra e morte” (1915), alerta que a ambivalência mantém o amor sempre vigilante e renovado, para defender-se do ódio que espreita por trás dele (Parker, 1997, p. 34).

O que está em jogo é a possibilidade de circularem as paixões, sem que fiquem imobilizadas. O sentimento de culpa que pode surgir do reconhecimento da ambivalência tende a impedir tal circulação e, assim,

a mãe regressa ao estado esquizoide, fazendo uma cisão excessivamente rígida entre si e o bebê. Ela vivencia a si mesma como a mãe bondosa e perseguida, enquanto o bebê é visto como essencialmente malvado, extremamente perseguidor e o objeto justificável de ódio. (Parker, 1997, p. 41)

A autora enfatiza que uma das causas principais para o sentimento de culpa trabalhar pela cisão entre o amor e o ódio é a atitude de nossa cultura face à ambivalência materna, que está baseada no terror de que o ódio vá sempre destruir o amor e deixar o sujeito em desamparo (Parker, 1997, p. 41).

Em seu ponto de vista, nossa cultura se defende contra o reconhecimento da ambivalência materna pela difamação ou pela idealização da mãe: ou as mães são difamadas e, portanto, odiosas, incapazes de amar, ou elas são idealizadas, sentem exclusivamente amor por seus filhos.

A tese com a qual trabalha Parker busca denunciar essa idealização da maternidade como um porto seguro inabalável, a mãe como disponível e amorosa em tempo integral. Além de uma importante revisão bibliográfica, a autora trabalhou com vinhetas de pacientes de sua clínica, bem como com entrevistas com mães, com o intuito de responder à questão sobre o que querem as mães. Suas investigações levaram-na a compreender que o “ideal de maternidade, em termos culturais,

tem por base uma declaração da unidade mãe e filho, ao passo que os momentos definidos como ideais pelas próprias mães se fundamentam na mutualidade.” (Parker, 1997, p. 46).

Em interessante referência a uma observação de Jessica Benjamim¹¹², Parker (1997, p. 45), afirma que, “em razão a mudanças históricas recentes nos métodos de criação de filhos, a cultura ocidental está sob a forte influência de uma idealização sentimental da condição materna: a mãe ideal é ‘um porto seguro que tudo dá’”. Benjamin alerta para o obstáculo que essa idealização, esse ideal de onipotência e “onicompetência”, cria para a implantação de dispositivos sociais¹¹³ que apoiem as famílias na criação de filhos, tais como creches bem estruturadas, períodos coerentes de licenças-maternidade (melhor seria licença-maternidade/paternidade) e horários flexíveis de trabalho.

De fato, em nossa cultura, a ligação excessiva entre mãe e filho, a unidade a que Parker se refere, é tão idealizada quanto criticada. Nos termos da autora: “Espera-se que as mães operem como único sistema de sustentação de vida para seus filhinhos, e um dia, sem qualquer problema, larguem-nos na porta da escola ou da creche” (Parker, 1997, p. 65)

Em consonância com o que a autora sublinha acerca do desejo das mães de mutualidade, vale ressaltar, como nos ensina Winnicott, que na relação mãe-filho dá-se a “interpenetração de duas subjetividades” (Nina Farhi, 1994¹¹⁴, apud Parker, 1997, p. 87), até a provisão da mãe é, até certo ponto, modulada pelo que a criança traz para a situação.

¹¹² Benjamin, J. *The Bonds of love, psychoanalysis, feminism, and the problem of domination*, Virago, Londres, 1990, p. 211.

¹¹³ Ambos os textos, de Benjamim e de Parker, foram escritos há mais de vinte anos. Ainda hoje, as mesmas discussões e dificuldades seguem absolutamente presentes e pertinentes.

¹¹⁴ Farhi, N. “Winnicott and Narcissism: A Teoretical Perspective”, 1994. Texto não publicado, conforme indicação de Parker (1997).

Estamos vendo que a complexidade dos afetos envolvidos no encontro mãe e filho demanda um enorme trabalho psíquico, como enfatizado anteriormente, e muito nos beneficiaremos se reconhecermos suas múltiplas faces e renunciarmos à idealização da função materna como naturalmente e exclusivamente devotada e apaixonada.

Durante toda a sua análise, Parker procura dar legitimidade aos sentimentos ambivalentes na maternidade, bem como ressaltar sua potência criativa, considerando tanto os fenômenos psíquicos que precisam ser observados, como a comunicação entre os inconscientes da mãe e do filho – as projeções, as identificações projetivas, as *phantasias* inconscientes. Busca, enfim, entender como se dão esses fenômenos, de modo a ampliar a compreensão sobre o que vive psiquicamente uma mulher quando se torna mãe.

Ao mesmo tempo, faz uma crítica ao lugar idealizado em que a maternidade é colocada na cultura ocidental e sublinha o sofrimento a que isso leva, especialmente decorrente do sentimento de culpa e da impossibilidade de fazer contato com ódio e agressividade (a impossibilidade, em última instância, de se aceitar e se lidar com a ambivalência).

Ela afirma que julga haver

nos dias de hoje, condições especiais de exercício da maternidade que alimentam a culpa associada com agressão e o ódio, provocando uma extrema cisão e uma ansiedade persecutória assoberbante, ao invés de conduzirem a um estado controlável de ambivalência materna. A idealização da unidade [mãe e filho], a representação das mães como boas e más em vez de inevitavelmente ambivalentes, a frequente falta de experiência prévia em cuidar de crianças, muitas vezes a exclusiva responsabilidade pela criança, o isolamento social e os surtos de emoções consideradas inaceitáveis em mães, tudo isso se combina para produzir os sentimentos de desamparo tão estreitamente associados com a incapacidade para transformar a agressão em cuidados ou atenção criativos, não somente para com as necessidades da criança mas também para com as próprias necessidades. (Parker, 1997, p. 130-131)

A aceitação da ambivalência leva inclusive a um certo grau de depressão, intimamente ligado à maternidade. Seria uma posição depressiva materna que reconhece a agressividade, mas vive igualmente o estado de preocupação com o outro, uma “aceitação tanto da responsabilidade quanto da falibilidade” (Parker, 1997, p. 131).

Ao longo deste trabalho, penso ter deixado evidente o meu posicionamento de que não se pode falar em maternidade no singular, mas sim em maternidades, que são vividas de modos muito diversos, considerando os contextos econômicos, históricos, culturais, sociais e especialmente a inter-relação entre o mundo intrapsíquico e o intersubjetivo.

No entanto, se estivermos de acordo com os autores que teorizam acerca da ambivalência a partir da perspectiva psicanalítica, trata-se de um tema universal para pensar o mundo interno e as relações intersubjetivas, portanto estará onipresente na experiência da maternidade.

A ambivalência, em si mesma, não é significativamente o problema; a questão principal é o modo como uma mãe administra a culpa e a angústia provocadas pela ambivalência, em especial quando não há suporte do ambiente, tanto aquele mais próximo quanto o cultural, para admitir e lidar com a ambivalência. .

Há autores que estão presentes quase todo o tempo, ao longo da argumentação de Parker, tais como Freud, Klein e Winnicott, outros surgem em momentos pontuais. De Ferenczi ela traz uma pequena referência de um texto fundamental, que acredito ser precioso para minha argumentação e por isso amplio a interlocução com ele aqui. Trata-se do texto “*O problema da afirmação do desprazer*”, de 1926, em que Ferenczi oferece uma contribuição precisa acerca da ambivalência.

Ele sustenta que a criança, antes de sofrer as suas primeiras decepções, crê na sua onipotência, e continua crédula mesmo quando a realidade vai impondo condições para atender à realização de seus desejos. A crença se mantém “até o momento em que o número crescente e a complexidade dessas condições a obrigam, por via de regra, a abandonar o sentimento de onipotência e a reconhecer a realidade.” (Ferenczi, 1926/2011, p. 432)

O autor analisa a situação em que a criança tem pela primeira vez o desprazer da fome e da sede. A reação é de choro e gritos. Quando posteriormente a criança reencontra o seio materno, este passa a ser um objeto de amor e de ódio: “de ódio porque foi obrigado a passar sem ele durante um certo tempo; de amor porque depois dessa privação ele lhe propiciou uma satisfação ainda mais intensa” (Ferenczi, 1926/2011, p.435). Ele vai se revelando como um objeto, a “representação de objeto”, nas palavras do autor.

Desse modo, Ferenczi (1926/2011, p. 436) está convicto de que a ambivalência, ou seja, o desintrincamento pulsional, é absolutamente necessária para que apareça uma percepção de objeto.

As coisas que nos amam sempre, ou seja, que satisfazem constantemente todos os nossos desejos, não tomamos conhecimento delas como tais, incluímo-las simplesmente em nosso ego subjetivo; as coisas que nos são e sempre nos foram hostis recalcamo-las simplesmente; quanto às coisas que não estão incondicionalmente à nossa disposição, aquelas de que gostamos porque nos dão satisfação e que detestamos porque não nos obedecem em tudo, criamos para elas marcas particulares em nossa vida psíquica, traços mnêmicos aos quais se liga um caráter de objetividade, e rejubilamo-nos quando as reencontramos na realidade, ou seja, quando podemos amá-las de novo. (Ferenczi, 1926/2011, p. 436)

Embora possa haver realização, satisfação e prazer, sabemos que a frustração é uma presença constante na relação entre pais e filhos, o que desperta ódio, revelando a ambivalência. Como argumenta Ferenczi, aí surge o senso de realidade, a realidade do objeto, que por sua vez promove a consciência, o conhecimento e o senso de realidade em relação ao eu e à criança. Mas,

igualmente, a dor da ambivalência pode levar a um desejo de não saber. “A ambivalência inteiramente recusada não pode oferecer um estímulo à reflexão [...], a ambivalência materna cria um espectro que vai desde as possibilidades criativas até as destrutivas.” (Parker, 1997, p. 26)

Klein (1935, p. 328) considerou uma aquisição fundamental da posição depressiva o bebê experimentar a ambivalência em relação à mãe e administrar a culpa e a ansiedade a ela inerente. Parker (1997, p. 37) propõe invertermos o esquema, colocando a mãe na situação de ter de negociar o ingresso numa posição depressiva materna. O que nos levará a concluir que “a aquisição da ambivalência feita pela mãe – a percepção do ódio que nela coexiste com o amor pela criança – pode promover um sentido de preocupação e de responsabilidade em relação ao bebê, e de diferenciação do eu em relação ao bebê.” (Parker, 1997, p. 37)

Conhecer e tolerar sentimentos nada admiráveis culturalmente, mas absolutamente verdadeiros e humanos, contribui para reduzir a idealização e/ou a difamação do eu e, por extensão, do bebê. Abre-se um campo para viver a vida como ela é, com amores, ódios, estragos e reparações possíveis. Tal atitude de aceitação e tolerância demanda muito trabalho psíquico de luto e de criação, o luto pela admissão de que não somos tão bons quanto gostaríamos – porém, também não tão maus como temíamos.

Essa ideia da reparação possível me faz lembrar de um recente artigo publicado na revista Piauí (28/09/21), da coreógrafa Deborah Colker, “A cura do que não tem cura”, acerca do que inspirou seu espetáculo *Cura*. Ela escreve sobre o drama vivido por sua família com uma condição genética de seu neto, que lhe impõe uma série de riscos, demanda muitos cuidados e é incurável. A certa altura ela conta de uma conversa com o rabino Nilton Bonder, em que o questiona sobre o que é curar. Ao que ele responde “é se aproximar da dor do outro: visitar é curar, aceitar é curar, lutar é curar, ter o direito de pedir é curar”.

A ideia de cura tal como proposta por Bonder é muito potente para pensarmos os processos de reparação, a reparação possível, realística. O mergulho no drama familiar e muitos processos de elaboração levaram a coreógrafa à criação de um espetáculo que fala das possibilidades de existência para além das idealizações, a criação artística como um meio de transformação da dor em arte.

Em Amor, culpa e reparação, Melanie Klein (1937) elaborou sua teoria da ambivalência e relacionou-a com a experiência das relações amorosas adultas, com as amizades, com o ato de se tornar pai e mãe. Parker (1997, p. 37) assinala que “como o conflito entre o amor e o ódio é duradouro, a reparação desempenha um papel crucial na experiência de exercer a paternidade [a parentalidade]”.

Na fantasia da mãe, o filho ocupa simbolicamente o lugar da própria mãe: a ambivalência que experimenta em relação a ele a faz reviver a ambivalência que vivia na infância em relação à sua própria mãe. Assim, quando oferece reparação aos filhos, quem a recebe é sua própria mãe, representada neles. Trata-se, portanto, de uma forma de reelaboração do processo infantil.

Parker analisa o romance *To the Lighthouse*, de Virgínia Woolf¹¹⁵, com ênfase na personagem Sra. Ramsay e nas reflexões dos demais acerca desta mulher em seu papel de mãe, mostrando como o “ideal materno funciona de um modo psicologicamente regressivo” (Parker, 1997, p. 51-2). Embora os críticos da obra sempre ressaltem a ambivalência filial, Parker olha o

¹¹⁵ Este romance é um marco do modernismo, publicado em 1927. É ambientado na casa de verão dos Ramsay, em Hebrides, na Ilha de Skye. Michel Serres, em sua apresentação do livro, assinala que *To the Lighthouse* é a transposição artística da memória de Virgínia Woolf dos verões passados em St. Ives, na Cornualha, numa baía de onde se avistava o farol da ilha de Godrevy, e da relação com os pais.

romance sob a perspectiva da ambivalência materna, especialmente do mal-estar da Sra. Ramsay com respeito ao ideal materno.

O romance foi descrito como a representação de uma série de opostos: mãe e pai, vida e morte, luz e escuridão, afirmação e destruição, confinamento e separação. Um conflito crucial na obra trata da idealização e do descrédito da mãe. Aos cinquenta anos de idade e com oito filhos, a Sra. Ramsay torna-se objeto de uma idealização da figura da mãe, inevitavelmente seguida pelo descrédito. (Parker, 1997, p. 52)

A Sra. Ramsay é consciente de que o ideal materno, e a conseqüente imagem de onipotência materna, é ao mesmo tempo emblema de impotência e armadilha. Ela reflete, desafiadoramente, que “teria gostado de ter sempre um bebê. O que a fazia mais feliz era ter um bebê nos braços. Então, que as pessoas a acusassem de ser tirana, dominadora, mandona, se assim quisessem; ela não se incomodaria.” (Woolf, 1927, *apud* Parker, 1997, p. 56).

Ao mesmo tempo que deseja ter um bebê nos braços, queria ter os filhos bem distantes para ficar só. O narrador nos revela:

(...) e era um alívio que eles fossem dormir. Pois então ela não precisava ocupar os pensamentos com ninguém. Podia ser ela mesma, ficar a sós consigo mesma. E era isso o que frequentemente ela mais precisava – pensar. Bem, nem mesmo pensar. Ficar em silêncio; ficar sozinha. (Woolf, 1927, *apud* Parker, 1997, p. 56)

Parker (1997, p. 72) assinala que o ideal cultural de uma mãe exclusivamente amorosa e abnegada aos filhos é uma defesa contra a ambivalência e, paradoxalmente, promove a ambivalência. Admitir sentimentos hostis em relação aos filhos tende a ferir o narcisismo de muitas mães, que idealizam a si mesmas como exclusivamente benevolentes.

A poeta e feminista Adrienne Rich, em seu livro *Of Woman Born. Motherhood as Experience and Institution* (1976)¹¹⁶ descreve a sua angústia de ambivalência:

Meus filhos me causam o mais sutil de todos os sofrimentos que já experimentei: o sofrimento da ambivalência – é a terrível alternância entre um amargo ressentimento, com os nervos em carne viva, e uma gratificação bem-aventurada. (Rich, 1976, *apud* Parker, 1997, p. 72).

Esta contundente declaração testemunha o fato de que é inerente à experiência da maternidade sua natureza irreconciliavelmente contraditória.

Para discutir a relação entre ambivalência e os processos de separação mãe-filhos, Parker se apoia no artigo “Sobre a onipotência simbiótica”, de Masud Khan (1969), em que ele afirma que a experiência de agressão objetiva, ódio e separação é necessária para que seja alcançada a diferenciação a partir da matriz materna. O que está em jogo é a possibilidade de separação da dupla mãe-filho: “a percepção dos próprios sentimentos de agressão e ódio estimulam uma mãe a tomar em relação à criança uma distância adequada ao estágio evolutivo desta, afirmando os próprios limites da mãe e suas necessidades separadas” (Parker, 1997, p. 94). Ele examina os efeitos colaterais desastrosos da incapacidade materna de reconhecer o ódio.

Khan (1969, p. 88) identificou um grupo de pacientes cuja patologia atribuiu à incapacidade das mães de admitirem seu ódio pelos filhos. Essa incapacidade levaria a falhas nos processos de desenvolvimento e maturação da criança e a uma impossibilidade de separação da mãe. Sem a medida necessária de ódio e agressividade, a diferenciação, a partir da matriz materna, fica impedida. (p. 93)

¹¹⁶ Rich, A. *Of Woman Born. Motherhood as Experience and Institution* (1976), Virago, Londres, 1977, p. 21

O contato com seus próprios sentimentos hostis em relação aos filhos estimula a mãe a se distanciar deles, numa medida necessária ao seu (dos filhos) desenvolvimento. Trata-se de a mãe poder reconhecer também seus próprios limites e suas necessidades outras que não as da função materna.

É necessário ressaltar que, ao tomar consciência dos seus sentimentos hostis em relação aos filhos, a mãe pode ficar muito assustada diante de sua própria agressividade. Isso pode resultar na negação de tais sentimentos, na busca de uma relação fusionada com a criança ou até mesmo no oposto – distanciar-se, por medo de se tornar perigosa para ela.

Khan (1969, p. 88)¹¹⁷ não tem dúvida da importância do ódio materno, mas apesar dessa convicção reconhece que pouco se escreveu sobre a tarefa da mãe como provedora de experiências agressivas adequadas a cada fase.

Parker (1997, p. 94) acentua que “a ambivalência materna constitui uma face inaceitável da maternidade até para aqueles que reconhecem ao mesmo tempo sua contribuição positiva para o desenvolvimento psicológico de uma criança.” A esse respeito ela cita uma passagem de John Bowlby (1979, p. 17)¹¹⁸ quando ele se refere à questão da ambivalência parental: “infelizmente, em ligação com deliciosos sentimentos amorosos surgem com muita frequência uma mistura – eu hesito em dizer isso – uma mistura de ressentimento e até mesmo de ódio”.

A história de Maeve, uma das vinhetas apresentada por Parker (1997), mãe de meninas gêmeas de dez anos, Kathy e Coral, traz elementos muito interessantes para dar figurabilidade ao

¹¹⁷ Khan, M. (1969) “On Symbiotic Omnipotence: Phenomenology of Symbiotic Omnipotence in the Transference Relationship”, In *The Privacy of the Self*, Hogarth Press, Londres, 1986, p. 88.

¹¹⁸ Bowlby, J. (1979) “Psychoanalysis and Child Care” (1958), In *The Making and Breaking of Affectional Bonds*, Tavistock/Routledge, Londres.

que estou desenvolvendo acerca da ambivalência na experiência materna. Como veremos, cada uma das filhas incorpora diferentes aspectos da personalidade da mãe.

Maeve sentiu uma forte ligação com Kathy desde o início, sempre houve abertura para negociação, para o diálogo, refere que sempre se relacionaram bem entre elas. Já com Coral a comunicação parecia impossível, rapidamente chegavam à profunda hostilidade, desde quando a menina era bebê.

Maeve descreve Kathy como tendo muitas das características que ela própria tenta adquirir, ela é solícita, séria, responsável e generosa. Coral lhe recorda sua própria mãe: nesta filha, “[Maeve] vê renascida a intolerância da própria mãe [...], a mãe odiava a tendência da filha a questionar tudo, e sua recusa a aceitar o ponto de vista da mãe. Ela vê a si repetindo a mesma dinâmica com Coral.” (Parker, 1997, p. 100)

Vamos observando em seus relatos que uma série de traços de si mesma vão sendo legados de uma geração à outra. Em Kathy, identifica aspectos seus idealizados; já em Coral, seus aspectos hostis, repudiados.

Uma consequência importante da relação de Maeve e Coral é o fato de que cada uma encarou, em si e na outra, a capacidade de sentir raiva, e sobreviveu, Maeve considera que seus sentimentos em relação a Coral forçaram-na a enfrentar o que ela denomina seu “extremismo”, ao passo que, comparada à ‘boa’ irmã Kathy, Coral é significativamente menos medrosa. (Parker, 1997, p. 103)

A diferença de reações em cada uma das filhas, ao lidarem com histórias e situações passíveis de suscitar medo, é bem evidente no seguinte relato de Maeve: “Quando Kathy estava aprendendo a ler, nunca lia nada que tivesse gigantes e bruxas. Ela não conseguia, por exemplo, nem mesmo abrir um livro que tivesse o Chapeuzinho Vermelho.”. A irmã Coral, por sua vez, adorava tais personagens e enredos assustadores. “Ela é capaz de ir aos filmes mais aterrorizantes,

sem ficar com um cabelinho em pé. Bruxas más não lhe causam horror – jamais causaram” (Parker, 1997, p. 103)

Kathy se tornou portadora da bondade (idealizada) materna, enquanto Coral criou familiaridade com os afetos hostis, tornando-a mais corajosa, lutadora e engenhosa. A experiência da maternidade, o contato com sentimentos hostis e, portanto, com a ambivalência abriram para Maeve a possibilidade de se familiarizar com aspectos de si mesma que eram repudiados. Além disso, em sua relação com Coral, Maeve experimentava novamente experiências vividas com sua própria mãe. “A maternidade é um processo multigeracional, Maeve reconheceu na filha traços de sua mãe que ela achava difíceis de admitir em si mesma” (Parker, 1997, p. 104). Assim, ela reagia como se fosse filha de sua filha, enquanto observava angustiada que estava se comportando como sua própria mãe.

Freud (1932/1933, p. 132), em sua conferência sobre a Feminilidade, já assinalara que, ao se tornar mãe, a mulher pode reviver uma identificação com sua própria mãe, contra a qual até então vinha lutando.

Tais identificações despertam sentimentos ambivalentes na mãe. Pelo lado do bebê, surgem reações hostis diante das frustrações do ambiente. Um bebê irritado, inconsolável faz a mãe achar que seu bebê a vê como uma malvada, o que também irá despertar-lhe sentimentos hostis. Um ciclo interminável.

A relação com uma mãe calorosa, amorosa, gentil e muito participativa na vida da filha também pode oferecer revezes quando esta se torna mãe. É o que acompanhamos no relato de Frances. Ao ter seus próprios filhos, ela ficou ansiosa para que reproduzisse com eles a experiência tão valiosa que teve com sua mãe. Quando nasceram, ela foi tomada de uma intensa ambivalência,

o que a levou a se sentir inútil, detestável e detestada. Sentiu-se invadida por sentimento de culpa, que alimentava o ódio por seus bebês, o que acabava por incrementar a culpa.

Essa mulher referiu que o que queria de seus filhos era sua própria mãe. “Num nível inconsciente ela desejava ser ‘alimentada’ por seus filhos, mas, ao invés disso, encontrou-se quase sempre carente e esgotada.” (Parker, 1997, p. 109)

Analisando essa breve vinheta, Parker (1997, p. 109) vale-se do conceito de Melanie Klein acerca da inveja, quando afirma que “o bebê odeia e inveja o que ele sente como o seio mesquinho e rancoroso”. Do mesmo modo que venha a se sentir gratificado com o leite que o alimenta, também sente inveja “porque esse talento parece alguma coisa tão inalcançável” (Klein, 1957, apud Parker, 1997, p. 109). Parker propõe adaptar esta visão examinando a inveja segundo a perspectiva da mãe.

Num nível inconsciente, Frances vivencia seu bebê como facilmente capaz de proporcionar-lhe o sentimento de felicidade e plenitude materna, mas capaz de preferir retirá-lo, deixando-a repleta de uma inveja destrutiva específica da maternidade. A psicologia materna tem componentes infantis, porém algo mais. Frances sentia-se privada de sua própria identidade, do tempo e do espaço para si mesma, e roubada do sentimento de que fosse suficientemente boa para ser inteiramente amada. (Parker, 1997, p. 109)

Aqui temos algumas pistas para compreender a crise de identidade analisada por Prat (2008),¹¹⁹ o medo de se perder, no caso de Frances perder o lugar de filha regada a provisões maternas. Essa história nos faz pensar que, na relação de Frances com a sua mãe, não foi possível mergulhar na gama de sentimentos que faz parte da experiência humana: amor, ódio, alegrias, decepções etc. A outra face da ambivalência só pôde surgir quando ela mesma, Frances, se tornou mãe e seus bebês não lhe ofereceram *apenas* o puro amor, mas também o ódio diante de suas falhas

¹¹⁹ Que abordamos no capítulo 7.

e faltas, inevitáveis. Como foi citado, ela esperava que seus bebês lhe proporcionassem um estado de plenitude materna, o que provavelmente imaginava que ela própria havia oferecido a sua mãe. Seus bebês fracassaram nessa missão e ela reagiu com fúria, o que também despertou nela o sentimento de se sentir traindo a bondade que lembrava de sua mãe.

Em “Amor culpa e reparação” Klein (1937, p. 357) ressalta que “[no] fundo, nosso ódio mais intenso está dirigido [...] contra o ódio encerrado em nós mesmos”. O horror do ódio que temos em nós mesmos nos leva a utilizar fortemente a projeção, atribuindo-o às outras pessoas: por conta disso, serão os filhos que se tornarão malévolos.

Todas essas intensidades são vividas em um clima em que o infantil dos cuidadores é bastante mobilizado na íntima relação com a criança. Assim, são as carências da criança-no-adulto, associadas às próprias necessidades de satisfação destes adultos, como mãe e pai, que provocam intensas demandas e, provavelmente, muitas frustrações. Os resultados são: mãe e pai sentindo-se inadequados e crianças frustradas. Sentem-se desamoráveis.

A razão pela qual algumas pessoas têm tamanha necessidade de elogio e aprovação universais reside em precisarem receber demonstrações de que são amáveis, de que merecem amor. Esse sentimento se origina do medo inconsciente de serem incapazes de amar suficientemente ou efetivamente aos outros, e principalmente da incapacidade de dominarem os impulsos agressivos para com os outros; elas temem ser uma ameaça para a pessoa amada. (Klein, 1937, p. 117)

Frances referia o quanto era intolerável sentir-se inútil, detestável e detestada. A imagem cultural de uma mãe incondicionalmente bondosa, tolerante e amorosa certamente contribui para que tantas mulheres como Frances venham a se sentir péssimas pessoas. Além de situações em que as mães concluem que odeiam ser mães.

Foi com esse desabafo que Inês chegou em nossa primeira sessão: *“Me arrependi, não fui feita para ser mãe! Se eu pudesse voltar atrás, não teria tido filho.”*

As demandas intermináveis do papel de mãe de um filho de dois anos, uma criança especialmente agitada e de difícil controle, eram sentidas como insuportáveis. Inês estava muito desorganizada emocionalmente. O pai era bastante presente, embora passasse menos tempo com o menino, em razão de seu regime de trabalho. Ele reconhecia que era muito mais difícil para a mãe.

Inês se dizia esgotada, mas, observando seu relato e sua interação com o filho, pareceu-me que ela exibia um apreço pelo jeito mais livre do menino, muito curioso e interativo. Notei que a mãe conseguia contê-lo, embora não como ela gostaria; talvez idealizasse um jeito certo de ser mãe e ser filho, talvez quisesse que o menino se adaptasse mais ao seu modo de ser, regrada, organizada, disciplinada.

Ao longo das sessões¹²⁰ fui imaginando que Inês, com seu jeito, parecia conseguir, além de conter, também educá-lo, organizando e dando contornos a uma criança muito ativa e desafiadora. A questão que se colocava era o custo emocional para aquela mãe, que afirmava não suportar o caos e por isso procurava manter sempre muita ordem em sua vida.

Nossos encontros foram oferecendo a Inês a possibilidade de expressar sua ambivalência em relação à maternidade. Por um lado, ela havia planejado a chegada do filho, fazendo mudanças no trabalho para poder cuidar dele, enquanto, por outro, afirmava que se pudesse voltar atrás não teria engravidado. Enfatizava que não aguentava mais os cuidados com o menino, sentia a maternidade como um peso. Expressar tudo isso num ambiente continente, sem julgamentos e que

¹²⁰ Para este trabalho, optei por um atendimento conjunto, mãe e filho. Eventualmente, vinha também o pai. Havia momentos em que fazia sessões individuais com a mãe, poucas vezes o pai participou, justificando o impedimento por razão de seu trabalho exigir uma carga horária extensa e muitas viagens.

a ajudava a nomear suas experiências emocionais parece ter contribuído para aliviar a culpa, bem como as idealizações de uma maternidade idílica. Abriu-se um caminho para Inês encontrar seu próprio estilo de ser mãe e, mais que isso, mãe *daquele filho*, uma mãe sob medida.

É fundamental termos em mente a importância de um trabalho psicanalítico nos primeiros tempos da parentalidade, nos casos em que há desencontros e sofrimentos entre os pais e a criança, pois, sabemos, a entrada dos filhos na puberdade oferece novos desafios.

Neste momento, as oposições se intensificam e os impasses tornam-se ainda maiores. Se o filho é uma fonte de gratificação narcísica para os pais, nesta fase da puberdade, em que os processos de separação são ainda mais intensos e necessários, pode surgir uma aversão profunda nos genitores. Não à toa trata-se de um momento que põe à prova as reservas narcísicas daqueles que ocupam a função parental. Aquela criança apaixonada e encantada pelos pais se transforma num ser que se opõe, rejeita e os critica de modo impiedoso.

Há um custoso trabalho psíquico para que mãe e pai conquistem confiança em suas funções e no vínculo que construíram com seus filhos, para que possam abrandar o ódio por meio do amor. Um trabalho que envolve reparação e criatividade.

Klein (1940) sublinha o papel fundamental da ambivalência para que a criança desenvolva um senso de confiança em sua capacidade de sanar os danos causados à mãe em suas fantasias:

A ambivalência realizada numa cisão das imagos capacita a criança pequena a adquirir confiança e acreditar em seus objetos reais e, conseqüentemente, nos objetos internalizados – a ter mais amor por ele e desenvolver em graus cada vez maiores as fantasias de restauração do objeto amado” (Klein, 1940, p. 393)

Parker recorda que Klein relacionou sua teoria da reparação com a condição materna. Uma mulher busca reparar o efeito de seus impulsos destrutivos com relação à própria mãe. Do mesmo

modo, uma mãe pode fazer algo equivalente em relação aos seus filhos, ao se identificar com a mãe que a amava e tudo que desejou receber desta mãe. “Assim, a ambivalência provê a dinâmica da maternidade criativa: impulsos de dar, compreender, construir e sanar, semelhantes a centelhas” (Parker, 1997, p. 128).

Toda essa construção de Rozsika Parker é absolutamente proveitosa para a clínica da parentalidade, aquela que procura ampliar o campo de reflexão sobre a função parental e encorajar os pais a entrar em contato com a ambivalência, apoiados pela análise. Essa modalidade de conduta terapêutica pode reduzir o medo dos afetos negativos e, mais que isso, conduzir mães e pais à compreensão da importância da hostilidade nos movimentos de separação, necessária para que se instaurem processos de saúde para pais e filhos, como acentuou Khan (1969).

O papel da hostilidade como função de diferenciação foi objeto de estudo de Marina Ribeiro (2011) em sua tese “De mãe em filha: a transmissão da feminilidade”. Em seu texto ela analisa especificamente a relação entre mãe e *filha* e, no que se refere à hostilidade da filha em relação à mãe, conclui que podemos compreender duas funções e dois sentidos para esse sentimento, nesta situação.

A primeira – função e sentido – é a compreensão da hostilidade como o que resta do desejo onipotente de ser um com a mãe. A nostalgia do que nunca foi. [...]. A segunda – função e sentido – é promover um distanciamento, e, dessa forma, garantir um território próprio, uma individualidade. Da mesma forma que uma criança pequena diz recorrentemente “não”, com a função de defender seu eu incipiente. (Ribeiro, 2011, p. 190)

Esses estudos vão deixando claro que, seja do ponto de vista dos pais, seja do ponto de vista dos filhos, não escapamos da ambivalência, e é bom que seja assim, e tanto melhor se pudermos admiti-la e integrá-la, dentro do possível, às nossas experiências de vida.

Embora a experiência da ambivalência de que estamos tratando aqui esteja colocada para os pais (ou aqueles que exerçam tais funções) em relação aos filhos, sabemos que, considerando a idealização da mãe em nossa cultura, a receptividade do ódio, hostilidade e aversão de uma mãe em relação a um filho fica impossibilitada. Tais sentimentos são, na verdade, veementemente repudiados, dificultando os trabalhos psíquicos da mãe para lidar com tais afetos.

A relação que Parker faz entre ambivalência e criatividade tem suas raízes em Melanie Klein, que a associa à integração dos aspectos contraditórios e ambivalentes no ego. O enriquecimento do ego leva inevitavelmente à instabilidade que abre o campo para a inspiração e os processos criativos, relacionados aos movimentos de reparação.

Como vimos no item anterior, Figueiredo (2021c, p.13) também enfatizou que a ambivalência de base, que ele diferencia da ambivalência propriamente dita, mas que não é dissociada dela, está nas raízes de todas as formas de criatividade. Os processos de reparação são efetivamente experimentados na posição depressiva e são, por sua natureza, processos criativos¹²¹.

De vilã, a ambivalência na maternidade vai revelando sua natureza inescapável e mesmo necessária. Os desenvolvimentos deste capítulo evidenciam não apenas o seu caráter inelutável, mas, acima de tudo, a importância do reconhecimento dos sentimentos hostis, além dos amorosos, para a instalação do que compreendo como processos de saúde, que implicam reparações contínuas e, portanto, criatividade.

¹²¹ Sabemos que, mesmo no campo da arte e da arquitetura, as restaurações envolvem, de fato, muita técnica e ciência, mas também criatividade: “o restauro é uma atividade crítica e criativa, o arquiteto necessita de sensibilidade, competência, respeito e capacidade de “escutar” o monumento.” (Nahas, 1917, *A capacidade de “escutar” o monumento. O limite entre a criatividade projetual do novo e a conservação do antigo na obra de Giovanni Carbonara*)

<https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/17.184/6510> acesso em 9/10/21.

9. METAPSIKOLOGIA DA MATERNIDADE: NASCE UM CONCEITO.

“[...] o escritor é um ser que deve estar aberto a viajar por outras experiências, outras culturas, outras vidas. Deve estar disponível para se negar a si mesmo. Porque só assim ele viaja entre identidades. E é isso que um escritor é – um viajante de identidades, um contrabandista de almas. Não há escritor que não partilhe dessa condição: uma criatura de fronteira, alguém que vive junto à janela, essa janela que se abre para os territórios da interioridade.”

“O escritor não é apenas aquele que escreve. É aquele que produz pensamento, aquele que é capaz de engravidar os outros de sentimento e de encantamento.”¹²²

Mia Couto

O psicanalista e o pesquisador-psicanalista devem seguir a mesma recomendação de Mia Couto, a abertura para outras experiências, para se deixar afetar, numa posição de receptividade, que “se abre para os territórios da interioridade”. Do mesmo modo, esperamos que o resultado de uma pesquisa possa fertilizar novos campos, instigar novas ideias e encantar pelo prazer da experiência com o texto. Assim espero que possa ser o destino desta tese.

Tal como uma gestação, que finaliza com o nascimento, uma pesquisa também tem seu percurso próprio que faz nascer novas ideias. Assim, finalizo este texto com um nascimento, o nascimento de um conceito, a **metapsicologia da maternidade**, uma expressão que parece organizar uma série de elementos que operam juntos e que vão reconfigurando o psiquismo da mulher que se torna mãe, e que me convocam a nomeá-los.

¹²² Trechos da intervenção na cerimônia de atribuição do Prêmio Internacional dos 12 Melhores Romances de África, Cape Town, julho de 2002, publicada sob o título “Que África escreve o escritor africano?” em COUTO, Mia. Pensatempos. Textos de opinião. 2. ed. Lisboa: Caminho, 2005, p. 59-63.

Revisitemos esse percurso e retornemos ao conjunto de elementos que foram estudados e propostos ao longo deste trabalho. Este conjunto constitui o que proponho chamar de metapsicologia da maternidade.

Começando pelos frutos

No momento em que estou finalizando esta pesquisa, em janeiro de 2022, é lançado, em uma plataforma de *streaming*, o filme *A Filha perdida* (2021) – uma adaptação do livro de mesmo título, de Elena Ferrante (2016), a que me referi anteriormente.

O lançamento produziu grande agitação nas mídias e redes sociais. Diversas análises e artigos foram publicados, debates surgiram em torno do filme.

Todos que pude ler e acompanhar louvaram a adaptação cinematográfica, bem como o próprio romance, por dar visibilidade ao incômodo de ser mãe¹²³ e por entrar nos recônditos mais sombrios e inexplorados da maternidade. O roteiro nos apresenta Leda, uma mulher de 48 anos que, numa viagem de férias em uma ilha grega, se vê mobilizada por suas lembranças aparentemente já sepultadas, após o encontro com Nina, sua filha Elena e a boneca Neni. Pelas recordações que surgem em *flashback*, temos notícias do impacto que a chegada da maternidade causou em sua vida, tanto pela relação com as filhas quanto pelo que mobilizou das suas memórias com sua própria mãe. Filhas planejadas e sonhadas e a reviravolta a que sua vida foi exposta quando de suas chegadas. Uma mãe exausta, sem apoio do marido e que vê suas chances de conquistar uma carreira universitária se distanciarem. Sentia que suas esperanças de juventude haviam sido destruídas.

¹²³ Além do reconhecimento da excelente direção de Maggie Gyllenhaal e das atuações de Olivia Colman e Jessie Buckley, respectivamente nos papéis de Leda em idade madura e jovem.

Ela decide abandonar suas filhas, com quatro e seis anos, deixando-as com o pai, por três anos, para investir em sua carreira, para viver sua liberdade ou muito provavelmente por um gesto de sobrevivência. “Às vezes, precisamos fugir para não morrer”, diz Leda em um dos diálogos do romance¹²⁴ (Ferrante, 2016, p. 84)

A protagonista sabe que precisava fazer aquilo, admite que foi “maravilhoso”, como ela mesma confessa, mas não sem conflitos e culpas.

A ambivalência materna é revelada por toda a narrativa, uma ambivalência que atravessa gerações. Em uma passagem do livro, Leda afirma: “Eu observava minhas filhas quando elas estavam distraídas e sentia por elas uma complicada alternância de simpatia e antipatia.” (Ferrante, 2016 p. 73)¹²⁵

Enquanto mergulha em mares revoltos de sua mente, ela acompanha a relação de Nina e Elena, e idealiza uma maternidade serena ali. É, de fato, uma personagem que se vê atormentada com a maternidade, tanto a sua própria quanto a de sua mãe, de quem ela lembra com repulsa e ressentimento¹²⁶.

O encontro de Leda com Nina, Elena, Callie (cunhada de Nina e que está grávida) e a boneca Neni irá revirar memórias, instigar culpas, atualizar amores e ódios, ressignificar experiências vividas em profunda solidão em torno da maternidade.

Mais uma vez, a temática “maternidade”, com a diversidade de sentimentos que são mobilizados a partir dessa experiência, vem à baila, revelando a urgência por encontrar narrativas para o que vivem as mulheres que se tornam mães. Amar, odiar, encantar-se, repudiar, podemos

¹²⁴ O roteiro do filme é bastante fiel aos diálogos que encontramos no livro.

¹²⁵ Em uma de suas poucas entrevistas, concedida ao jornal O Globo, Elena Ferrante revelou o que, para ela, é essencial em um bom livro: “Uma boa narrativa é uma mentira que diz verdades, que de outra forma são impronunciáveis”. <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/elena-ferrante-prefiro-me-expressar-com-escrita-com-amplo-controle-16277809> acesso em 03/04/2022.

¹²⁶ Esse aspecto é mais bem evidenciado no livro.

observar de tudo na clínica, no meio social, nos personagens de livros, séries e filmes. Às vezes não escutamos, ou não queremos escutar, ou nos assustamos demais quando os afetos que predominam nos parecem mais hostis.

Sinto claramente a transformação pela qual passei no percurso desta pesquisa. Ainda que eu tenha uma longa experiência clínica, lidando com mães e pais em diversos momentos, meu olhar para a subjetividade materna foi se amplificando e aprofundando neste caminho.

As questões que surgiram a partir da clínica, das entrevistas e do grupo de reflexão me lançaram em leituras diversas, pesquisas e debates. Tanto os autores de quem eu me aproximava quanto aqueles que eu revisitava foram me levando a olhar sob outras perspectivas a problemática da maternidade, tendo em conta a especificidade do funcionamento psíquico das mulheres-mães, seus processos, seus conflitos, a economia narcísica e libidinal, isto é, esse conjunto de processos subjetivos que Racamier (1961, p. 166) cunhou “maternalidade”: os processos psicoafetivos que se desenvolvem e se integram na mulher no decorrer da maternidade.

Durante toda minha pesquisa voltei-me para o ponto de vista da mãe. Ao estudar os textos sobre a relação mãe-bebê/criança que focavam no desenvolvimento do filho/a, eu me perguntava: “E a mãe? O que está sentindo, como vive esta experiência? Em que é mobilizada? Do que precisa?”

Nessa direção, Racamier (1961, p. 162) é muito claro:

Na verdade, a vida deste casal "diádico" é muito mais descrita do ponto de vista da criança do que do ponto de vista da mãe, que, no entanto, lhe é muito complementar. As necessidades do feto e do bebê são compreendidas e satisfeitas não apenas para o bem da criança, mas também para o equilíbrio afetivo da mãe¹²⁷. (p. 162, tradução nossa)

¹²⁷ No texto original: En vérité, la vie de ce couple « dyadique » est bien plus souvent décrite du point de vue de l'enfant que de celui de la mère, qui en est pourtant très étroitement complémentaire. En effet, l'évolution psychique et biologique de la femme, durant et après la grossesse, est normalement telle que les besoins du fœtus et du nourrisson se trouvent compris et assouvis non seulement pour le bien de l'enfant, mais aussi pour l'équilibre affectif de la mère (p. 162).

As situações analíticas com mulheres-mães, as entrevistas que realizei, assim como o grupo de reflexão foram me mostrando que é necessário estarmos atentos à especificidade desta clínica, tendo em mente a reviravolta identitária, a fragilidade narcísica que frequentemente se apresenta, o temor de ser responsável pela vida de um outro ser, as angústias e culpas que não cessam. Assim, é preciso que o analista tenha condições de dar sustentação ao sujeito que vive essa tormenta, apostando na capacidade de juntos colocarem em ação os trabalhos psíquicos que poderão oferecer mudanças de posição subjetiva, o que implica também conviver com as perdas, com as ambivalências e mesmo os temores, sem que eles ameacem demais.

Tendo as construções teórico-clínicas desta pesquisa como norte, em julho de 2021 me propus a compartilhar tais reflexões em um evento virtual, via *Zoom*, com o título que agora nomeia esta tese, “Maternidade, assombro e elaboração”¹²⁸. Optei por criar uma sala virtual em que pudesse justamente abrir um diálogo ao vivo com os participantes, diferente do que seria numa palestra via o canal do *Youtube*. Essa escolha me permitiu uma aproximação muito fértil com a plateia, que de fato entrou no debate, ao final de minha apresentação.

Divulguei a palestra nas redes sociais e através dos contatos de minha rede de colegas e amigos. Foi surpreendente o grande número de inscritos e de fato, no dia do evento, havia mais de 100 participantes, mulheres em sua enorme maioria.

Dar voz ao sofrimento psíquico mobilizado pela maternidade, a ideia do assombro, que surgiu a partir do relato de Elena¹²⁹, e convidá-los a repensar convicções, ideias preconcebidas, permitiu que se autorizassem a falar de seus medos, seus traumas, seus arrependimentos e seus encantos, sem distinção. Mulheres que já eram avós, mães de crianças, mães de primeira viagem,

¹²⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=-a7GQ27xML0>

¹²⁹ Vinheta clínica apresentada no cap. 7.

mulheres que talvez queiram vir a ser mães, outras certas de que não, relatos contundentes, comoventes e que me fizeram apostar em dispositivos semelhantes para continuar abrindo espaços para seguirmos na conversa.

Naquele dia, dois recortes da literatura foram usados como estímulos, sensibilizadores de nossa conversa:

“O segredo é estar disponível para que outras lógicas nos habitem, é visitarmos e sermos visitados por outras sensibilidades.” (Mia Couto)¹³⁰

“Quando rejeitamos a história única, quando nos apercebemos de que nunca há uma história única sobre nenhum lugar, reconquistamos uma espécie de paraíso”.¹³¹ (Chimamanda Ngozi Adichie)

Acredito que esses trechos literários condensam como fui me transformando ao longo destes estudos e da experiência clínica, especialmente a clínica da perinatalidade e da parentalidade. A ideia foi convidar os participantes a pensar acerca das múltiplas histórias, das maternidades diversas, abrir-se para outras sensibilidades e assim podermos nos aproximar dos modos de ser e de sofrer das mulheres-mães.

A partir dessa primeira experiência e da demanda que surgiu durante o debate, iniciei uma série de encontros mensais que chamei de Roda de Conversa sobre Maternidade, destinada a mulheres-mães, iniciada em agosto/21¹³². Um grupo de reflexão, aberto¹³³, que se oferece como um dispositivo que permite o exame e a elaboração de conteúdos emocionais, de trocas,

¹³⁰ Couto, M. E se Obama fosse africano? Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹³¹ https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt consultado em 13/03/2022.

¹³² Encontros virtuais, com no máximo dez participantes, aberto a todas as mulheres-mães, de diferentes gerações.

¹³³ A cada encontro podemos ter novas participantes. Quem desejar participar de modo continuado, também é possível.

reconhecimentos e testemunhos, em que circulam transferências e identificações, se constituindo como um espaço de continência e criação.

O lugar em que escolho estar nesses grupos, minha posição ética, é de acolhimento das angústias diante do enigma da maternidade, sem procurar encontrar respostas, mas mobilizando questões e oferecendo reconhecimento, testemunho, tolerância e partilha.

Diante dos efeitos perturbadores que a maternidade evoca e que discutimos ao longo desta tese, proponho que este dispositivo grupal, um grupo de reflexão tal como definimos anteriormente (Cap. 2), abra um campo de elaboração e criação e, conseqüentemente, a possibilidade de construção de um estilo próprio de cada uma ser mulher-mãe, com seus desafios, boas ideias, mas também impasses, muitos deles inevitáveis.

Aliás, Guimarães Rosa (2019), pela voz de Riobaldo, já avisara:

O correr da vida embrulha tudo,
a vida é assim: esquentada e esfria,
aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem.
O que Deus quer é ver a gente
aprendendo a ser capaz
de ficar alegre a mais,
no meio da alegria,
e ainda mais alegre
ainda no meio da tristeza!
A vida inventa!
A gente principia as coisas,
no não saber por que,
e desde aí perde o poder de continuação
porque a vida é mutirão de todos,
por todos remexida e temperada.

É preciso coragem e criatividade. Na maternidade/paternidade e na vida, é inventar-se e reinventar-se a cada surpresa, a cada assombro.

Trata-se assim de um espaço que deve ser considerado em sua dimensão de clínica ampliada que se organiza a partir do meu enquadre interior como analista, em sua dimensão ética e técnica. Organiza-se também a partir da minha capacidade de escuta e continência, de pontuações e

interpretações, quando for o caso, na direção de ajudá-las a fazer contato com o que lhes é próprio, com o que as intriga, as aflige ou as ameaça.

Como assinala Figueiredo (2021a, p.79), o enquadre interior do analista

se instala a partir da internalização da própria psicanálise como bom objeto interior (Caper, 1999), o que dá ao psicanalista uma espécie de âncora e de fonte primordial a que se ligam suas duas modalidades de presença – reservada e implicada (Figueiredo, 2008) – lhes garante uma disposição de mente (a mente própria) capaz de exercer a escuta flutuante, porosa, disponível, mas não fusional.

Assim, esses grupos de reflexão sustentados em uma prática psicanalítica da clínica ampliada vão também se constituindo como um espaço de ressonância, tal como aprendemos com Hartmut Rosa¹³⁴. Trata-se do trabalho prático, em construção, fruto das investigações teórico-clínicas que realizei.

Revisitando a concepção, a gestação e parto

De um modo amplo, ao longo desta pesquisa, fui ora me aproximando com uma lupa, ora fazendo especulações acerca do conjunto dos afetos que são vividos na experiência da maternidade, especialmente dos que aparentam mais velados ou mesmo recusados. Um gesto semelhante ao de Badinter (1980/1985) ao alertar que o amor materno não é algo dado a priori, inato, da ordem de uma suposta natureza universal feminina. Em uníssono com autores que pensam a dimensão trágica do psiquismo (Freud, Klein e também Figueiredo), seus conflitos inevitáveis e insidiosos, propus-me a construir um modelo para compreender o psiquismo materno, para além dos ideais vigentes na cultura – a maternidade encantadora e absolutamente prazerosa.

¹³⁴ Cap. 5.

Fiz isso pensando a experiência como um assombro, com seu potencial traumático, a partir do que propõe Regine Prat (2008 e 2019), mas também com a ideia genial de De M'Uzan acerca do *saïssissement*, um estremecimento que põe em curso trabalhos psíquicos, em especial o trabalho da criação.

Além disso, dei à ambivalência a relevância necessária para teorizarmos acerca do psiquismo materno. Amor e ódio reconhecidos e admitidos nos colocam num caminho mais proveitoso e fértil, com menos culpas. Reconhecemos que os dois polos dos afetos oferecem benefícios nas relações entre mães (pais) e filhos. Afastar-se da idealização faz a experiência ser menos ameaçadora, ainda que cheia de conflitos, favorece a criatividade no encontro dos estilos próprios de maternar, sob medida para cada mulher e cada díade mãe-bebê, e propicia uma maior acuidade para captar as necessidades do bebê.

Por esse caminho, foi se configurando um conjunto de reflexões e teorizações que nos levaram ao que agora nomeio como uma **metapsicologia da maternidade**. Uma série de conceitos e ideias da psicanálise foram me inspirando para criar um modelo de interpretação acerca do psiquismo da mulher-mãe, no contexto em que circunscrevi.

Como apontei no início deste texto¹³⁵, quando falava sobre o método abduutivo de pesquisa, a ideia era construir um modelo de interpretação do funcionamento psíquico da mulher-mãe, tomando um determinado recorte da realidade e um conjunto de autores cujas teorizações se apresentaram muito fecundas para inspirar nessa construção teórica, ainda que a maioria deles não seja de autores típicos em estudos sobre a maternidade.

¹³⁵ Cap. 2, Metodologia.

Assim, Anzieu e De M'Uzan, ao abordarem o trabalho psíquico da criação e o estado de *saisissement* para discorrer sobre a criação literária, traziam, a meu ver, conceitos e ideias precisas para pensarmos o que vivem as mulheres, e também os homens, ao se tornarem mães e pais.

A ideia do *saisissement*, esse arrebatamento que leva à ruptura da unidade narcísica – isto é, a um retorno provisório a um estado de não-integração –, se mostrou a mais clara definição do que as puérperas me relatavam. E a clínica com recém-mães e pais nos ensina que é fundamental propiciar uma escuta e continência na direção de elaborar e simbolizar a experiência traumática, para que possa entrar em cena uma reparação narcísica, como afirmamos.

De M'Uzan enfatiza que o *saisissement* pode levar a um estremecimento e, em seguida, a uma nova organização que entendemos como mais rica e com mais recursos psíquicos. Isso de fato será possível quanto mais levarmos em conta a qualidade do *setting social*, essa interessante expressão proposta por Winnicott (1965a, p. 37), a que nos referimos no capítulo 6, e que precisa estar na ordem do dia quando pensamos na experiência da maternidade.

Com este termo, Winnicott (1965a) está alertando para o fato de que é imprescindível que o ambiente mais próximo aos pais apoie e cuide desse núcleo mais central, pais e filhos, para que os cuidados maternos possam ocorrer sem demasiada turbulência¹³⁶.

Assim sendo, para que esse trabalho psíquico da maternalidade e da parentalidade se processe, será imprescindível contar com um entorno empático e sensível a esse momento. Um entorno capaz de reconhecer a dimensão do que é vivido e de se colocar como “duplo estésico”, nos termos de Roussillon (2019, p. 207), alguém dotado de uma sensibilidade para apreender o outro, seus sentimentos e sensações.

¹³⁶ Winnicott (1965a) refere-se a círculos abertos, sendo cada grupo social dependente daquilo que lhe é interno e que se relaciona com outro grupo social externo. Obviamente estes círculos se sobrepõem.

Essas ideias se articulam muito bem com a inovadora proposta de Hartmut Rosa, de que experiências de ressonância são as que podem nos oferecer vivências de fato transformadoras e cheias de sentido. Lembrando que o autor deixa claro que ressonância, no entanto, não pode ser confundida com consonância ou harmonia, é preciso incluir a contradição e a dissonância. Não ficam de fora a desestabilização, o mal-estar e a perturbação que o encontro com o outro provoca.

Trata-se do caráter trágico da condição humana, a ambivalência de base, como formulou Figueiredo (2021c), pulsão de vida e pulsão de morte em conflito, amor e ódio atuando de modo simultâneo e em tensão permanente.

Essa concepção provoca uma mudança radical de perspectiva em relação aos afetos hostis – ódio, raiva, inveja etc. –, assim como ao que são considerados aspectos tristes ou negativos da experiência: o sofrimento, a tristeza, a frustração, a decepção e as adversidades. Integrar todas as faces do humano e da experiência nos coloca numa posição menos ingênua e em melhores condições para nos sustentarmos na contradição própria do mundo interno e das relações com os outros. Entendo este *sustentar-se nas contradições* como a possibilidade de mergulharmos no mal-estar que todos esses afetos e experiências provocam e emergir dele, em melhores condições, com menos ilusões purificadoras e de onipotência.

Acompanhar a evolução do conceito de ambivalência desde Freud, seguido das contribuições de Ferenczi, Klein e mais tarde Bleger, diferenciando a ambiguidade, a divalência e a ambivalência propriamente dita, preparou o solo para nos aproximarmos do novo conceito proposto por Figueiredo, a ambivalência de base, estados de confusão e ambiguidade, de caos.

O autor nos convoca e nos provoca a reconhecer e admitir essa condição presente desde os primórdios do nosso psiquismo e que seguirá presente ao longo de toda a vida, mesmo nos psiquismos mais bem constituídos, com bons estados de integração egoica e de boas condições de convívio com as perdas, dissabores e ambivalências.

E assim chegamos a uma ideia que me parece fundamental para o exercício da maternidade (e da parentalidade): a possibilidade de se fazerem genuínas reparações. Diante da inevitável turbulência, da confusão, da hostilidade e do sofrimento, admitir esse fato, com uma boa dose de abrandamento de angústias e culpas, abre o campo para o trabalho reparador. A ideia é que não poderemos impedir a ação das forças destrutivas, mas podemos colocar em ação o trabalho psíquico reparador e de criação e, para isso, será imprescindível contar com outras mentes capazes de pensar e de sonhar, de suportar os estados mais enlouquecidos, apostando na transformação, sem ilusões de estabilidade.

E, como vimos a partir de Rozsika Parker, não podemos deixar de lembrar do potencial criativo da ambivalência para a maternidade e de que o ódio, além de ser fundamental para a percepção do objeto, como nos ensinou Ferenczi (1926/2011)¹³⁷, tem um papel necessário nos movimentos de separação mãe-filhos.

Metapsicologia da maternidade

O conjunto de autores estudados e pensamentos aqui desenvolvidos, na direção de contribuir para uma teoria desta clínica, com mulheres-mães, foi se organizando na expressão **metapsicologia da maternidade**. Um modelo especulativo, a partir da escuta psicanalítica, seja ela na clínica *stricto sensu*, seja em entrevistas e grupos de reflexão, para imaginar um funcionamento psíquico muito peculiar a partir da entrada do filho na vida e no psiquismo da

¹³⁷ Como discutimos no capítulo 8, item 8.3, a partir do texto *Problema da afirmação do desprazer* (Ferenczi, 1926/2011).

mãe¹³⁸, com seu desamparo, com o infantil da criança mobilizando o infantil da mãe, a regressão, o amor e o ódio.

É o que parece afirmar Cramer e Espasa (1993, p. 374), citados por Prat (2008, p. 127), ao enfatizarem que a parentalidade

impõe aos pais uma tarefa considerável de redistribuição de seus investimentos (narcísicos e libidinais) (...). O funcionamento psíquico dos pais – sobretudo da mãe – obedece, portanto, a uma nova tópica, que inclui a representação mental da criança como uma adjunção ao território psíquico parental (...). As vicissitudes normais e patológicas das relações precoces são o resultado da natureza deste efeito do encontro entre o novo do bebê e o infantil dos pais, entre o estranho do bebê e a familiaridade das antigas imagens.

Seguimos em nossas pesquisas, orientados pelo que o próprio Freud (1913, p. 265) postulou, sua teoria como algo inacabado, que convida aqueles que praticam psicanálise a investigar, construir pensamento e tomar parte em seu desenvolvimento.

Ele mesmo cria a ideia de metapsicologia a partir do termo “metafísica”, no livro de 1901¹³⁹,

Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana:

grande parte da visão mitológica do mundo, que se estende até as religiões mais modernas, nada mais é que a psicologia projetada no mundo externo. O obscuro reconhecimento (a percepção endopsíquica, por assim dizer) dos fatores psíquicos e das relações do inconsciente espelha-se [...] na construção de uma *realidade sobrenatural*, que se destina a ser retransformada pela ciência na *psicologia do inconsciente*. Poder-se-ia ousar explicar dessa maneira os mitos do paraíso e do pecado original, de Deus, do bem e do mal, da imortalidade etc., e transformar a *metafísica* em *metapsicologia*. (Freud, 1901, p. 223-4)

A metafísica refere-se a todo conhecimento produzido a partir daquilo que não é sensível nem observável no mundo físico. O que ela produz, portanto, são modelos especulativos. Na metapsicologia, do mesmo modo, trata-se de construir um conjunto de ideias, um modelo teórico

¹³⁸ Também será necessário teorizar sobre o processo que se dá no psiquismo do pai, mas não é o tema desta pesquisa.

¹³⁹ Conforme nota do editor da Ed. Imago (1990), Freud já a cunhara originalmente numa carta a Fliess de 13 de fevereiro de 1896. (Masson, 1986, p. 173). No índice remisso deste livro, há cinco menções ao termo.

de como funcionaria a mente, seus conflitos, sua energia, as relações entre seus espaços internos, como ocorrem seus processos psíquicos, ou seja, uma explicação de como se dão esses fenômenos.¹⁴⁰

Assim, proponho compreender uma metapsicologia da maternidade a partir da admissão de que há algo próprio da experiência da maternalidade que podemos supor que aconteça de modo amplo com as mulheres que se tornam mães, que inclui o choque, o arrebatamento, o *saisissement*, o assombro, uma regressão, a perda da identidade anterior e a reordenação de uma nova identidade, evento sempre processual e interminável. Há ainda a precisa compreensão de Cramer e Espasa (1993, p. 374 apud Prat, 2008, p. 127) de que o funcionamento psíquico dos pais – sobretudo da mãe – obedece, portanto, a uma nova tópica, que inclui a representação mental da criança no território psíquico parental.

Partindo de minha escuta na clínica, nas entrevistas e no grupo de reflexão, e valendo-me de análises históricas, sociológicas e especialmente psicanalíticas, com algumas inserções de literatura e poesia, com a eloquência que só a arte é capaz de oferecer, penso que esta tese pode contribuir como um modelo para se pensar e seguir teorizando acerca da metapsicologia da maternidade. Afinal, se há alguém de quem ainda não podemos prescindir é de uma figura materna. Assim, parece uma boa ideia que ela seja ouvida e pensada em sua singularidade, abrindo espaços para a construção – sempre interminável – de uma mulher-mãe sob medida para si mesma, para

¹⁴⁰ “É certo que a aproximação da metapsicologia à metafísica pode ser compreendida a partir do sentido corrente assumido pelo termo ‘Metafísica’ no ambiente intelectual do final do século XIX. Ele designaria todo o pretenso conhecimento sobre realidades não sensíveis. No entanto, o exato alcance dessa aproximação só é devidamente apreciado quando nos perguntamos pela eventual especificidade de ‘Metafísica’ em Freud, o que nos remete, além de aos seus escritos sobre o tema, às circunstâncias de sua formação intelectual. Sabemos que ele, então jovem estudante universitário, frequentara cinco séries de conferências e seminários do filósofo Franz Brentano, célebre intérprete de Aristóteles, e que elas lhe haviam causado forte impacto à época (Gay, 2002, pp. 43-44). Foi por intermédio do filósofo alemão que Freud recebeu seu ‘capital filosófico’ (Assoun, 1991, p. 44) e provavelmente travou contato com a teoria aristotélica designada tradicionalmente por ‘Metafísica’” (Rotstein, 2012).

aquele de quem ela cuida e para aquele núcleo familiar, com suas adequações e inadequações, mas também com possibilidade de reparações.

E, com a palavra final, mais uma vez, nosso sábio Riobaldo (Rosa, 2019, p. 24):

O senhor... Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas, mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou.

Antes de encerrar a tese, trago uma lembrança autobiográfica que muito me tocou em sua dimensão do encontro mãe e filha, reconhecendo limites, falhas e muita disponibilidade... Uma lembrança que fala do perdão, do pedido de perdão, mas também da possibilidade de perdoar-se a si mesmo e perdoar o outro, uma tocante história de renúncia à onipotência e busca de reparação. Transformei essa memória em um breve escrito, em um momento de luto, pela perda de minha mãe, em data recente, que coincidiu com o período de finalização desta pesquisa. Um texto que, ao mesmo tempo em que evoca tanto do que abordei aqui, ofereço também como uma homenagem a ela.

“Minha filha, se eu te fiz algum mal, me perdoa!”

Estávamos preparando o almoço juntas na minha casa, conversando aleatoriamente sobre vários assuntos, como sempre foi, eis que surge a história de uma relação conturbada entre mãe e filha, e ela me lança um olhar amoroso e disponível e me diz isso.

Sou pega de surpresa, não sei o que dizer. Fico muito comovida com sua abertura, sua aceitação dos limites, da inevitabilidade das falhas. Ela estava com 84 anos. Sinto uma enorme cumplicidade com ela naquele instante. Eu também era mãe, tomei como uma lição: as falhas e inadequações serão inevitáveis, melhor aprender a conviver com isso e se abrir para as possíveis reparações.

Abracei-a e ficamos ali em silêncio. Depois voltamos a cozinhar.

Assim foi minha mãe, uma mulher vivaz, inteligente, muito articulada, generosa, a pessoa mais sociável e amiga que já conheci, o que fazia reunir em torno de si uma legião de amigos, por onde passava.

Nascida em 1926, muito cedo já trabalhava e conquistou sua autonomia financeira, só se casou quando realmente se apaixonou, aos 36 anos (o que nos anos 60 era quase um absurdo) e estabeleceu sua condição: seguir com sua profissão. Meu pai, um italiano recém-chegado ao Brasil, estranhou, mas, encantado por ela, compreendeu. Viveram um grande amor.

Me ensinou muito sobre o feminino, sobre nossa potência, sobre cuidar de mim e cuidar do outro. Aprendi com ela sobre nossa interdependência na vida, sobre me fazer respeitar e respeitar o outro. Esteve ao meu lado e soube se afastar, sem mágoas, quando era preciso.

Contava-me muitas histórias de sua vida e de outras vidas que cruzaram a sua. Gostava de pessoas. Acho que ali começou meu interesse pelas pessoas, suas histórias e sobre transformações possíveis.

Despertou minha paixão pelo conhecimento. Incentivadora incansável da busca pelo saber.

Se ela falhou? Sim, muitas vezes. Mas renunciar à onipotência, à perfeição também era seu feitio. E sua habilidade para se reinventar, para rever posições, para reparar era mais um de seus talentos.

Foi uma delícia de avó para meu filho e meus enteados, conversas e brincadeiras sem fim. Suas visitas eram aguardadas com muita alegria. Se tornou uma sogra-amiga de meu marido. Velhinha, lhe disse: “você mora no meu coração, meu amigo!”

Vou sentir muita falta de ouvi-la dizer “Oi, minha querida, como você está?”, “Que bom que você veio...”. Vou sentir muita falta das nossas conversas, nossos passeios, de nossos natais, aniversários, de sua vibração e entusiasmo. Vai ficar para sempre em mim.

REFERÊNCIAS¹⁴¹

- Abram, J. (2000). *A linguagem de Winnicott: dicionário das palavras e expressões utilizadas por Donald W. Winnicott*. Rio de Janeiro: Revinter.
- Alvarez, A. (1994). *Companhia Viva: psicoterapia psicanalítica com crianças autistas, borderline, carentes e maltratadas*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Anzieu, D. (1981). *Le corps de l'oeuvre*. Paris: Gallimard.
- Aragão, R.O. & Zornig, S.A. (2018) Apresentação In Aragão, R.O. & Zornig, S.A. (Org.), *Continuidade e descontinuidade no processo de subjetivação do bebê*. São Paulo: Escuta.
- Ariès, P. (1975/1981). *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.
- Badinter, E. (2010/2011). *O conflito: a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Record.
- Badinter, E. (1980/1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Benedek, Therese (1959). Parenthood as a developmental phase: A contribution to the libido theory. *Journal of the American Psychoanalytic Association*. Vol 7, Issue 3.
<https://doi.org/10.1177/000306515900700301>
- Berlinck, M. (2014). As bases do amor materno, fundamento da melancolia. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, 17 (3), 403-406, set. 2014.
- Birman, J. (2012/2020). *O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bleger, J. (1962/1977). Ambivalência e Ambiguidade, Antecedentes Bibliográficos. In *Simbiose e Ambigüidade*. Rio de Janeiro: Ed. Livraria Francisco Alves.
- Bleichmar, S. (1994). *A fundação do inconsciente: destinos de pulsão, destinos de sujeito*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Bowlby, J. (1980). *Apego e perda: Apego – Tristeza e depressão*. São Paulo: Martins Fontes, v. 3. (Trabalho original publicado em 1973)
- Bowlby, J. (1984). *Apego e perda: Apego – Separação*. São Paulo: Martins Fontes, v. 2. (Trabalho original publicado em 1973)
- Bowlby, J. (1990). *Apego e perda: Apego – A natureza do vínculo*. São Paulo: Martins Fontes, v. 1. (Trabalho original publicado em 1973)

¹⁴¹ De acordo com o estilo APA (American Psychological Association).

- Brazelton, T. B. (1999). Sobre a leitura de Winnicott. In D. Winnicott. *Conversando com os pais*. São Paulo: Martins Fontes.
- Campana, N. T. C. (2018). *Um estudo sobre a parentalidade contemporânea e a rede de cuidados com a primeira infância*. Tese de doutorado em Psicologia Clínica e do Desenvolvimento Humano, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.
- Ciccione, A. (2007). Psychopathologie du bébé, de l'enfant et de l'adolescent. In R. Roussillon et al. *Manuel de Psychologie et de psychopathologie clinique générale*. Paris: Elsevier-Masson SAS.
- Cintra, E. e Figueiredo, L. C. (2004). *Melanie Klein. Estilo e pensamento*. São Paulo: Escuta.
- Cintra, E. & Ribeiro, M. F. R. (2022). Melanie Klein ensinou a arte humana da reparação, de cuidar das feridas da alma, em si e nos outros. In Revista Cult, nº 279, março/ 2022. Editora Bregantini.
- Cramer, B. & Espasa, F. P. (1993). *Técnicas psicoterápicas mãe-bebê*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Cusk, R. (2008). *A Life's Work: On becoming a mother*. London: Faber and Faber.
- Dallazen, L., Giacobone, R. V., Macedo, M. M. K., & Kupermann, D. (2012). Sobre a ética em pesquisa na psicanálise. *Psico*, 43(1). Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11098>
- Dayan, J. (2008). *Les depressions périnatales: évaluer e traiter*. Paris: Elsevier-Masson.
- Dellarossa, A. (1979). *Grupos de Reflexión*. Buenos Aires, Paidós.
- De M'Uzan, M. (1964). Aperçus sur le processus de la création littéraire. In M. de M'Uzan, *De l'art à la mort* (pp. 3-27). Paris: Gallimard.
- Ferenczi, S. (2011). Adaptação da família à criança. In S. Ferenczi, *Psicanálise IV Obras completas*. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1928)
- Ferenczi, S. (2011). A criança mal acolhida e sua pulsão de morte. In S. Ferenczi, *Psicanálise IV Obras completas*. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1929)
- Ferenczi, S. (2011). O problema da afirmação do desprazer. In S. Ferenczi, *Psicanálise III Obras completas*. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1926)
- Ferrante, E. (2016) *A filha perdida*. Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca.

- Ferrari, R. (2009) Escutando famílias na rede pública: uma experiência de supervisão institucional com a equipe do PAIF - Programa de Atenção Integral à Família dos CRAS, Vinhedo/SP. In *Revista da SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo* Jul-Dez 2009, Vol. 10, nº 2, pp. 33-40.
- Ferrari, R. (2010). *Voluntariado: uma dimensão ética*. São Paulo: Ed. Escuta.
- Figueiredo, L. C. (2003). *Psicanálise: elementos para a clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta.
- Figueiredo, L.C. (2009). *As diversas faces do cuidar: Novos ensaios de psicanálise contemporânea*. São Paulo: Escuta.
- Figueiredo, L. C. (2014). *Cuidado, saúde e cultura: trabalhos psíquicos e criatividade na situação analisante*. São Paulo: Escuta.
- Figueiredo, L.C (2018). Preliminares à considerações das matrizes. In Figueiredo, L. C. & Coelho Jr., N.E. (2018). *Adoecimentos psíquicos e estratégias de cura: matrizes e modelos em psicanálise*. São Paulo: Blucher.
- Figueiredo, L. C. (2019). Da criatividade às criações. Uma viagem na companhia de Winnicott, Bion, de M'Uzan e Anzieu. *Revista Brasileira de Psicanálise* · Volume 53, n. 1, 151-163
- Figueiredo, L. C. (2021a). *A mente do analista*. São Paulo: Escuta, 2021.
- Figueiredo, L. C. (2021b). Quem acredita em pulsão de morte?. *Cadernos de Psicanálise | CPRJ*, v. 43, n. 44, p. 79-85, 10 ago. 2021.
- Figuereado, L. C. (2021c). A ambivalência de base e seus destinos em Freud e Melanie Klein. *Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre*. V. 23(2) 46-59.
- Figueiredo, L. C. e Coelho Jr., N.E. (2018). *Adoecimentos psíquicos e estratégias de cura: matrizes e modelos em psicanálise*. São Paulo: Blucher.
- Folino, C. S. G. (2014). *Sobre dores e amores: caminhos da tristeza materna na elaboração psíquica da parentalidade*. Tese de doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.
- Freud, S. (1990). A interpretação dos sonhos. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. vols. IV e V (Trad. sob direção de Jayme Salomão). Rio de Janeiro: Imago (Trabalho original publicado em 1900)
- Freud, S. (1990). A Psicopatologia da vida cotidiana. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. vol. VI (Trad. sob direção de Jayme Salomão). Rio de Janeiro: Imago (Trabalho original publicado em 1901)
- Freud, S. (1990). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In S. Freud, *Edição standard*

- brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. vol. VII (Trad. sob direção de Jayme Salomão). Rio de Janeiro: Imago (Trabalho original publicado em 1905)
- Freud, S. (1990). Moral sexual “civilizada” e doença nervosa moderna. In: S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. vol. IX. (Trad. Sob direção de Jayme Salomão). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1908)
- Freud, S. (1990). Notas sobre um caso de neurose obsessiva. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. vol. X (Trad. sob direção de Jayme Salomão). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1909)
- Freud, S. (1990). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. . In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. vol. XII (Trad. sob direção de Jayme Salomão). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1911)
- Freud, S. (1990). Sobre a psicanálise. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. vol. XII (Trad. sob direção de Jayme Salomão). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1913)
- Freud, S. (1990). Recordar, repetir e elaborar. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. vol. XII (Trad. sob direção de Jayme Salomão). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914)
- Freud, S. (1990). Reflexões para os tempos de guerra e morte. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. vol. XIV (Trad. sob direção de Jayme Salomão). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915)
- Freud, S. (1990). Além do princípio do prazer. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. vol. XVIII (Trad. sob direção de Jayme Salomão). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1920)
- Freud, S. (1990). Psicologia de grupo e a análise do ego. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. vol. XVIII (Trad. sob direção de Jayme Salomão). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1921)
- Freud, S. (1990). Dois verbetes de enciclopédia. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. vol. XVIII (Trad. sob direção de Jayme Salomão). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1923[1922])
- Freud, S. (1990). O futuro de uma ilusão. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. vol. XXI (Trad. sob direção de Jayme Salomão). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1927)
- Freud, S. (1990). O mal-estar na civilização. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. vol. XXI (Trad. sob direção de Jayme Salomão). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1930)

- Freud, S. (1990). Conferência XXXIII: Feminilidade - Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. vol. XXII (Trad. sob direção de Jayme Salomão). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1932/1933)
- Freud, S. (1990). Moisés e o monoteísmo: três ensaios. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. vol. XXIII (Trad. sob direção de Jayme Salomão). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1939[1934-38])
- Freud, S. (1990). Esboço de Psicanálise. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. vol. XXIII (Trad. sob direção de Jayme Salomão). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1940[1938])
- Freud, S. (2004). À guisa de introdução ao narcisismo. In S. Freud, *Obras Psicológicas de Sigmund Freud – Escritos sobre a psicologia do inconsciente*, vol. 1 (Luiz Alberto Hanns, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914)
- Freud, S. (2004). Pulsões e os Destinos da Pulsão. In S. Freud, *Obras Psicológicas de Sigmund Freud – Escritos sobre a psicologia do inconsciente*, vol. 1 (Luiz Alberto Hanns, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915)
- Freud, S. (2010). A Dinâmica da Transferência (Paulo César de Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1912)
- Freud, S. (2011). *Luto e Melancolia* (M. Carone, Trad.). São Paulo: Cosac Naify (Trabalho original publicado em 1917)
- Fulgêncio, L. (2016). *Por que Winnicott?* São Paulo: Zagodoni.
- Golse, B. (2006). *L'être-bébé*. Paris: PUF.
- Guerra, V. (2018). Formas de (de)subjetivação infantil em tempos de aceleração: os transtornos da subjetivação arcaica. In R. O. Aragão, A. S. Zornig (Org.), *Continuidade e descontinuidade no processo de subjetivação do bebê*. São Paulo: Escuta.
- Guerra, V. (2015). Dos bebês, quem cuidará? In E.T. Lacerda, L. Posternak, M. L. de A. M. Ghirardi e V. Guerra. *Revista percurso*, nº 55, ano XXVIII, dezembro de 2015. (http://revistapercurso.uol.com.br/index.php?apg=artigo_view&ida=1199&ori=debate)
- Heti, S. (2019). *Maternidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hilferding, M., Pinheiro, T., Vianna, H. B. (1991). *As bases do amor materno*. São Paulo: Escuta.
- Hilferding, M. (1991). Sobre as bases do amor materno. In M. Hilferding, T. Pinheiro, H. B. Vianna. *As bases do amor materno*. São Paulo: Escuta.

- Houzel, D. (2004). As implicações da parentalidade. In L. Solis-Ponton (Org.), *Ser pai, ser mãe. Parentalidade: um desafio para o terceiro milênio*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Khan, M. (1969). On Symbiotic Omnipotence: Phenomenology of Symbiotic Omnipotence in the transference relationship. In M. Khan, *Privacy of Self*, Londres: Horgarth Press, 1986.
- Klein, M (1935/1991). Uma contribuição à psicogênese dos estados maníaco-depressivos. In M. Klein, *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921-1945) / Vol. I Melanie Klein; com uma nova introdução escrita por Hanna Segal*. Rio de Janeiro: Imago
- Klein, M (1937/1991). Amor, culpa e reparação. In M. Klein, *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921-1945) / Vol. I Melanie Klein; com uma nova introdução escrita por Hanna Segal*. Rio de Janeiro: Imago
- Klein, M (1940/1991). O luto e suas relações com os estados maníaco-depressivos. In M. Klein, *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921-1945) / Vol. I Melanie Klein; com uma nova introdução escrita por Hanna Segal*. Rio de Janeiro: Imago
- Klein, M. (1946/1991) Notas sobre alguns mecanismos esquizoides. In M. Klein, *Inveja e Gratidão e outros trabalhos (1946-1963). Vol. III das obras completas de Melanie Klein*. Rio de Janeiro: Imago.
- Klein, M. (1950/ 1991) Sobre os critérios para o término de uma análise. In Klein, M. *Inveja e gratidão e outros trabalhos (1946-1963) Vol. III das obras completas de Melanie Klein*. Rio de Janeiro: Imago.
- Klein, M. (1959/ 1991). Nosso mundo adulto e suas raízes na infância. In M. Klein, *Inveja e Gratidão e outros trabalhos 1946-1963. Vol. III das obras completas de Melanie Klein*. Rio de Janeiro: Imago.
- Klein, M. (1957/1991). Inveja e gratidão. In M. Klein, *Inveja e Gratidão e outros trabalhos 1946-1963. Vol. III das obras completas de Melanie Klein*. Rio de Janeiro: Imago.
- Klein, M. (1958/ 1991). Sobre o desenvolvimento do funcionamento mental. In M. Klein, *Inveja e Gratidão e outros trabalhos 1946-1963. Vol. III das obras completas de Melanie Klein*. Rio de Janeiro: Imago
- Lacroix, A. (2019). Prefácio. In H. Rosa, *Remedio a la aceleración: Ensayos sobre la ressonância*. Barcelona: Ned Ediciones.
- Laplanche, J. e Pontalis, J-B. L. (1991). *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lejarraga A. L. (2012). *O amor em Winnicott*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Lipovetsky, G. (2000). *A Terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. São Paulo:

- Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1997)
- Masson, J. M. (1986). *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess – 1887 -1904 / tradução Vera Ribeiro*. Rio de Janeiro: Imago, 1986
- Mezan, R. (1998). *Tempo de Muda: ensaios de psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Minerbo, M. (2009). *Neurose e não-neurose*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Moraes, C. J. A. (2017) *Tornando-se pai: narrativas de casais grávidos sobre a transição para a paternidade*. Tese de doutorado, Programa de pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, Brasil.
- Moura, S. M. S. R. e Araújo, M. F. (2004). A Maternidade na História e a História dos cuidados Maternos. In *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2004, 24 (1), p. 44-45.
- Nosek, L. (2017). *A disposição para o assombro*. São Paulo: Perspectiva.
- Oliveira Júnior et al. (2002) *Grupos de reflexão no Brasil: grupos de educação*. Taubaté, SP: Cabral Editora e Livraria Universitária.
- Parker, R. (1997). *A mãe dividida: a experiência da ambivalência na maternidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Record.
- Peres, U. T. (2011). Pós-fúcio Uma ferida a sangrar-lhe a alma. In Freud, S. Luto e Melancolia. São Paulo: Cosac Naify.
- Pinheiro, T. (1991). Reflexões sobre as bases do amor materno. In M. Hilferding, T. Pinheiro, H. B. Vianna. *As bases do amor materno*. São Paulo: Escuta.
- Prat, R. (2008). Entre demais e muito pouco: a quadratura do círculo da parentalidade. In *Revista Brasileira de Psicanálise*, v.42, n.4 São Paulo dez/2008.
- Prat, R. (2019). *Fronteiras da parentalidade e recursos auxiliares: pensando a clínica 0 a 3*. Texto da Palestra proferida em 2019 na Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, disponibilizado para os participantes. Tradução de Tânia Mara Zalcberg e Sandra Maria Gonçalves.
- Racamier, P., Sens, C. & Carretier, L. (1961/2019). La mère et l'enfant dans les psychoses du post-partum. Dans: Hélène Parat éd., *Maternités* (pp. 157-173). Paris cedex 14: *Presses Universitaires de France*. <https://doi.org/10.3917/puf.misso.2019.01.0157>.
- Raphael-Leff, J. (2018). *Spilk milk perinatal loss & breakdown*. London: Routledge.
- Ribeiro, M. (2011) *De mãe em filha: a transmissão da feminilidade*. São Paulo: Escuta.
- Rosa, G. (2019) *Grande sertão: veredas – “O diabo na rua, no meio do redemoinho...”*. São Paulo:

Companhia das Letras.

Rosa, H. (2005/2019) *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp.

Rosa, H. (2019a) Prefácio à edição brasileira. In H. Rosa. (2005/2019) *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp

Rosa, H. (2019b) *Remedio a la aceleración: Ensayos sobre la ressonância*. Barcelona Ned Ediciones.

Rotstein, E. O Lugar da Metapsicologia na Psicanálise. In *Psicologia em UFJF* | 6(01) | 29-39 | Janeiro-Junho de 2012

Roussillon, R. (2003). *Agonie, clivagem et symbolisation*. Paris: PUF.

Roussillon, R. (2008). La perlaboration et ses modèles. *Revue française de psychanalyse* 2008/3 vol. 72 pp. 855-867.

Roussillon, R. (2010). La dialectique presence-absence: Pour une metapsychologie de la présense. *Tribune Psychanalytique*, Lausanne, n. 9.

Roussillon, R. (2016). A elaboração e seus modelos: Leitura principal, Congresso IPA em Berlim, Julho de 2007. *Psicologia USP*. vol. 27. São Paulo. Mai/ago. 2016.

Roussillon, R. (2019). *Manual da prática clínica em psicologia e psicopatologia*. São Paulo: Blucher.

Silva, Clarice Moreira da e Macedo, Mônica Medeiros Kother. O Método Psicanalítico de Pesquisa e a Potencialidade dos Fatos Clínicos. *Psicologia: Ciência e Profissão [online]*. 2016, v. 36, n.3 [Acessado 2 Maio 2022] , pp. 520-533. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703001012014>>. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001012014>.

Solis-ponton, L. (org.) (2004). *Ser pai, ser mãe. Parentalidade: um desafio para o terceiro milênio. Uma homenagem internacional a Serge Lebovici*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Slimeni. L. (2018). *Canção de ninar*. São Paulo: Planeta.

Stern, G., Kruckman, L. (1983). Multi-disciplinary perspectives on post-partum depression: An anthropological critique. *Social Science and Medicine*. 17 (15): 1027-1041. doi:10.1016/0277-9536(83)90408-2 PMID:6623110

Ventura, R. (2016). A noção de trabalho na experiência psicanalítica. In *Psicologia USP* vol. 27 nº2 p.282-288. <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v27n2/1678-5177-pusp-27-02-00282.pdf> acesso em 02/06/2019.

Winnicott, D. W. (1945/1988) Desenvolvimento emocional primitivo. In D. Winnicott, *Textos*

- selecionados da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: F. Alves.
- Winnicott, D.W. (1947a/1982). Mais ideias sobre o bebê como pessoa. In D. Winnicott (1964/1982), *A criança e seu mundo* (pp. 95-103). Rio de Janeiro: Guanabara Koogans.
- Winnicott, D. W.(1947b/1988). O ódio na contratransferência. In D. Winnicott, *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: F. Alves
- Winnicott, D. W. (1949/1982). O bebê como organização em marcha. In D. Winnicott, *A criança e seu mundo*. Rio de Janeiro: LTC.
- Winnicott, D. W. (1952/1988). Psicose e cuidados maternos. In D. Winnicott, *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: F. Alves.
- Winnicott, D. W. (1956/1988). Preocupação materna primária. In D. Winnicott, *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: F. Alves.
- Winnicott, D. W. (1963a/1990). Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo. In D. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. (I. C. S. Ortiz, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Winnicott, D. W. (1963b/1990). Comunicação e falta de comunicação levando ao estudo de certos opostos. In D. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. (I. C. S. Ortiz, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Winnicott, D. W. (1965a). Fatores de integração e ruptura na vida familiar. In D. Winnicott (1965d). *A família e o desenvolvimento do indivíduo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Winnicott, D. W. (1965b/1994). A Contribuição da psicanálise à obstetrícia. In D. Winnicott, *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes.
- Winnicott, D. W. (1965c). A integração do ego no desenvolvimento da criança. In *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Winnicott, D. W. (1965d/1997). *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes.
- Winnicott, D. W. (1966/1994) A mãe dedicada comum. In *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes
- Winnicott, D. W. (1979/1990). *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. (I. C. S. Ortiz, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Winnicott, D. W.(1982). *A criança e seu mundo*. Rio de Janeiro LTC.
- Winnicott, D. W. (1990). *Natureza Humana*. Rio de Janeiro: Imago.

- Winnicott, D. W. (1999). *Conversando com os pais*. São Paulo: Martins Fontes.
- Winnicott, C., Shepherd, R., Davis, M. (Orgs.). (1994). *Explorações psicanalíticas: D. W. Winnicott*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Winnicott, D. W. (1994). O uso de um objeto no contexto de Moisés e o Monoteísmo. In C. Winnicott; R. Shepard; M. Davis (Orgs.). *Explorações psicanalíticas: D. W. Winnicott*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1969)
- Young, F. (2018). *Pós-F: para além do masculino e do feminino*. São Paulo: Ed. Leya.
- Zimmermann, D. (2002). A minha prática com grupos de reflexão. In: Oliveira Júnior et al. Grupos de reflexão no Brasil: grupos de educação. Taubaté, SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2002.
- Zornig, S. M. Abu-Jamra. (2010). Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. In *Tempo psicanalítico*. vol. 42, nº 2. Rio de Janeiro jun. 2010
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382010000200010
 recuperado em 17/09/2017.

Filmes

- Pavan, T.; Urbano, C. P. (produtores) & Costa, P.; Glob, L. (diretoras). (2014). *Olmo e a gaivota* [Filme]. França, Dinamarca, Brasil, Portugal: Zentropa Productions, Busca Vida Filmes, O Som e a Fúria.
- Teron, C. (produtora) & Reitman, J. (diretor). (2018). *Tully*. Estados Unidos: Bron Studios.
- Gyllenhaal, M. (produtora) & Gyllenhaal, M. (diretora). (2021). *A Filha Perdida*. Estados Unidos, Grécia: Samuel Marshall Productions, Pie Films, Faliero House Productions.

Sites consultados

- <http://webinformado.com.br/blogs-de-maternidade/> acesso em 16/09/17
- https://en.wikipedia.org/wiki/Voluntary_childlessness acesso em 02/10/17
- <http://primeiros1000dias.com.br/importancia-pos-parto-outras-culturas/> acesso em 15/11/19
- <https://www.slowmedicine.com.br/uma-breve-historia-do-movimento-slow-medicine-no-mundo/>
- <https://www.e-centrica.org/mario-de-sa-carneiro/>
- <http://www.postwachstumsoekonomie.de/termine/jenaer-projekt/>